



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Edital do Pregão Eletrônico n.º 023/2024*

(Regido pela Lei 14.133/21, pela Lei Complementar 123/06, pelo Decreto 8.538/15, pela IN SEGES/ME Nº 73/22, no que couber, e demais legislações aplicáveis).

Objeto: Prestação de serviços de impermeabilização de cobertura em edificação.

Data de abertura da sessão pública:

02/04/2024 às 14h no sítio www.gov.br/compras/pt-br

Tipo: Menor preço	Modo de disputa: Aberto	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Processo: 6012942/2023-00			
Valor total estimado: R\$ 358.257,14		Apresentação de amostra? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Vistoria prévia? <input type="checkbox"/> Obrigatória; <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa; <i>Item 20.3</i>
Regime de execução: Empreitada por preço global.			

Pedidos de esclarecimento e impugnações:

Até às 19h de 25/03/2024.

Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço cpl@tst.jus.br.

Documentos de habilitação: (veja seção 8)

Requisitos básicos: 1. SICAF* ou documentos equivalentes; 2. Comprovação de capital social não inferior a 10%, quando o índice de liquidez corrente for igual ou inferior a 1. *Será emitido pelo pregoeiro durante a sessão pública.	Requisitos específicos: - Apresentação de Certidão de pessoa jurídica expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), comprovando o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante; - Comprovação de possuir, em seu corpo técnico, na data de abertura do pregão, profissional(is) de nível superior (engenheiro ou arquiteto), ou técnico industrial, reconhecido(s) pelo CREA, CAU ou CFT, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) nos referidos Conselhos, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado serviço(s) com características similares ao objeto deste edital, ou seja, que comprove a execução do serviço de impermeabilização em manta asfáltica, com área de, no mínimo, 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados). - Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por órgão da Administração Pública ou por entidade da iniciativa Privada, em nome da licitante, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital, ou seja, que comprove a execução do serviço de impermeabilização em manta asfáltica, com área de, no mínimo, 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados).
---	---

*Para adequação ao Sistema de Compras, este pregão será lançado com o número 90023/2024.

Endereço da Coordenadoria de Licitações e Contratos: SAFS quadra 8, conjunto A, bloco A, sala A3.41. Brasília – DF. CEP: 70070-943.

Retire o edital e acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais

www.tst.jus.br e www.gov.br/compras/pt-br

Coordenador de Licitações e Contratos

Supervisor SAACPL



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é a prestação de serviços de impermeabilização de cobertura em edificação no edifício auxiliar do TST no SAAN, CATSER: 1627, conforme memorial descritivo e nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.
- 1.2. Os serviços deverão ser executados conforme as mais rigorosas regras de segurança do trabalho e de acordo com as condições e especificações contidas neste edital e no Termo de Referência, que é parte integrante deste edital, e seus respectivos anexos:
 - 1.2.1. Anexo I: Especificações técnicas;
 - 1.2.2. Anexo II: Projetos de impermeabilização;
 - 1.2.3. Anexo III: Planilha orçamentária;
 - 1.2.4. Anexo IV: Composição unitária material e mão de obra;
 - 1.2.5. Anexo V: Composição de custos unitários;
 - 1.2.6. Anexo VI: BDI;
 - 1.2.7. Anexo VII: Encargos sociais;
 - 1.2.8. Anexo VIII: Cronograma Físico-financeiro;
 - 1.2.9. Anexo IX: Documentação Complementar Para Empresas Com Tributação Pelo Regime De Incidência Não Cumulativa.
- 1.3. Os valores estimados com base no preço global de referência para cada regime de tributação são:
 - 1.3.1. Optante simples nacional: R\$ 335.478,14;
 - 1.3.2. Incidência cumulativa: R\$ 335.723,19;
 - 1.3.3. Incidência não cumulativa: R\$ 358.257,14.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os participantes que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 2.1.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
 - 2.1.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por



solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.

- 2.1.4. O uso das credenciais de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade, bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TST a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido de suas credenciais, ainda que por terceiros.
- 2.1.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 2.1.6. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.2. **Não poderão participar**, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:
 - 2.2.1. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
 - 2.2.2. **Empresa**, isoladamente ou em consórcio, **responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo** ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 2.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:
 - 2.3.1. Os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição, as Sociedades de Propósito Específico e as empresas estrangeiras que não funcionem no país;
 - 2.3.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.3.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.3.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



- 2.3.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.3.6. A pessoa jurídica cujo(s) sócio(s) que compõe(m) seu quadro societário incorra(m) na vedação constante do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.
- 2.4. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, observadas as normas do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.5. O pregoeiro realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o CNEP, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração do contrato pretendido.
- 2.6. Não será permitida subcontratação parcial ou total do objeto.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 da IN SEGES/ME Nº 73/2022.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou deste Tribunal por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais/senhas de acesso, ainda que por terceiros.

4. Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.
- 4.1.1. As propostas deverão consignar no(s) campo(s) apropriado(s) do sistema o preço total, expresso em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes, e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, assim como as despesas relativas ao transporte dos materiais, à mão de obra de execução e instalação e à orientação técnica (supervisão) para a execução dos serviços.



- 4.1.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.
- 4.2. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos indicados:
- 4.2.1. Prazo para conclusão dos serviços de, no máximo, sessenta dias corridos a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela fiscalização, conforme detalhado no cronograma físico-financeiro constante do anexo VIII do Termo de Referência;
- 4.2.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa dias.
- 4.3. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou as que desatendam às exigências deste edital.
- 4.4. O licitante, no ato de envio de suas propostas, deve declarar, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 4.4.5. inexistente fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- 4.4.6. atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de



pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, com base na Lei nº 14.133/2021.

- 4.6. O licitante melhor classificado, após a fase de lances, deverá encaminhar, ainda, atendendo convocação do pregoeiro, declaração, conforme modelo do Anexo II (disponível no link: <https://www.tst.jus.br/web/aceso-a-informacao/pregao-eletronico>), a fim de resguardar este órgão quanto à prática de nepotismo vedada pela Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com as alterações introduzidas pela Resolução 229, de 22/06/2016.

4.6.1. A Declaração deverá ser reapresentada no momento da retirada da nota de empenho, firmada por todos os sócios que compõem o quadro societário do licitante, conforme modelo constante do Anexo III, também disponível no link indicado.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais, sob pena de serem truncados.

- 5.2. Não serão aceitas propostas com valor global **superior ao valor estimado** ou com preços manifestamente inexequíveis.

5.2.1. O valor estimado a ser considerado pela licitante na formulação de sua proposta será o que corresponder ao **regime de tributação em que ela se enquadrar**, conforme discriminado no item 1.3.

5.2.2. Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.

- 5.3. Considera-se inexequível a proposta que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.3.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.3.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração,



equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

- 5.3.3. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.3.4. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.

6. Sessão Pública do Pregão Eletrônico

- 6.1. A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido no Decreto 8.538/15 e na IN SEGES/ME Nº 73/2022.
- 6.1.1. Por força do disposto no art. 13, inciso IV da IN SEGES/ME Nº 73/22, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.2. A partir do horário previsto neste edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.
- 6.2.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação àquela mais bem classificada.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente essas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes (chat).
- 6.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de R\$ 100,00 (cem reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme disposto no § 2º do art. 21 da IN SEGES/ME Nº 73/2022.
- 6.6.1. Caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



- 6.6.2. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.7. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.7.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica em sua retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 6.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.9. **MODO DE DISPUTA – ABERTO:** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.9.1. A etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos.
- 6.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de envio de lances será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, sendo os licitantes convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.9.5. Encerrada a etapa de que trata o item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10. No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.11. **Se estiverem participando do certame microempresas e empresas de pequeno porte, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 8.538/15.**



7. Julgamento das Propostas e Habilitação

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.
- 7.1.1. O pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado em primeiro lugar, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, sendo inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado.
- 7.1.3. A negociação será realizada exclusivamente pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.1.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de vinte e quatro horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da declaração de nepotismo de que trata o item 4.6, bem como da planilha de preços e composição do BDI, conforme modelo constante dos Anexos III a VI do Termo de Referência.
- 7.1.4.1. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período a critério do pregoeiro, ou por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro.
- 7.1.4.2. Na planilha deverá constar a discriminação dos serviços a serem executados, bem como as marcas, modelos e/ou referências que identifiquem os produtos a serem utilizados e seus respectivos valores unitários, que deverão atender aos requisitos constantes nos Anexos I e II do Termo de Referência.
- 7.1.4.3. Caso os produtos sejam de fabricação própria, isto deverá constar claramente na planilha.
- 7.1.4.4. A planilha orçamentária deverá conter o cálculo do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) detalhado, conforme Acórdãos do TCU n.º 325/2007 e 2.369/2011, ambos do Plenário, e segundo os critérios técnicos a serem adotados para este tipo de serviço.
- 7.1.4.5. No detalhamento do BDI deverão constar os respectivos percentuais praticados.
- 7.1.4.6. Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos



de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o Contratado, não devendo o ônus tributário ser repassado ao Contratante.

- 7.1.4.7. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
- 7.1.4.8. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.
- 7.1.4.9. O item “Administração Local”, visando a maior transparência, deve constar na planilha orçamentária e não no BDI.
- 7.1.4.10. As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, encaminhando, juntamente com a planilha de preços e composição do BDI, os documentos comprobatórios conforme relacionado no Anexo V do edital.
- 7.1.4.11. Erros e omissões existentes na planilha inicialmente enviada poderão ser retificados pelo licitante, após solicitação ou consentimento do pregoeiro, que fixará o prazo para o reenvio, desde que o preço ofertado não sofra acréscimo.
- 7.1.4.12. Se o licitante abandonar o certame, deixando de enviar a planilha e composição do BDI, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 7.1.5. Juntamente com os documentos citados no item 7.1.4, o proponente deverá encaminhar o Cronograma Físico-financeiro, conforme modelo constante do Anexo VIII do Termo de Referência.
 - 7.1.5.1. Os valores informados para cada item no Cronograma Físico-financeiro deverão corresponder aos valores constantes da planilha de preços a ser encaminhada pelo licitante;



- 7.1.5.2. Os valores consignados no Cronograma Físico-financeiro deverão ser devidamente ajustados pela licitante em conformidade com sua proposta;
- 7.1.5.3. Os prazos e a sequência de atividades deverão permanecer inalterados.
- 7.1.6. A licitante deverá enviar, ainda, declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do Anexo IV.
- 7.1.7. O modelo da planilha de preços e do Cronograma Físico-financeiro em formato Excel estarão disponíveis na página da internet do TST, no seguinte endereço: <http://www.tst.jus.br/web/aceso-a-informacao/pregao-eletronico>.
- 7.2. Previamente à tentativa de negociação, à solicitação de envio da proposta ajustada ou de documentos complementares, conforme o caso, o pregoeiro irá verificar se o licitante está conectado e acompanhando a sessão pública. Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos para que ele se manifeste por meio do chat em resposta à indagação. Se esgotado o referido prazo, o licitante não se manifestar, terá sua proposta desclassificada, com fundamento no disposto no art. 13, inciso IV da IN SEGES/ME Nº 73/22, sem prejuízo das sanções pertinentes.**
- 7.3. Examinada(s) a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.4. Será desclassificada a proposta que:
- 7.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 7.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 7.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 7.4.4. apresente preço final superior ao estimado, ou que apresente preço manifestamente inexequível, nos termos do item 5.3 deste edital;
 - 7.4.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.5. Em seguida, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.6. Constatado o atendimento pleno das exigências contidas no edital, o proponente será declarado vencedor.
- 7.7. Se a proposta for desclassificada ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.
- 7.8. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.



- 7.9. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da notificação.
- 7.10. Se um dos licitantes estiver impedido de participar em licitações ou tiver sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, será afastado do certame sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.11. O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.12. **A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame somente deverá(ão) encaminhar proposta(s), declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente solicitado pelo pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (*chat*), sob pena de serem descartados.**
- 7.13. O sistema eletrônico produzirá automaticamente Termo de Julgamento, imediatamente após o encerramento da sessão pública, o qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) e nele serão registradas as ocorrências relevantes.

8. Requisitos de Habilitação dos Licitantes

- 8.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, podendo os licitantes deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do referido Sistema de Cadastramento.
- 8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.4. A habilitação, no que tange à **regularidade fiscal**, far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso.
- 8.5. A **regularidade trabalhista** do licitante deverá ser comprovada mediante certidão negativa, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do



Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.6. Para comprovação da qualificação **econômico-financeira**, serão exigidos:

8.6.1. Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um, o que deverá ser comprovado por meio da apresentação de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**.

8.6.1.1. As empresas que apresentarem ILC igual ou menor do que um quando de sua habilitação, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar capital social no valor mínimo de dez por cento do valor da contratação resultante da licitação.

8.6.1.2. Após 30 de abril, serão considerados válidos, para fins de habilitação, apenas os balanços patrimoniais do ano anterior, sendo que, se adotada a Escrituração Contábil Digital, as empresas vinculadas ao Sped só estarão obrigadas a apresentar o balanço do ano anterior após o último dia útil do mês de maio.

8.6.1.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.7. A **qualificação técnica** será comprovada da seguinte forma:

8.7.1. Apresentação de Certidão de pessoa jurídica expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), comprovando o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante;

8.7.2. Comprovação de possuir, em seu corpo técnico, na data de abertura do pregão, profissional(is) de nível superior (engenheiro ou arquiteto), ou técnico industrial, reconhecido(s) pelo CREA, CAU ou CFT, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) nos referidos Conselhos, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado serviço(s) com características similares ao objeto deste edital, ou seja, que comprove a execução de serviço de impermeabilização em manta asfáltica, com área de, no mínimo, 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados).



- 8.7.2.1. A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a **licitante** como contratante, do contrato social da **licitante** em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- 8.7.2.2. O(s) profissional(is) que apresentar(em) ARTs para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;
- 8.7.3. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por órgão da Administração Pública ou por entidade da iniciativa Privada, em nome da licitante, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital, ou seja, que comprove a execução de serviço de impermeabilização em manta asfáltica, com área de, no mínimo, 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados);
- 8.7.4. Caso entenda necessário, o pregoeiro, por meio de diligência, poderá solicitar ao licitante a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações pertinentes, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 8.8. Disposições gerais sobre habilitação:
- 8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, se for o caso, serão enviados por meio do sistema, no **prazo de duas horas** contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.8.1.1. O prazo para envio poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado e justificado pelo interessado no chat da sessão pública ou por e-mail antes de expirado o prazo inicial estabelecido.
- 8.8.1.2. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.



- 8.8.2. Após o envio dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 8.8.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já enviados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.8.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.8.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.8.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.
- 8.8.5. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.
- 8.8.6. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos no presente edital.
- 8.8.7. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.
- 8.8.8. **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 8.538, de 06/10/15, com as alterações trazidas pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016.**
- 8.8.9. No ato de assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela Contratada durante a vigência contratual.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Em até **três dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 9.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



- 9.1.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os **pedidos de esclarecimento** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet (e-mail), para o endereço indicado na folha de rosto, em mensagens escritas que **não podem conter qualquer tipo de anexo**, nem serem encaminhados após as 19 horas do último dia do prazo, sob pena de serem descartadas, **assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de prazo, forma e conteúdo**.
- 9.2.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimento no prazo de três dias úteis da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica a plena aceitação pelos interessados das condições nela estabelecidas.
- 9.4. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata, no prazo de 10 minutos concedido na sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, tendo três dias para apresentar as razões de recurso, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 9.4.1. Os demais licitantes ficam, desde logo, notificados a apresentar contrarrazões em igual prazo contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.4.2. O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, deverá ser efetuado somente por meio do sistema eletrônico.
- 9.4.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.4.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.4.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 9.4.6. Se não reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, o pregoeiro encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.5. Os autos do processo administrativo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-la pelo e-mail cpl@tst.jus.br.

10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após a homologação do resultado desta licitação, o TST convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital e, no caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, deverá ser entregue declaração de que é regularmente inscrita neste sistema tributário, conforme inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 10.1.1. Para fins de assinatura eletrônica do contrato, a empresa adjudicatária deverá cadastrar representante ou procurador no Sistema Eletrônico de Informações do TST, no prazo de 2 dias úteis, contados da adjudicação.
- 10.1.2. O cadastro deverá ser realizado pelo link https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.
- 10.1.3. Será permitido o cadastramento de até 5 representantes ou procuradores.
- 10.1.4. Realizado o cadastro do representante ou procurador, o instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de 2 dias úteis, contados da liberação para assinatura externa.
- 10.1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 10.1.5. O descumprimento injustificado dos prazos assinalados sujeitará à adjudicatária ou contratada às sanções previstas no item 18.3 deste edital e ainda à perda do direito à contratação.
- 10.1.6. O prazo tem início na data de envio do contrato, excluindo-se da contagem o dia do envio e incluindo-se o do vencimento.
- 10.1.7. As notificações ou convocações enviadas ao e-mail da licitante constante da proposta de preço ou de qualquer outro documento enviado na sessão



pública do pregão eletrônico serão reputadas entregues, independente de confirmação de recebimento.

10.1.8. Aplicam-se às regras desse item nos casos de convocação para assinatura de aditamentos, termo de rescisão ou qualquer outro instrumento derivado da contratação.

10.2. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

10.3. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a Contratada obriga-se a prestar os serviços conforme especificações e condições contidas neste edital e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

10.4. Quando o proponente vencedor não comprovar sua habilitação por ocasião da assinatura do contrato ou recusar-se a assiná-lo no prazo e condições estabelecidos, é facultado ao TST convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor, após comprovada a habilitação.

10.5. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite a contratação nos termos propostos no item anterior, o TST poderá:

10.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima daquele ofertado pelo proponente vencedor da licitação;

10.5.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação prevista no item anterior.

11. Vigência do Contrato

11.1. A vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

11.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

12. Fiscalização da Execução Contratual

12.1. A execução do objeto deste pregão eletrônico será fiscalizada por um servidor, ou comissão de servidores, designados pela Administração, doravante denominado



Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

- 12.2.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
- 12.2.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
- 12.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 12.2.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - CGFC os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;
- 12.2.5. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento;
- 12.2.6. Indicar à contratada endereço eletrônico para o recebimento da documentação complementar exigida em contrato.
- 12.2.7. Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços a serem apresentados pela Contratada no início dos trabalhos;
- 12.2.8. Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
- 12.2.9. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- 12.2.10. Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- 12.2.11. Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;
- 12.2.12. Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;



- 12.2.13. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
 - 12.2.14. Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
 - 12.2.15. Verificar e aprovar os relatórios periódicos de execução dos serviços.
- 12.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

- 13.1. O objeto da presente licitação será recebido das seguintes formas:
- 13.1.1. **Provisória**, mediante termo detalhado a ser emitido pelos fiscais técnico e administrativo, em até quinze dias da comunicação escrita do contratado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - 13.1.2. **Definitiva**, mediante termo detalhado, a ser emitido pelo gestor do contrato, em até dez dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 13.2. Caso sejam constatadas pendências em relação ao serviço no recebimento provisório, a contratada deverá, em até quinze dias, realizar os reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições relativas ao objeto do contrato.
- 13.2.1. Concluídos os trabalhos pela contratada dentro do prazo fixado, deve ser emitida nova comunicação escrita da contratada para uma segunda vistoria. Uma vez constatada a regularização das pendências apontadas e verificada a perfeita adequação dos serviços aos termos do contrato, será emitido o recebimento definitivo, em até dez dias daquela comunicação;
 - 13.2.2. Caso as pendências não tenham sido sanadas, a Contratada passa a incorrer em atraso a partir da data da segunda vistoria.
- 13.3. O registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT deverá ser realizado pelo gestor ou pelos fiscais técnico ou administrativo, no prazo de um dia útil a contar do recebimento da notificação do cadastro da nota fiscal no referido sistema.
- 13.4. O termo do recebimento provisório poderá se dispensado, caso a fiscalização seja exercida apenas pelo gestor e pelo gestor suplente.
- 13.4.1. O gestor emitirá o termo de recebimento definitivo no prazo de cinco dias úteis a contar do registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT.



- 13.5. Os serviços prestados em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a refazê-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
- 13.5.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.
- 13.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

14. Condições de Pagamento

- 14.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo de cada parcela do objeto, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
- 14.1.1. A nota fiscal deverá corresponder ao objeto recebido e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, notificará a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 14.1.2. As faturas serão entregues exclusivamente à Fiscalização do Contrato e deverão estar acompanhadas da documentação exigida neste Termo de Referência, por meio de endereço eletrônico, para fins de liquidação e pagamento das despesas.
- 14.1.3. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de atesto, liquidação e pagamento.
- 14.1.4. No decorrer da execução contratual, poderá ser alterado o local da entrega da nota fiscal, mediante prévia notificação à Contratada.
- 14.2. O contratante efetuará os pagamentos dos documentos fiscais emitidos pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização;
- 14.2.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pelo contratado e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo contratante;
- 14.2.2. A medição de serviços será baseada em relatórios periódicos elaborados pelo contratado, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos



- necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados;
- 14.2.3. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao Termo de Referência, inclusive critérios de medição e pagamento;
- 14.2.4. Sendo o regime de execução por empreitada por preço global, o pagamento será realizado em parcelas, sendo cada parcela coincidente com cem por cento de conclusão de uma etapa;
- 14.3. Os pagamentos serão realizados em 03 parcelas de acordo com a conclusão das etapas a seguir:
- 14.3.1. 1ª parcela: após conclusão das etapas previstas no mês 01 do cronograma físico-financeiro;
- 14.3.2. 2ª parcela: após conclusão das etapas previstas no mês 02 do cronograma físico-financeiro;
- 14.3.3. 3ª parcela: após o recebimento definitivo dos serviços;
- 14.4. Os pagamentos das parcelas serão conforme os percentuais a seguir, em conformidade com cronograma físico-financeiro (Anexo VIII do Termo de Referência):
- 14.4.1. 1ª parcela: 25% do valor total previsto no contrato;
- 14.4.2. 2ª parcela: 70% do valor total previsto no contrato;
- 14.4.3. 3ª parcela: 05% do valor total previsto no contrato;
- 14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será feita comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa executada, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/21.
- 14.6. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura do contrato ou entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 14.7. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste edital, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.



15. Reajustamento dos Preços

- 15.1. Os preços poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do orçamento estimado a que ela se refere, em 19/02/2024, ou da data do último reajuste, limitada à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou de outro índice que passe a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P, \text{ onde:}$$

- a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês de apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

- b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.

- 15.2. Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que a Contratada legalmente faria jus se ela não fizer o respectivo pedido de reajuste dentro da vigência do contrato.
- 15.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou impeditivos da execução do ajustado, poderá ser admitida a revisão do valor pactuado, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 15.4. O valor e a data do reajuste serão informados mediante apostila.
- 15.5. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste quando a Contratada firma termo aditivo de prorrogação, sem solicitar os novos valores.
- 15.6. Cabe à Contratada solicitar a inclusão, no termo aditivo a ser firmado, de cláusula com o fim de resguardar o direito em pleitear a futura revisão dos preços contratuais por reajuste.
- 15.7. O pedido de reajuste deverá ser encaminhado para a Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - CGFC, através do e-mail: cgfc@tst.jus.br - telefone: (61) 3043-4095.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. Executar o objeto deste edital, obedecendo a todas as determinações contidas neste documento, nas Especificações Técnicas e no Projeto Executivo em anexo ao Termo



de Referência, não sendo admitida qualquer modificação sem a prévia autorização da Fiscalização.

16.1.1. Deverão ser considerados como partes integrantes do projeto todos os detalhes de execução de serviços constantes dos desenhos e não mencionados nas especificações, assim como todos os detalhes de execução de serviços mencionados nas especificações e que não constem dos desenhos.

16.2. Efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA – DF), ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU – DF), ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, emitido pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT);

16.2.1. O comprovante de registro deverá ser apresentado à Fiscalização no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da contagem do prazo de execução contratual;

16.3. Garantir que o Responsável Técnico pelo serviço participe efetivamente da execução dos serviços, atendendo à periodicidade mínima de visitas e demais condições estabelecidas nas Especificações Técnicas;

16.3.1. Durante a execução dos serviços, caso seja necessária a substituição do Responsável Técnico da obra, a Contratada poderá fazê-lo, desde que seja por outro profissional com experiência comprovadamente igual ou superior à exigida neste documento e que essa substituição seja aprovada pelo Contratante;

16.4. Empregar mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização de cada serviço;

16.5. Fornecer e manter atualizado o “Diário de Obra” para acompanhamento dos serviços;

16.5.1. Os detalhes sobre o preenchimento do Diário de Obras constam no Anexo I do Termo de Referência;

16.6. Verificar, anteriormente e/ou durante a execução dos serviços, a compatibilidade entre os projetos recebidos, visando detectar problemas tais como de cotas, interferências entre elementos e componentes, dentre outros, devendo as inconsistências detectadas serem apresentadas à Fiscalização;

16.7. Submeter à aprovação da Fiscalização, antes do início dos serviços, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços, elaborados de conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento;



- 16.8. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- 16.9. Responsabilizar-se por quaisquer erros ou vícios identificados nos projetos e não comunicados à Fiscalização;
- 16.10. Cumprir as leis e regulamentos referentes aos serviços e à Segurança Pública, bem como as normas da ABNT, as NRs e às exigências do CREA/CAU/CFT;
- 16.11. Reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste edital em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- 16.12. Dar a destinação correta às embalagens a serem descartadas e ao entulho gerado, de acordo com a Resolução nº 400/2024 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e com a Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do meio Ambiente – CONAMA;
- 16.13. Recuperar eventuais avarias ou defeitos causados nas dependências do TST em função da prestação de serviços;
- 16.14. Responsabilizar-se inteiramente pelos equipamentos e materiais necessários a execução do serviço, incluindo sua posse e guarda;
- 16.15. Manter, durante a prestação do serviço, o local dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços;
- 16.16. Manter seus funcionários devidamente identificados durante a execução dos serviços, devendo ser observadas as posturas necessárias ao relacionamento cordial e educado para com o Contratante e o representante por ele designado para supervisionar os trabalhos;
- 16.17. Fornecer à fiscalização relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade, em até 1 (um) dia útil antes da realização do serviço, bem como informar durante toda a vigência da contratação, qualquer alteração que venha ocorrer na referida relação;
- 16.18. Manter um técnico responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Fiscalização sobre assuntos relacionados ao serviço;
- 16.19. Utilizar equipamentos e ferramentas necessários à boa execução de todos os serviços e empregar aos métodos de trabalho mais eficientes e seguros, de acordo com as normas vigentes, e especificações fornecidas.
- 16.20. Garantir que seus funcionários alocados no serviço utilizem uniformes, EPIs e EPCs adequados à execução dos serviços que estejam prestando;



- 16.20.1. A constatação do não uso dos EPIs necessários ensejará a suspensão dos serviços (sem abono do prazo restante para a conclusão) até que os referidos equipamentos sejam fornecidos a todos os funcionários;
- 16.21. Substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do TST, apresentarem comportamento inadequado ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- 16.22. Permitir e facilitar, no local de execução dos serviços, o trabalho de terceiros autorizados pela Fiscalização;
- 16.23. Disponibilizar, além dos materiais especificados neste edital e no Termo de Referência, todas as ferramentas necessárias para a execução dos serviços, responsabilizando-se, ainda, por sua guarda e transporte;
- 16.24. Observar o cumprimento de todos os prazos, condições exigidas, datas, horários estabelecidos.
- 16.25. Oferecer garantia dos serviços, conforme NBR 17170 (edificações - garantias - prazos recomendados e diretrizes), pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos para o sistema de impermeabilização, contados a partir do recebimento definitivo.
- 16.25.1. A garantia será contra perda de estanqueidade de produtos e instalação desde que a causa da falha constatada não seja decorrente de intervenções não previstas, avarias, danos ou falhas nos substratos ou camadas ou outros materiais e componentes que sejam determinantes do desempenho dos sistemas de impermeabilização.
- 16.26. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 16.27. Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 16.27.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- 16.28. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação.
- 16.29. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 16.30. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.



- 16.31. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.32. A Contratada não será responsável:
- 16.32.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
 - 16.32.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
- 16.33. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a assinatura do contrato, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste edital;
 - 17.1.2. Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado; e
 - 17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais.
 - 17.1.3.1. As solicitações de atestado de capacidade técnica devem ser feitas à Secretaria de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, por meio de requerimento formal, no qual devem constar a razão social da contratada, o número da inscrição no CNPJ, o objeto contratado e o número do Contrato e/ou da Nota de Empenho.
 - 17.1.3.2. O requerimento deve ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.
 - 17.1.3.3. Em caso de dúvidas, entrar em contato com a CCP – Coordenadoria de Cadastramento Processual, por meio do endereço eletrônico: ccp@tst.jus.br.



18. Sanções para o Caso de Inadimplemento

18.1. Fundamentado nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, serão aplicadas as seguintes sanções ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas:

18.1.1. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando:

18.1.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.2. Der causa à inexecução total do contrato;

18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) até 6 (seis) anos, quando:

18.1.3.1. Praticar as infrações previstas no item 18.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

18.1.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.3.3. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo valor total.

18.2.1. Nessa hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção



prevista no item 18.1 deste edital, como também a inexecução total contratual.

18.3. No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura do contrato assinalado no item 10.1 deste edital, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado, até o limite de 15% (quinze por cento).

18.4. Os casos de descumprimento das demais obrigações previstas neste edital implicarão sanções, conforme descrito nas tabelas abaixo:

Tabela 01: Categorização das infrações	
1. Infrações leves	
1.1	Realizar a movimentação de materiais por percursos não autorizados pela Fiscalização.
1.2	Não executar limpeza dos locais que tenham sido afetados pela execução dos serviços.
1.3	Deixar de prestar as informações ou tomar as providências solicitadas pela Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.4	Deixar de responder às comunicações eletrônicas da Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.5	Manter funcionários em serviço sem a devida identificação (uniforme e/ou crachá da Contratada).
2. Infrações médias	
2.1	Deixar de informar ao Contratante eventuais mudanças de endereço, telefone e/ou e-mail, impossibilitando a comunicação entre as partes.
2.2	Deixar de comparecer, injustificadamente, às reuniões agendadas com a Fiscalização.
2.3	Não cumprir as determinações contidas em uma advertência e/ou reincidir no cometimento de qualquer uma das infrações leves listadas acima.
3. Infrações graves	
3.1	Não utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à execução dos trabalhos por qualquer dos funcionários em serviço.
3.2	Não comparecer ao local dos serviços executados, quando acionada pelo Contratante, no prazo estipulado, durante a vigência da garantia.
3.3	Subcontratar os serviços sem autorização da administração.

Tabela 02: Relação entre infrações e penalidades	
Categoria da Infração	Penalidade a ser aplicada
1. Infrações leves	Advertência
2. Infrações médias	Multa de 0,5% do valor total do contrato por ocorrência
3. Infrações graves	Multa de 1,0% do valor total do contrato por ocorrência

18.4.1. O cometimento de infrações cujo somatório atinja o limite de 10% (dez por cento) do valor total adjudicado ou a reincidência de uma infração grave caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas na legislação, assim como a inexecução total do contrato.

18.5. Sanções pecuniárias aplicáveis à Contratada poderão ser substituídas pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.



- 18.6. A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.
- 18.7. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 18.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.
- 18.9. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 18.9.1. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, conjunto A, bloco A, térreo, sala T-18, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.
- 18.9.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

19. Da Proteção de Dados

- 19.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital.
- 19.2. O Tribunal Superior do Trabalho figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.
- 19.3. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei,



responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

194. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do TST, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste edital, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

194.1. Eventualmente, as partes podem ajustar que o TST será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item 19.4.

195. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TST, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.

196. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato objeto deste edital, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

196.1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

196.2. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

196.3. Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

197. O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo TST, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

198. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

20. Generalidades

20.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48 e a UASG é 080001.

20.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, nos termos do art. 47 da IN SEGES/ME Nº 73/22.



- 20.3. **DA VISTORIA FACULTATIVA** - As Licitantes poderão realizar vistoria técnica para conhecimento de todas as informações necessárias para realização dos serviços, junto à Coordenadoria de Manutenção e Projetos - CMAP, localizada neste Tribunal - endereço: SAFS, quadra 8, conjunto A, Bloco A, sala A4.49, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira, das 09 às 17 horas, telefones (61) 3043-4812, 3043-3386 ou 3043-3616.
- 20.3.1. Não haverá vistoria no dia da licitação, bem como sem prévio agendamento.
- 20.3.2. Com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, é da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação prévia dos serviços a serem realizados e bens a serem restaurados (Acórdãos TCU 295/2008, 3459/2012 e 234/2015 todos do Plenário).
- 20.4. No curso da contratação, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução contratual, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão contratual.
- 20.5. Em consonância com a Resolução 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional da Justiça, constante do Anexo I, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 20.5.1. A vedação constante no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
- 20.6. É de responsabilidade do Proponente o conhecimento das características dos serviços relacionados no objeto desta licitação.
- 20.7. Em caso de discrepância entre o Edital, seus anexos e os dados incluídos no sistema Comprasnet, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 20.8. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@tst.jus.br.



20.9. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.tst.jus.br e www.gov.br/compras/pt-br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.



ANEXO I

RESOLUÇÃO CNJ Nº 7, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados;

II - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

III - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

IV - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

V - a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexistência de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; ([Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, e que o outro servidor também seja titular de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade. ([Redação dada pela Resolução nº 181, de 17.10.13](#))

§ 2º A vedação constante do inciso IV deste artigo não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))



Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação. (Redação dada pela Resolução nº 9, de 06.12.05)

Art. 4º O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do artigo 2º.

Art. 5º Os Presidentes dos Tribunais, dentro do prazo de noventa dias, contado da publicação deste ato, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas, nas situações previstas no art. 2º, comunicando a este Conselho.

Parágrafo único Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça, em cento e oitenta dias, com base nas informações colhidas pela Comissão de Estatística, analisará a relação entre cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, em todos os Tribunais, visando à elaboração de políticas que privilegiem mecanismos de acesso ao serviço público baseados em processos objetivos de aferição de mérito.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Relação familiar		
I - Cônjuge ou companheiro.		
II - Relação de parentesco até o 3º grau, inclusive.		
II.1 - Parentesco natural e civil.		
Linha reta	Ascendente	a) pais - 1º grau b) avós - 2º grau c) bisavós - 3º grau
	Descendente	a) filhos - 1º grau b) netos - 2º grau c) bisnetos - 3º grau
Linha colateral		a) irmãos - 2º grau b) tios e sobrinhos – 3º grau
II.2 - Parentesco por afinidade		
Linha reta	Ascendente	a) sogros (pais do cônjuge ou companheiro) - 1º grau b) padrasto ou madrasta - 1º grau c) padrasto ou madrasta do cônjuge ou companheiro - 1º grau d) avós do cônjuge ou companheiro - 2º grau e) bisavós do cônjuge ou companheiro - 3º grau
	Descendente	a) genro ou nora (cônjuge ou companheiro dos filhos) - 1º grau b) enteados (filhos do cônjuge ou companheiro) - 1º grau c) filhos dos enteados (netos do cônjuge ou companheiro) - 2º grau d) netos dos enteados (bisnetos do cônjuge ou companheiro) - 3º grau
Linha colateral		a) cunhados - 2º grau b) tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro - 3º grau



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 023/2024, não haver no quadro societário da empresa identificada acima cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do Tribunal Superior do Trabalho situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

Representante da empresa



ANEXO III

DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Na condição de sócio(s) da empresa identificada acima, para fins de contratação decorrente do Pregão Eletrônico n.º 023/2024 declaro(amos) não incorrer na vedação do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

Sócio 1

Sócio 2

Sócio 3



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no pregão eletrônico nº 023/2024, que a empresa _____, CNPJ nº _____, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo a responsabilidade sobre a ocorrência de eventuais prejuízos caso tenha exercido a opção de não vistoriar.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa



ANEXO V

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA

1. A empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa deverá apresentar comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS (observar item 5 deste anexo) efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 1.1. planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item 5 deste anexo, em que os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;
 - 1.2. cópia do Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o faturamento mensal;
 - 1.3. cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS; e
 - 1.4. recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação.
2. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.
3. Para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda sim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta.
4. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das



alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

5. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições.

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 1,65%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 7,60%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%



6. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.
7. O modelo da declaração pode ser obtido pelo seguinte link:
<http://www3.tst.jus.br/Srlca/certames/2015/ModeloPISCOFINS.zip>.



TERMO DE REFERÊNCIA SMPRED Nº 40/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÃO

1 OBJETO

- 1.1 Prestação de serviço de impermeabilização de cobertura em edificação no edifício auxiliar do TST no SAAN.
 - 1.1.1 CATSER: 1627
 - 1.1.2 Código SIGEO: 151012024000264
 - 1.1.3 PLACON: 15101.2024.308054
- 1.2 A proposta de preço deverá conter planilha orçamentária com custos unitários e totais, composição de custos unitários, detalhamento do BDI, detalhamento dos encargos sociais e cronograma físico financeiro;
- 1.3 O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.
- 1.4 O objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global;
- 1.5 Os serviços deverão ser executados conforme as mais rigorosas regras de segurança do trabalho e de acordo com as condições e especificações contidas neste Termo de Referência e respectivos anexos:
 - 1.5.1 Anexo I – Especificações técnicas
 - 1.5.2 Anexo II – Projetos de impermeabilização
 - 1.5.3 Anexo III - Planilha orçamentária
 - 1.5.4 Anexo IV – Composição unitária material e mão de obra
 - 1.5.5 Anexo V – Composição de custos unitários
 - 1.5.6 Anexo VI – BDI
 - 1.5.7 Anexo VII – Encargos sociais
 - 1.5.8 Anexo VIII – Cronograma físico



- 1.5.9 Anexo IX - Documentação complementar para empresas com tributação pelo regime de incidência não cumulativa

2 JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa da contratação:

- 2.1.1 A manutenção predial pode ser definida como conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e seus sistemas constituintes, a fim de atender às necessidades e segurança dos seus usuários. Costumeiramente dividida em manutenção preventiva, corretiva e preditiva;
- 2.1.2 Foi realizado teste de estanqueidade no sistema de impermeabilização da cobertura do edifício auxiliar do TST no SAAN e constatou que houve infiltração e vazamento da laje. As telhas apresenta pequenos furos que permitem a passagem de água. O sistema de impermeabilização existente não protege mais a edificação, pois chegou ao fim da vida útil;
- 2.1.3 Foi necessário elaborar novo projeto de impermeabilização com o objetivo de:
- 2.1.3.1 Evitar a passagem de fluidos e vapores na edificação, pelas partes que requeiram estanqueidade;
- 2.1.3.2 Proteger os elementos e componentes construtivos que estejam expostos ao intemperismo, contra a ação de agentes agressivos presentes na atmosfera;
- 2.1.4 Assim, a contratação se justifica pela necessidade de executar novo projeto impermeabilização para garantir a estanqueidade da cobertura, a correta destinação das águas pluviais e a conservação da edificação.

3 PRAZOS

- 3.1 O prazo para conclusão dos serviços será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela fiscalização, conforme cronograma físico (anexo VIII);
- 3.2 Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de um dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 3.2.1 Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 08, Lote 1, Bloco A, Sala AT.152, Brasília-DF, CEP 70070-943, telefones (61) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.
- 3.2.2 Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a execução dos serviços.



4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 A qualificação técnica será comprovada da seguinte forma:

- 4.1.1 Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) dos serviços, acompanhada dos seguintes documentos:
 - 4.1.1.1 Certidão de registro atualizada e válida do profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) a cuja jurisdição pertença.
 - 4.1.1.2 Atestado de Responsabilidade Técnica, em nome do responsável técnico, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT – expedida pela Entidade de Classe (CREA, CAU ou CFT), comprovando a execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência;
 - 4.1.1.3 A apresentação dos atestados deverá comprovar a execução do serviço de impermeabilização em manta asfáltica, com área de, no mínimo, 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados);
- 4.1.2 Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente;
- 4.1.3 Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por órgão da Administração Pública ou por entidade da iniciativa Privada, em nome da licitante, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste Termo de Referência;
 - 4.1.3.1 A apresentação dos atestados deverá comprovar a execução do serviço de impermeabilização em manta asfáltica, com área de, no mínimo, 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados);
 - 4.1.3.2 Apresentação de Certidão de pessoa jurídica expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), comprovando o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante;
 - 4.1.3.3 O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante deverá(ão) participar do serviço objeto deste TR, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;
 - 4.1.3.4 A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;



- 4.1.4 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 4.1.5 Os atestados deverão possuir todas as informações necessárias à verificação do cumprimento das exigências previstas, inclusive dados do atestante que possibilitem qualificá-lo e contatá-lo;

5 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 Preço global de referência optante simples nacional: R\$ 335.478,14
- 5.2 Preço global de referência incidência cumulativa: R\$ 335.723,19
- 5.3 Preço global de referência incidência não cumulativa: R\$ 358.257,14

6 VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1 O prazo de vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

7 FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 7.1 O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório;
- 7.2 São atribuições da Fiscalização, entre outras:
 - 7.2.1 Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
 - 7.2.2 Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
 - 7.2.3 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 7.2.4 Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;
 - 7.2.5 Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento;
 - 7.2.6 Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços a serem apresentados pela Contratada no início dos trabalhos;
 - 7.2.7 Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;



- 7.2.8 Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
 - 7.2.9 Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
 - 7.2.10 Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;
 - 7.2.11 Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;
 - 7.2.12 Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
 - 7.2.13 Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
 - 7.2.14 Verificar e aprovar os relatórios periódicos de execução dos serviços.
- 7.3 A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1 Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:
- 8.1.1 Provisoriamente, mediante termo detalhado a ser emitido pelos fiscais técnico e administrativo, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - 8.1.2 Definitivamente, mediante termo detalhado a ser emitido pelo gestor do contrato, em até 10 dias após o recebimento provisório, após vistoria que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 8.2 Se o Termo de Recebimento Provisório consignar pendências em relação ao serviço, a contratada deverá, em até 15 dias, realizar os reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições relativas ao objeto do contrato;
- 8.2.1 Concluídos os trabalhos pela contratada dentro do prazo fixado, deve ser emitida nova comunicação escrita da contratada para uma segunda vistoria. Uma vez constatada a regularização das pendências apontadas e verificada a perfeita adequação dos serviços aos termos do contrato, será emitido o recebimento definitivo, em até 10 dias daquela comunicação;
 - 8.2.2 Caso as pendências não tenham sido sanadas, a contratada passa a incorrer em atraso a partir da data da segunda vistoria;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 8.3 Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, no Instrumento Convocatório ou no Contrato, ou com defeito, serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a refazê-los dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução.
- 8.3.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;
- 8.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- 8.5 O registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT deverá ser realizado pelo gestor ou pelos fiscais técnico ou administrativo, no prazo de um dia útil a contar do recebimento da notificação do cadastro da nota fiscal no referido sistema

9 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento/atesto de cada parcela do objeto, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
- 9.1.1 A nota fiscal deverá corresponder ao objeto recebido e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, notificará a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento;
- 9.1.2 As faturas serão entregues exclusivamente à Fiscalização do Contrato e deverão estar acompanhadas da documentação exigida neste Termo de Referência, por meio de endereço eletrônico, para fins de liquidação e pagamento das despesas;
- 9.1.2.1 O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de atesto, liquidação e pagamento;
- 9.1.2.2 No decorrer da execução contratual, poderá ser alterado o local da entrega da nota fiscal, mediante prévia notificação à Contratada;
- 9.2 O contratante efetuará os pagamentos dos documentos fiscais emitidos pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização;
- 9.2.1 Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pelo contratado e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo contratante;
- 9.2.2 A medição de serviços será baseada em relatórios periódicos elaborados pelo contratado, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados;
- 9.2.3 A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas a este Termo de Referência, inclusive critérios de medição e pagamento;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 9.2.4 Sendo o regime de execução por empreitada por preço global, o pagamento será realizado em parcelas, sendo cada parcela coincidente com cem por cento de conclusão de uma etapa;
- 9.3 Os pagamentos serão realizados em 03 (três) parcelas de acordo com a conclusão das etapas a seguir:
- 9.3.1 1ª parcela: após conclusão das etapas previstas no mês 01 do cronograma físico;
- 9.3.2 2ª parcela: após conclusão das etapas previstas no mês 02 do cronograma físico;
- 9.3.3 3ª parcela: após o recebimento definitivo dos serviços;
- 9.4 Os pagamentos das parcelas serão conforme os percentuais a seguir, em conformidade com cronograma físico financeiro (anexo VIII):
- 9.4.1 1ª parcela: 25% do valor total previsto no contrato;
- 9.4.2 2ª parcela: 70% do valor total previsto no contrato;
- 9.4.3 3ª parcela: 05% do valor total previsto no contrato;
- 9.5 Por ocasião da apresentação da proposta na licitação, os valores consignados no cronograma de desembolso financeiro elaborado pela Administração deverão ser devidamente ajustados pela licitante em conformidade com sua proposta;
- 9.5.1 Os prazos e a sequência de atividades deverão permanecer inalterados;
- 9.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será feita comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa executada, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/21;

10 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 10.1 Os preços poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar do orçamento estimado a que ela se refere ou da data do último reajuste, limitada à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou de outro índice que passe a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P, \text{ onde:}$$

- a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês de apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

- b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.



- 10.2 Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que a Contratada legalmente faria jus se ela não fizer o respectivo pedido de reajuste dentro da vigência do contrato.
- 10.3 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou impeditivos da execução do ajustado, poderá ser admitida a revisão do valor pactuado, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 10.3.1 O valor e a data do reajuste serão informados mediante apostila

11 SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1 Não será admitida a subcontratação parcial do objeto.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 Executar o objeto deste Termo de Referência, obedecendo a todas as determinações contidas neste documento, nas Especificações Técnicas e no Projeto Executivo em anexo, não sendo admitida qualquer modificação sem a prévia autorização da Fiscalização;
- 12.1.1 Deverão ser considerados como partes integrantes do projeto todos os detalhes de execução de serviços constantes dos desenhos e não mencionados nas especificações, assim como todos os detalhes de execução de serviços mencionados nas especificações e que não constem dos desenhos;
- 12.2 Efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA – DF), ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU – DF), ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, emitido pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT);
- 12.2.1 O comprovante de registro deverá ser apresentado à Fiscalização no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da contagem do prazo de execução contratual;
- 12.3 Garantir que o Responsável Técnico pelo serviço participe efetivamente da execução dos serviços, atendendo à periodicidade mínima de visitas e demais condições estabelecidas nas Especificações Técnicas;
- 12.3.1 Durante a execução dos serviços, caso seja necessária a substituição do Responsável Técnico da obra, a Contratada poderá fazê-lo, desde que seja por outro profissional com experiência comprovadamente igual ou superior à exigida neste documento e que essa substituição seja aprovada pelo Contratante;
- 12.4 Empregar mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização de cada serviço;
- 12.5 Fornecer e manter atualizado o “Diário de Obra” para acompanhamento dos serviços;
- 12.5.1 Os detalhes sobre o preenchimento do Diário de Obras constam no anexo I;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 12.6 Verificar, anteriormente e/ou durante a execução dos serviços, a compatibilidade entre os projetos recebidos, visando detectar problemas tais como de cotas, interferências entre elementos e componentes, dentre outros, devendo as inconsistências detectadas serem apresentadas à Fiscalização;
- 12.7 Submeter à aprovação da Fiscalização, antes do início dos serviços, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços, elaborados de conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento;
- 12.8 Submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- 12.9 Responsabilizar-se por quaisquer erros ou vícios identificados nos projetos e não comunicados à Fiscalização;
- 12.10 Cumprir as leis e regulamentos referentes aos serviços e à Segurança Pública, bem como as normas da ABNT, as NRs e às exigências do CREA/CAU/CFT;
- 12.11 Reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste Termo de Referência em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- 12.12 Dar a destinação correta às embalagens a serem descartadas e ao entulho gerado, de acordo com a Resolução nº 400/2024 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e com a Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do meio Ambiente – CONAMA;
- 12.13 Recuperar eventuais avarias ou defeitos causados nas dependências do TST em função da prestação de serviços;
- 12.14 Responsabilizar-se inteiramente pelos equipamentos e materiais necessários a execução do serviço, incluindo sua posse e guarda;
- 12.15 Manter, durante a prestação do serviço, o local dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causada pela execução dos serviços;
- 12.16 Manter seus funcionários devidamente identificados durante a execução dos serviços, devendo ser observadas as posturas necessárias ao relacionamento cordial e educado para com o Contratante e o representante por ele designado para supervisionar os trabalhos;
- 12.17 Fornecer à fiscalização relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade, em até 1 (um) dia útil antes da realização do serviço, bem como informar durante toda a vigência da contratação, qualquer alteração que venha ocorrer na referida relação;
- 12.18 Manter um técnico responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Fiscalização sobre assuntos relacionados ao serviço;
- 12.19 Utilizar equipamentos e ferramentas necessários à boa execução de todos os serviços e empregar aos métodos de trabalho mais eficientes e seguros, de acordo com as normas vigentes, e especificações fornecidas.
- 12.20 Garantir que seus funcionários alocados no serviço utilizem uniformes, EPIs e EPCs adequados à execução dos serviços que estejam prestando;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 12.20.1 A constatação do não uso dos EPIs necessários ensejará a suspensão dos serviços (sem abono do prazo restante para a conclusão) até que os referidos equipamentos sejam fornecidos a todos os funcionários;
- 12.21 Substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do TST, apresentarem comportamento inadequado ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- 12.22 Permitir e facilitar, no local de execução dos serviços, o trabalho de terceiros autorizados pela Fiscalização;
- 12.23 Disponibilizar, além dos materiais especificados neste Termo de Referência, todas as ferramentas necessárias para a execução dos serviços, responsabilizando-se, ainda, por sua guarda e transporte;
- 12.24 Observar o cumprimento de todos os prazos, condições exigidas, datas, horários estabelecidos.
- 12.25 Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 12.26 Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 12.26.1 Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- 12.27 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação.
- 12.28 Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 12.29 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 12.30 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 12.31 A Contratada não será responsável:
- 12.31.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 12.31.2 Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
- 12.32 O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.



13 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 O TST, após a emissão da ordem de serviço, compromete-se a:

- 13.1.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;
- 13.1.2 Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado;
- 13.1.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados por requerimento protocolizado na Coordenadoria de Cadastramento Processual – CCP, localizada no térreo do bloco A do edifício sede do TST, desde que atendidas às obrigações contratuais.
 - 13.1.3.1 As solicitações de atestado de capacidade técnica devem ser feitas à Secretaria de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, por meio de requerimento formal, no qual devem constar a razão social da contratada, o número da inscrição no CNPJ, o objeto contratado e o número do Contrato e/ou da Nota de Empenho;
 - 13.1.3.2 O requerimento deve ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico:
<https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0>.
 - 13.1.3.3 Em caso de dúvidas, entrar em contato com a CCP – Coordenadoria de Cadastramento Processual, por meio do endereço eletrônico: ccp@tst.jus.br.

14 GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 14.1 Conforme NBR 17170 (edificações - garantias - prazos recomendados e diretrizes) os prazos de garantia serão:
 - 14.1.1 Sistema de impermeabilização: 05 anos;
 - 14.1.1.1 Contra perda de estanqueidade de produtos e instalação desde que a causa da falha constatada não seja decorrente de intervenções não previstas, avarias, danos ou falhas nos substratos ou camadas ou outros materiais e componentes que sejam determinantes do desempenho dos sistemas de impermeabilização;
- 14.2 A contagem dos prazos de garantia se inicia a partir do recebimento definitivo dos serviços.

15 SANÇÕES

- 15.1 Fundamentado nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, serão aplicadas ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
 - 15.1.1 **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 15.1.2 **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 15.1.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.2.2 Der causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.2.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.2.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.2.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.3 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) até 6 (seis) anos, quando:
 - 15.1.3.1 Praticar as infrações previstas no item 16.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
 - 15.1.3.2 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 15.1.3.3 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 15.1.3.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 15.1.3.5 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.1.3.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2 O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo valor total.
 - 15.2.1 Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 trinta dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 16.1 deste Termo de Referência, assim como a inexecução total do contrato.
- 15.3 Os casos de descumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência implicarão sanções, conforme descrito nas tabelas abaixo:

Tabela 01: Categorização das infrações	
1. Infrações leves	
1.1	Realizar a movimentação de materiais por percursos não autorizados pela Fiscalização.
1.2	Não executar limpeza dos locais que tenham sido afetados pela execução dos serviços.



1.3 Deixar de prestar as informações ou tomar as providências solicitadas pela Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.4 Deixar de responder às comunicações eletrônicas da Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.5 Manter funcionários em serviço sem a devida identificação (uniforme e/ou crachá da Contratada).
2. Infrações médias
2.1 Deixar de informar ao Contratante eventuais mudanças de endereço, telefone e/ou e-mail, impossibilitando a comunicação entre as partes.
2.2 Deixar de comparecer, injustificadamente, às reuniões agendadas com a Fiscalização.
2.3 Não cumprir as determinações contidas em uma advertência e/ou reincidir no cometimento de qualquer uma das infrações leves listadas acima.
3. Infrações graves
3.1 Não utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à execução dos trabalhos por qualquer dos funcionários em serviço.
3.2 Não comparecer ao local dos serviços executados, quando acionada pelo Contratante, no prazo estipulado, durante a vigência da garantia.
3.3 Subcontratar os serviços em parcelas superiores ao previsto no termo de referência ou sem autorização da administração.

Tabela 02: Relação entre infrações e penalidades	
Categoria da Infração	Penalidade a ser aplicada
1. Infrações leves	Advertência
2. Infrações médias	Multa de 0,5% do valor total do contrato por ocorrência
3. Infrações graves	Multa de 1,0% do valor total do contrato por ocorrência

- 15.4 O cometimento de infrações cujo somatório atinja o limite de 10 % (dez por cento) do valor total adjudicado caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 15.1.2 deste termo de referência, assim como a inexecução total do contrato.
- 15.5 A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação resultará na rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.

16 DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 16.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.
- 16.2 O Tribunal Superior do Trabalho figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.



- 16.3 A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.
- 16.4 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do TST, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
- 16.4.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TST será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- 16.5 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TST, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 16.6 Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato objeto deste Termo de Referência, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:
- 16.6.1 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- 16.6.2 Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- 16.6.3 Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;
- 16.7 O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo TST, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 16.8 Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos serviços relacionados no objeto desta licitação.
- 17.2 As Licitantes poderão agendar vistoria técnica para conhecimento de todas as informações necessárias para realização dos serviços, junto à Coordenadoria de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Manutenção e Projetos (CMAP), localizada neste Tribunal - endereço: SAFS, quadra 8, conjunto A, Bloco A, sala A4.49, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira, das 09 às 17 horas, telefones (61) 3043-3616/4812/3386.

- 17.2.1 Não haverá vistoria no dia da licitação, bem como sem prévio agendamento;
- 17.2.2 Com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, é da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação prévia dos serviços a serem realizados e bens a serem restaurados (Acórdãos TCU 295/2008, 3459/2012, ambos do Plenário).

Brasília, 14 de fevereiro de 2024.

César Mazza

Assinado de forma digital por
César Mazza
DN: cn=César Mazza, o, ou,
email=cesar.filho@tst.jus.br, c=<n
Dados: 2024.02.14 13:51:51 -03'00'

CÉSAR MAZZA DE CASTRO FILHO
Responsável Técnico

Nos termos do 1º do art. 50 do Ato nº 5/GDGSET.GP /TST.GP, de 2 de janeiro de 2024, ratifico o presente Termo de Referência:

Carlos Ivan P
Paredes Jr

Assinado de forma digital por Carlos Ivan P
Paredes Jr
DN: cn=Carlos Ivan P Paredes Jr, o=TST,
ou=CMAP, email=cipjunior@tst.gov.br, c=<n
Dados: 2024.02.14 14:23:14 -03'00'

CARLOS IVAN PETERSEN PAREDES JÚNIOR
COORDENADOR DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1 A contratada deverá realizar a demolição do sistema de impermeabilização existente e executar o novo sistema de impermeabilização, conforme projetos (anexo II), quantitativos da planilha orçamentária (anexo III), cronograma físico (anexo VIII) e demais anexos;
- 1.2 O endereço de realização dos serviços é no edifício auxiliar do TST no SAAN, Q 03, LT 915;

2 DEFINIÇÕES

- 2.1 Benefícios e despesas indiretas – BDI: valor percentual que incide sobre o custo global de referência para realização da obra ou serviço de engenharia;
- 2.2 Composição de custo unitário: detalhamento do custo unitário do serviço que expresse a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida;
- 2.3 Custo global de referência: valor resultante do somatório dos custos totais de referência de todos os serviços necessários à plena execução da obra ou serviço de engenharia;
- 2.4 Custo total de referência do serviço: valor resultante da multiplicação do quantitativo do serviço previsto no orçamento de referência por seu custo unitário de referência;
- 2.5 Custo unitário de referência: valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado;
- 2.6 Critérios de medição e pagamento: disposição regulamentando o modo de calcular/medir as quantidades de serviços de uma obra ou serviço;
- 2.7 Cronograma físico financeiro: representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de duração do serviço, demonstrando, em cada período, o percentual de avanço físico a ser executado e o respectivo valor financeiro envolvido;
- 2.8 Empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;



- 2.9 Orçamento de referência: detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação;
- 2.10 Preço global de referência: valor do custo global de referência acrescido do percentual correspondente ao BDI;
- 2.11 Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem;
- 2.12 Serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- 2.13 Valor global do contrato: valor total da remuneração a ser paga pela administração pública ao contratado e previsto no ato de celebração do contrato para realização de obra ou serviço de engenharia;
- 2.14 Água sob pressão positiva: água, confinada ou não, que exerce pressão hidrostática superior a 1 kPa (0,1 m.c.a), de forma direta à impermeabilização;
- 2.15 Aplicação: técnica para compor a execução de um sistema de impermeabilização;
- 2.16 Armadura para impermeabilização: componente da camada impermeável destinado a absorver esforços mecânicos, o qual deve ser compatível com o tipo de impermeabilização;
- 2.17 Camada de imprimação: estrato com a função de favorecer a aderência da camada impermeável, aplicado ao substrato a ser impermeabilizado;
- 2.18 Camada de proteção mecânica: estrato com a função de absorver e dissipar os esforços estáticos ou dinâmicos atuantes por sobre a camada impermeável, de modo a protegê-la contra a ação deletéria destes esforços;
- 2.19 Camada de regularização horizontal ou contrapiso: estrato com as funções de regularizar o substrato, proporcionando uma superfície uniforme de apoio, coesa, perfeitamente aderida e adequada à camada impermeável, e de fornecer a ele um certo caimento ou declividade;



- 2.20 Camada de regularização vertical: estrato com a função de regularizar o substrato, proporcionando uma superfície uniforme de apoio, coesa, perfeitamente aderida e adequada à camada impermeável;
- 2.21 Camada separadora: estrato com a função de evitar a aderência de outros materiais sobre a camada impermeável;
- 2.22 Emenda: processo pelo qual se obtém a continuidade da camada de impermeabilização, visando assegurar a estanqueidade, durabilidade e desempenho previsto em norma específica do produto. Pode ser executada emenda por sobreposição ou emenda de topo;
- 2.23 Estanqueidade: propriedade de um elemento (ou de um conjunto de componentes) de impedir a penetração ou passagem de fluidos através de si. A sua determinação está associada a uma pressão-limite de utilização (a que se relaciona com as condições de exposição do elemento ao fluido);
- 2.24 Fissura no substrato: abertura ocasionada por deformações ou deslocamentos do substrato, que pode ser classificada em estática ou dinâmica - cíclica, finita ou infinita - e cuja amplitude é variável (a seleção do tipo de impermeabilização deve prever a amplitude de abertura e classificação da fissura);
- 2.25 Impermeabilidade: propriedade de um produto de ser impermeável aos fluidos. A sua determinação está associada a uma pressão-limite convencionada em ensaio específico;
- 2.26 Impermeabilização: conjunto de operações e técnicas construtivas (serviços), composto por uma ou mais camadas, que tem por finalidade proteger as construções contra a ação deletéria de fluidos, de vapores e da umidade;
- 2.27 Impermeabilização aderida: conjunto de materiais ou produtos aplicáveis às partes construtivas, totalmente aderidos ao substrato;
- 2.28 Impermeabilização flexível: conjunto de materiais ou produtos que apresentam características de flexibilidade compatíveis e aplicáveis às partes construtivas sujeitas à movimentação do elemento construtivo. Para ser caracterizada como flexível, a camada impermeável deve ser submetida a ensaio específico;
- 2.29 Impermeabilização não aderida: conjunto de materiais ou produtos aplicáveis às partes construtivas, totalmente não aderidos ao substrato;
- 2.30 Impermeabilização rígida: conjunto de materiais ou produtos que não apresentam características de flexibilidade compatíveis e aplicáveis às partes construtivas não sujeitas à movimentação do elemento construtivo;
- 2.31 Infiltração: penetração indesejável de fluidos nas construções;



- 2.32 Manta asfáltica: Sistema de impermeabilização industrializada, elaborada à base de asfaltos modificados por polímeros plastoméricos ou polímeros elastoméricos. Possui estruturante: véu de fibra de vidro ou não tecido de poliéster, além de cargas minerais (carbonato de cálcio), acabamentos variados (areia, ardósia, filme de alumínio, filme de polietileno);
- 2.33 Manta para impermeabilização: produto impermeável, pré-fabricado, obtido por processos industriais, tais como calandragem ou extensão;
- 2.34 Membrana para impermeabilização: camada de impermeabilização moldada no local, com características de flexibilidade e com espessura compatível para suportar as movimentações do substrato, podendo ser estruturada ou não;
- 2.35 Pintura de proteção: camada com características específicas, aplicada como pintura, com a função de proteger a impermeabilização ou elemento construtivo;
- 2.36 Projeto de impermeabilização: conjunto de informações gráficas e descritivas que definem integralmente as características de todos os sistemas de impermeabilização empregados em uma dada construção, de forma a orientar inequivocamente a produção deles. O projeto de impermeabilização é constituído de três etapas sucessivas;
- 2.37 Sistema de impermeabilização: conjunto de produtos e serviços (insumos) dispostos em camadas ordenadas, destinado a conferir estanqueidade a uma construção.

3 DEMOLIÇÃO E RETIRADA

- 3.1 A contratada deverá realizar:
- 3.2 A remoção das telhas de amianto da cobertura com área de 619,65 m²;
- 3.2.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
- 3.2.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
- 3.2.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
- 3.2.4 Retirar os parafusos que prendem as telhas;
- 3.2.5 Retirar cada telha manualmente;
- 3.3 Remoção da trama com terças de madeira que serve de apoio para as telhas com área de 619,65 m²;
- 3.3.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
- 3.3.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
- 3.3.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
- 3.3.4 Soltar as extremidades dos elementos em madeira com picareta;



- 3.3.5 Retirar cada elemento manualmente;
- 3.4 Demolição das alvenarias e pilaretes em alvenaria que servem de sustentação da trama de madeira com volume de 10,59 m³;
 - 3.4.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
 - 3.4.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
 - 3.4.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
 - 3.4.4 A demolição da parede manualmente é feita com o uso de marreta, da parte superior para a parte inferior da parede;
- 3.5 Demolição das argamassas da laje e das paredes com área de 848,45 m²;
 - 3.5.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
 - 3.5.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
 - 3.5.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
 - 3.5.4 Remover a argamassa com uso de martelo demolidor;
- 3.6 Realizar o ensacamento do entulho, o transporte da cobertura para o térreo e a correta destinação através de caçambas metálicas.

4 IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE COM MANTA ASFÁLTICA

- 4.1 Realizar a impermeabilização da laje (horizontal) e das paredes (vertical), conforme projeto com área total de 892,79 m²;
- 4.2 Realizar a execução do contrapiso/argamassa de regularização;
 - 4.2.1 Definir os níveis do contrapiso;
 - 4.2.2 Assentar taliscas sobre a laje;
 - 4.2.3 Argamassa de contrapiso: envolve lançamento, espalhamento e compactação, definição preliminar de mestras e posterior atuação no resto do ambiente;
 - 4.2.4 Acabamento superficial desempenado;
 - 4.2.5 Na região dos ralos, criar um rebaixo de 1,0 cm de profundidade, com área de 40 x 40 cm, com bordas chanfradas, para que haja nivelamento de toda a impermeabilização após a colocação dos reforços previstos neste local;
 - 4.2.6 Todos os cantos e arestas deverão ser arredondados com raio aproximado de 5,0 cm a 8,0 cm;
 - 4.2.7 Nas áreas verticais em alvenaria, executar chapisco de cimento e areia média, traço 1:3, seguido da aplicação de uma argamassa desempenada, de cimento e areia média, traço 1:4;
 - 4.2.8 Aguardar a cura da argamassa de regularização no mínimo 7 dias antes de iniciar a impermeabilização;
- 4.3 Realizar a execução de manta asfáltica na laje:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 4.3.1 A superfície deverá ser previamente lavada, isenta de pó, areia, resíduos de óleo, graxa, desmoldante, manchas de óleo e graxas e/ou qualquer tipo de material que possa prejudicar a aderência do material;
 - 4.3.2 Realizar a imprimação com primer asfáltico e aguardar a secagem;
 - 4.3.3 Abrir totalmente o primeiro rolo de manta asfáltica, deixando-a alinhada e, em seguida, enrola-la novamente;
 - 4.3.4 Iniciar a colagem no sentido dos ralos para as cotas mais elevadas;
 - 4.3.5 Com um maçarico de boca larga abastecido por GLP, desenrolar aos poucos a manta, aquecendo o primer asfáltico e fazendo a queima do filme plástico de proteção da manta para garantir sua total aderência;
 - 4.3.6 Apertar bem a manta contra a superfície em que está sendo aplicada, para evitar bolhas ou enrugamentos;
 - 4.3.7 Repetir a operação, fazendo uma sobreposição de 10 cm entre as mantas;
 - 4.3.8 Avançar ao menos 10 cm na junção com as superfícies verticais;
 - 4.3.9 Alinhar e aderir à manta na vertical, descendo e sobrepondo em 10 cm na manta aderida na horizontal;
 - 4.3.10 Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente;
 - 4.3.11 Utilizar manta asfáltica tipo III, espessura 4 mm;
 - 4.3.12 Referencia: Viapol Viamanta Torodin ou equivalente;
- 4.4 Realizar a proteção mecânica com camada separadora na superfície horizontal:
- 4.4.1 Após o teste de estanqueidade, sobre a impermeabilização seca, colocar o filme de filme de polietileno como camada separadora entre a camada impermeável e a de proteção mecânica a ser aplicada;
 - 4.4.2 Dividir a área em quadros de dimensão máxima 5x5 m, para evitar fissuras de retração;
 - 4.4.3 Lançar e adensar a argamassa sobre a camada separadora, formando uma camada de 3 cm de espessura;
 - 4.4.4 Sarrafear e desempenar a camada de argamassa;
- 4.5 Realizar a proteção mecânica armada na superfície vertical:
- 4.5.1 Após o teste de estanqueidade, sobre a impermeabilização seca, armar com tela galvanizada hexagonal e lançar a argamassa, formando uma camada de 3 cm de espessura;



4.5.2 Sarrafeiar e desempenar a camada de argamassa;

5 IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHA METÁLICA COM MANTA LÍQUIDA

5.1 Realizar a impermeabilização do telhado metálico com impermeabilizante acrílico líquido a base de resina acrílica com área total de 442,44 m²;

5.2 Realizar o lixamento da superfície e a limpeza com hidrojateamento;

5.3 Executar a impermeabilização:

5.3.1 A superfície que receberá o sistema de impermeabilização deve estar limpa, seca e isenta de partículas soltas, pinturas, graxa, óleo ou desmoldantes;

5.3.2 Agite o produto até obter um composto homogêneo;

5.3.3 Aplicar a primeira demão de impermeabilizante diluído com 10% de água com rolo de lã de pelo curto, trincha, brocha ou vassoura de pelo macio;

5.3.4 Aguardar o tempo recomendado pelo fabricante e aplicar a segunda demão sem diluição;

5.3.5 Aplicar as demãos subsequentes até atingir o consumo especificado, obedecendo o intervalo de secagem entre demãos;

5.3.6 Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, aguardar o tempo de cura definido pelo fabricante e realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente;

5.3.7 Produto na cor branca;

5.3.8 Referencia: Quatzolit super manta líquida ou equivalente.

6 TRABALHO EM ALTURA – NR 35

6.1 A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência é caracterizada como trabalho em altura, definido como toda atividade executada acima de 02 metros do nível inferior e onde haja risco de queda;

6.2 A contratada deverá cumprir todos os requisitos da NR 35, NR 18 e demais normas aplicáveis;

6.3 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura;

6.4 Cabe ao contratado:

6.4.1 Garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas da NR 35;

6.4.2 Assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho – PT;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 6.4.3 Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e das medidas complementares de segurança aplicáveis;
- 6.4.4 Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na NR 35;
- 6.4.5 Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
- 6.4.6 Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na NR 35;
- 6.4.7 Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível;
- 6.4.8 Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
- 6.4.9 Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
- 6.5 Capacitação e treinamento:
 - 6.5.1 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:
 - a) normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
 - b) análise de Risco e condições impeditivas;
 - c) riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle;
 - d) sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva;
 - e) equipamentos de Proteção Individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso;
 - f) acidentes típicos em trabalhos em altura;
 - g) condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.
 - 6.5.2 O treinamento deve ser ministrado por instrutores com comprovada proficiência no assunto, sob a responsabilidade de profissional qualificado em segurança no trabalho;
- 6.6 Apresentar à fiscalização, antes de iniciar os serviços, os certificados de treinamentos dos profissionais que irão executar as atividades;
- 6.7 Planejamento, organização e execução:



- 6.7.1 Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado;
- 6.7.2 Considera-se trabalhador autorizado para trabalho em altura aquele capacitado, cujo estado de saúde foi avaliado, tendo sido considerado apto para executar essa atividade e que possua anuência formal da contratada;
- 6.7.3 Cabe ao contratado avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura;
- 6.7.4 A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador;
- 6.7.5 Todo trabalho em altura deve ser realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de risco de acordo com as peculiaridades da atividade;
- 6.7.6 A execução do serviço deve considerar as influências externas que possam alterar as condições do local de trabalho já previstas na análise de risco;
- 6.8 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco;
- 6.9 A documentação referente ao trabalho em altura deverá ser entregue à fiscalização;
- 6.10 Cumprir demais itens da NR 35 – trabalho em altura.

7 TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- 7.1 Realizar a supervisão de segurança do trabalho nos serviços, principalmente relacionados ao trabalho em altura e ao uso do maçarico GLP;
- 7.2 Atribuições:
 - 7.2.1 Elaborar, participar da elaboração e implementar política de saúde e segurança no trabalho;
 - 7.2.2 Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho;
 - 7.2.3 Gerenciar documentação de saúde e segurança do trabalho;
 - 7.2.4 Recomendar medidas de prevenção e controle;
 - 7.2.5 Informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;
 - 7.2.6 Informar o contratado, através de parecer técnico, sobre os riscos exigentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização;
 - 7.2.7 Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho;
 - 7.2.8 Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos,



com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho;

- 7.2.9 Orientar as atividades desenvolvidas no contrato, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço;
- 7.2.10 Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores;
- 7.2.11 Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;
- 7.2.12 Entre outras pertinentes aos serviços objeto deste Termo de Referência;

8 DIÁRIO DE OBRAS

- 8.1 Atualizar diariamente o preenchimento e a manutenção de Diário de Obra;
- 8.2 As informações contidas no Diário de obra deverão, a qualquer tempo, permitir a reconstituição temporal de todos os fatos ocorridos na execução dos serviços e que tenham exercido influência no seu andamento ou execução;
- 8.3 O Diário de Obra deverá conter, no mínimo, os seguintes campos: nome da Contratada, nome do Contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, número e categoria de empregados, campo de ocorrências e campo para assinaturas da Contratada e do Contratante.
- 8.4 Deverão ser obrigatoriamente registrados no Diário de obra, pela Contratada:
 - 8.4.1 Dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
 - 8.4.2 As datas de início e de previsão da conclusão dos serviços;
 - 8.4.3 As datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
 - 8.4.4 A situação do empreendimento no dia de cada visita técnica;
 - 8.4.5 Orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
 - 8.4.6 Nomes de empreiteiras ou subempreiteiras, caracterizando as atividades e seus encargos, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas;
 - 8.4.7 Acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;



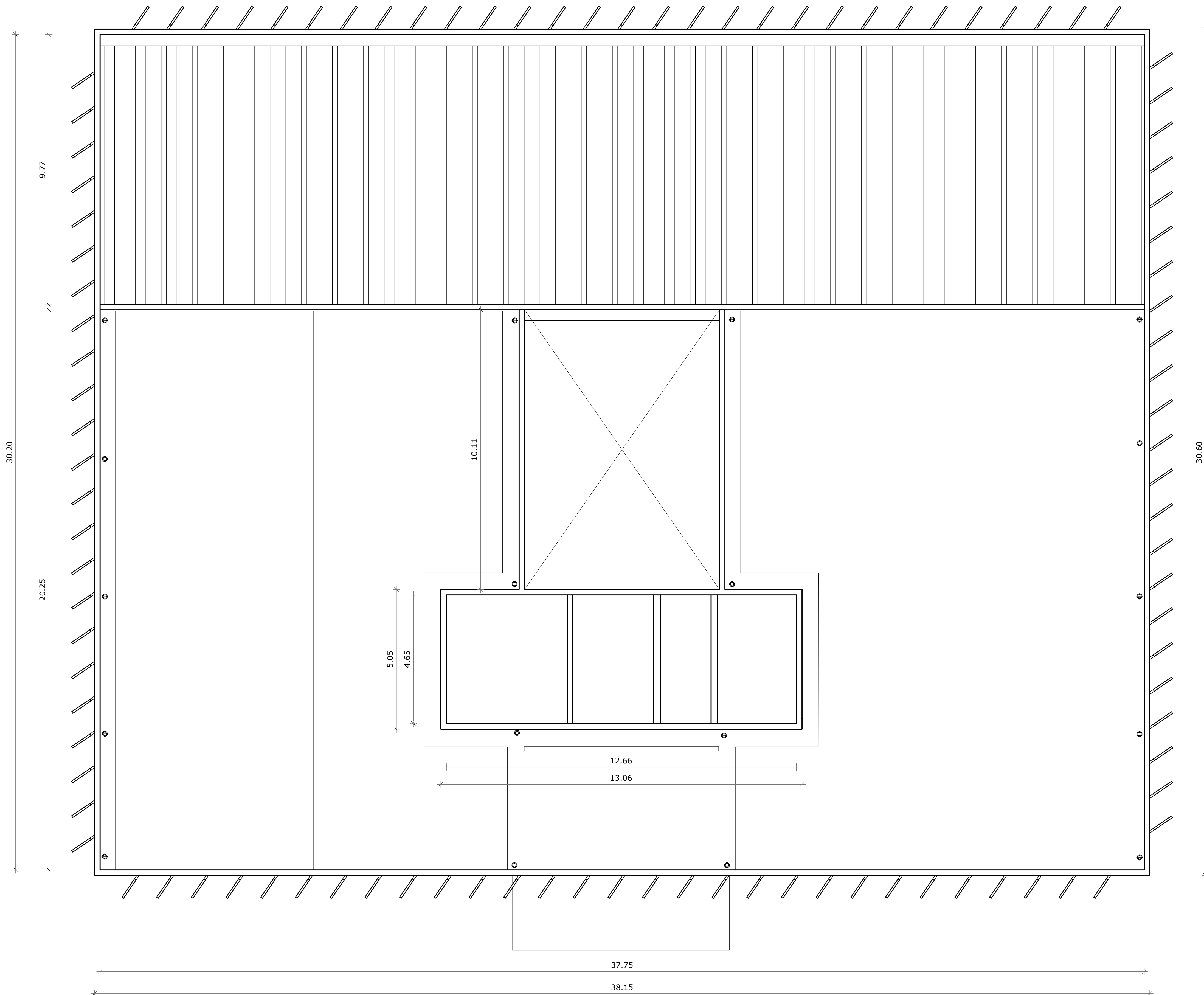
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 8.4.8 Os períodos de interrupção dos trabalhos e seus motivos, quer de caráter financeiro ou meteorológico, quer por falhas em serviços de terceiros não sujeitas à ingerência do responsável técnico;
 - 8.4.9 Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a execução dos serviços;
 - 8.4.10 Outros fatos que, a juízo da contratada, devam ser objeto de registro.
- 8.5 Deverão ser obrigatoriamente registrados no Diário de Obras pela fiscalização:
- 8.5.1 Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da Contratada no Diário de Obra;
 - 8.5.2 Observações sobre o andamento dos serviços, tendo em vista as especificações, prazos e cronograma;
 - 8.5.3 Outros fatos que, a juízo da Fiscalização, devam ser objeto de registro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO II – PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO



PLANTA BAIXA
Esc: 1/75

NOTAS IMPORTANTES

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho
ENGENHEIRO CIVIL

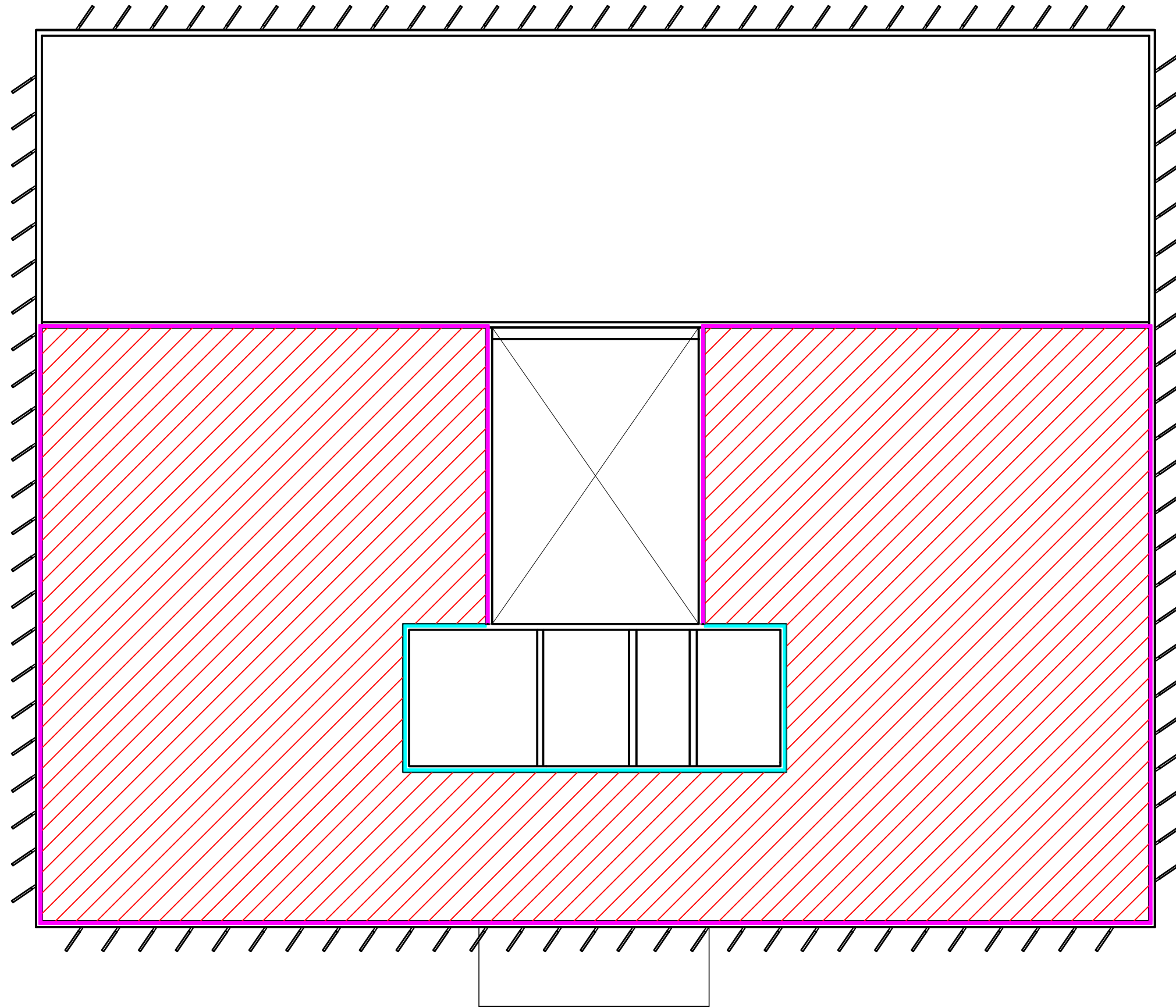
51464D-CE
CREA Nº

Tribunal Superior do Trabalho



PROJETO: PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA
PRANCHA: Planta baixa cobertura
LOCAL: Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN
DESENHO: CMAP/SMPRED DATA: NOVEMBRO/2023

ESCALA: indicada
PRANCHA:
01/05



PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA
Esc: 1/150

Demolição de argamassa - espessura=0,05m:

Parede (h=0,50m)
Área total: 14,39m²

Mureta (h=1,18m)
Área total:151,96m²

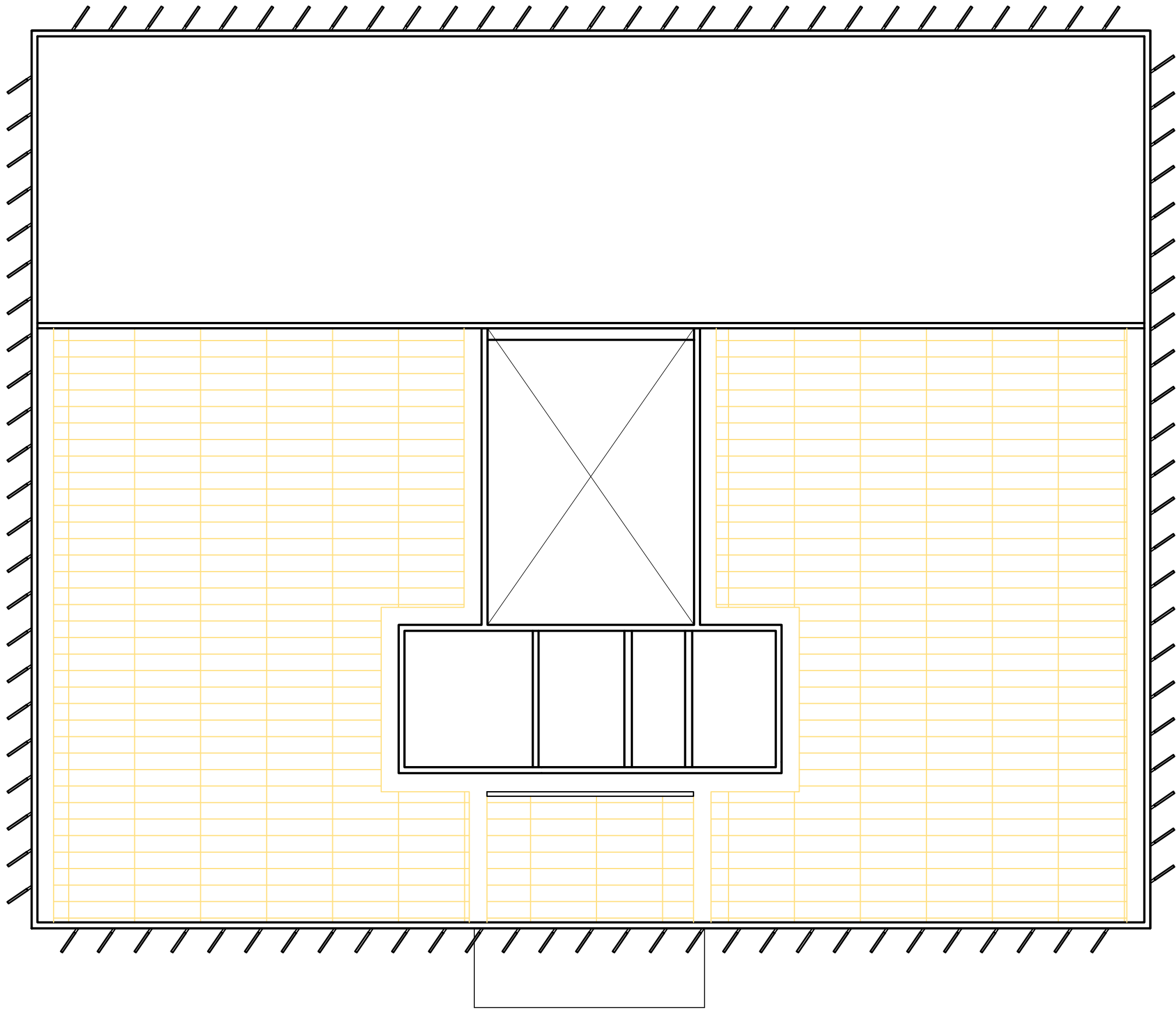
Piso
Área total: 682,10m²

LEGENDA

Demolição de argamassa de parede até a altura de 0,50 m com espessura de 0,05m.

Demolição de argamassa da mureta até a altura de 1,18 m com espessura de 0,05m.

Demolição de argamassa de piso na profundidade de 0,05m.

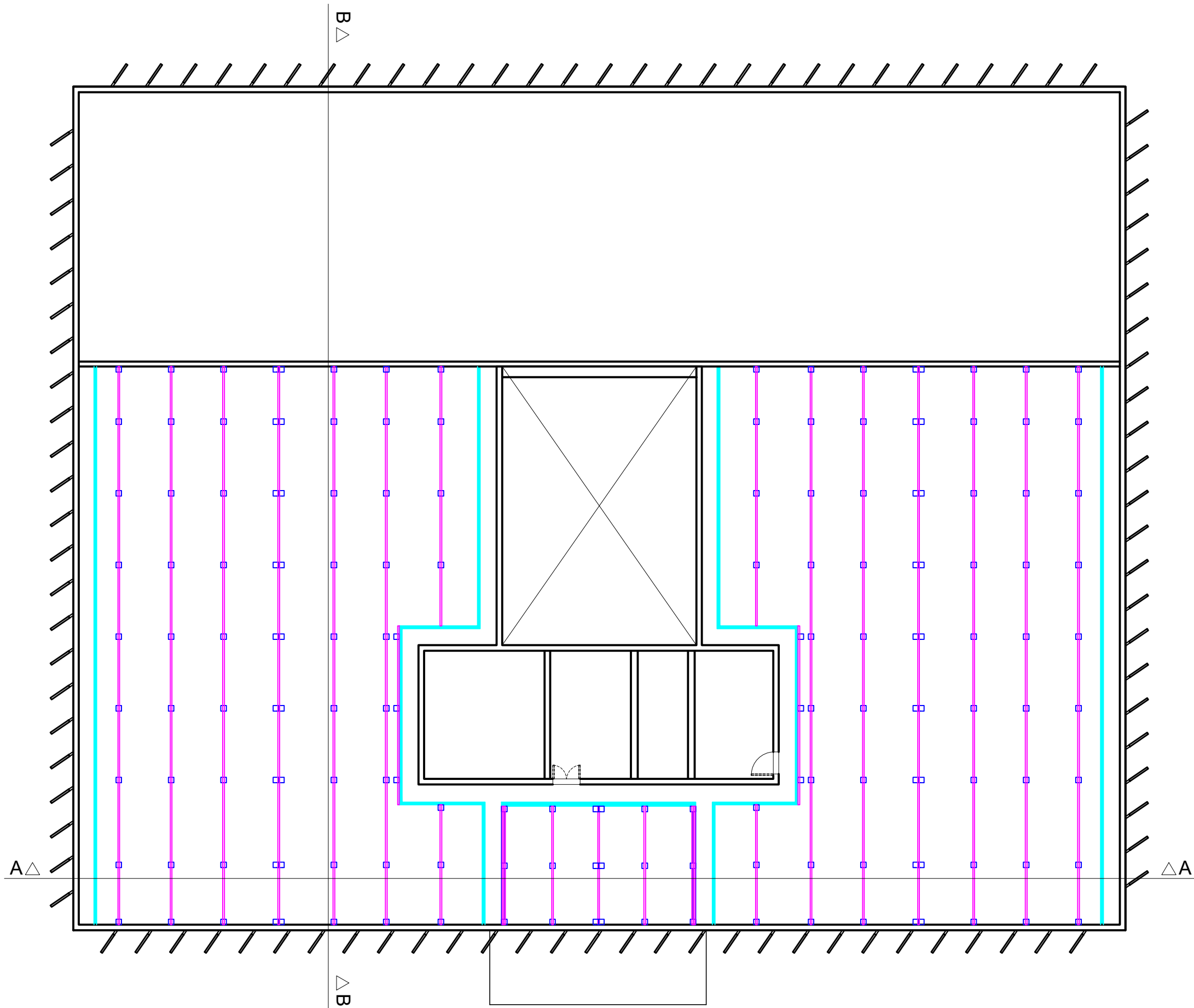


PLANTA BAIXA TELHAS DE AMIANTO
Esc: 1/150

Retirada de telha de amianto - espessura=5mm:
Área total: 619,65m²

LEGENDA

Telhas de amianto a serem retiradas



PLANTA BAIXA APOIOS DO TELHADO A SEREM RETIRADOS
Esc: 1/150

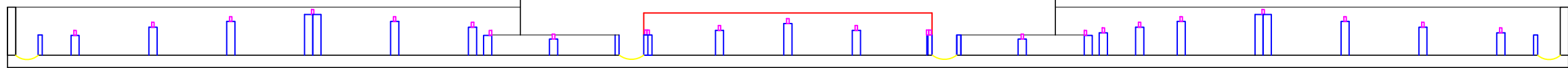
LEGENDA

Paredes de alvenaria

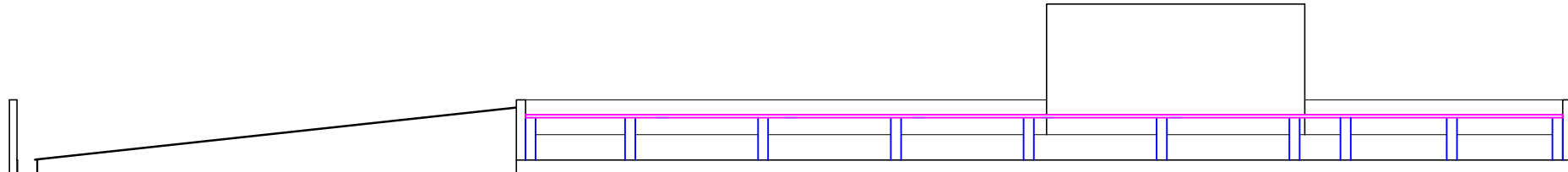
Pilarete de alvenaria

Terça de madeira - 6x12cm

Retirada de madeira - Terças 6x12cm:
Comprimento total: 305m



CORTE AA
Esc: 1/125



CORTE BB
Esc: 1/125

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho

51464D-CE

ENGENHEIRO CIVIL

CREA Nº

Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO: PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA

PRANCHA: Projeto de Demolição e Retirada

LOCAL: Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN

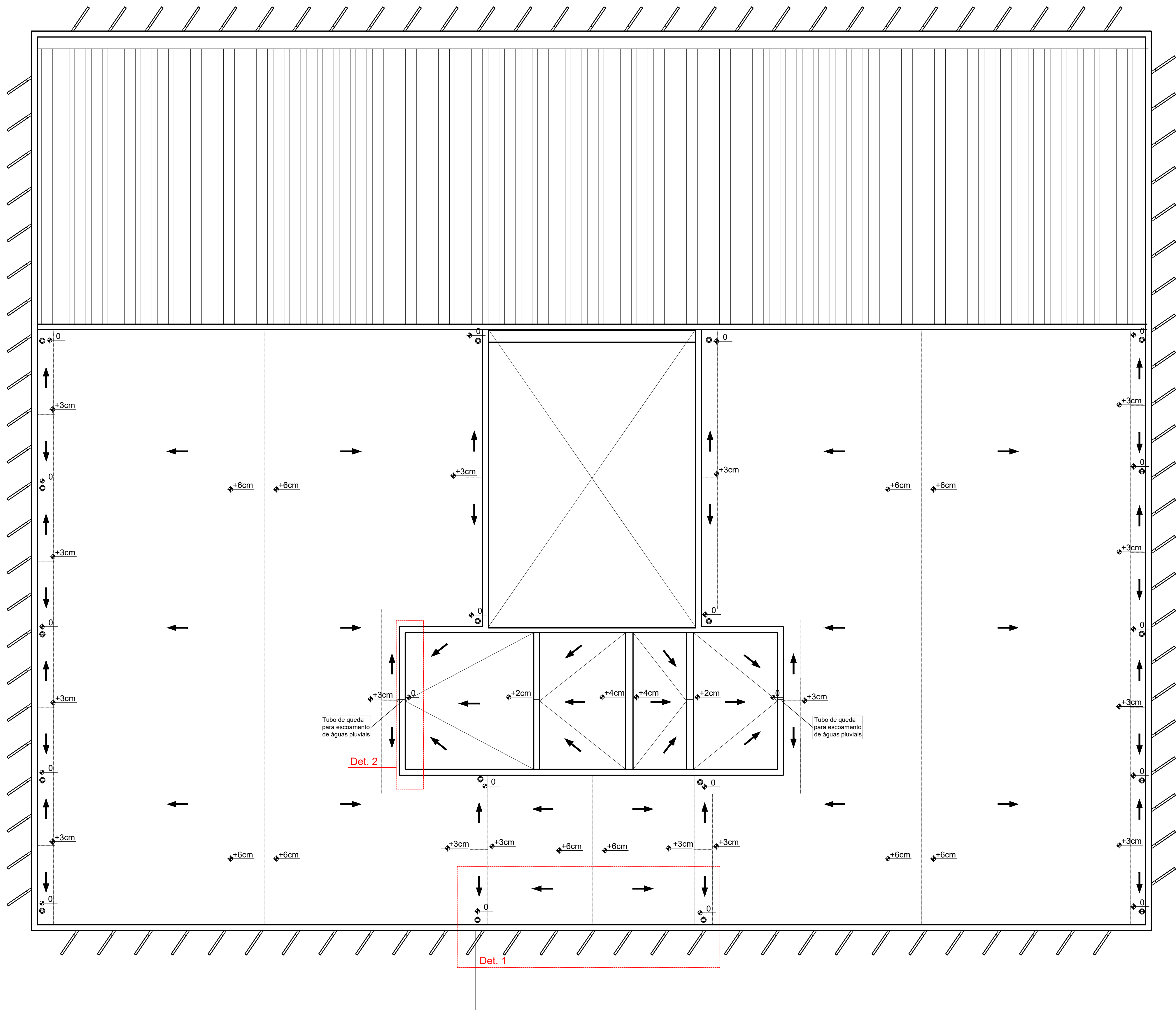
DESENHO: CMAP/SMPRED

DATA: NOVEMBRO/2023

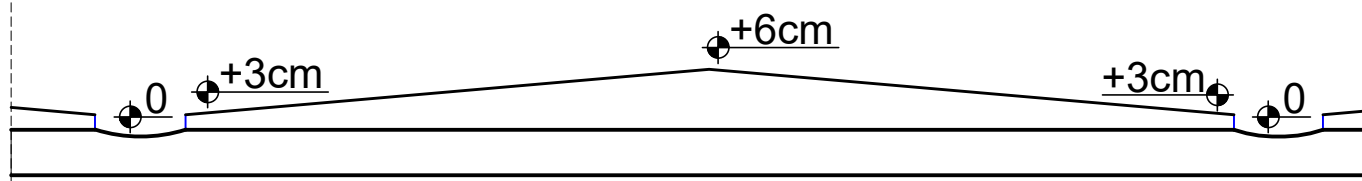
ESCALA: indicada

PRANCHA:

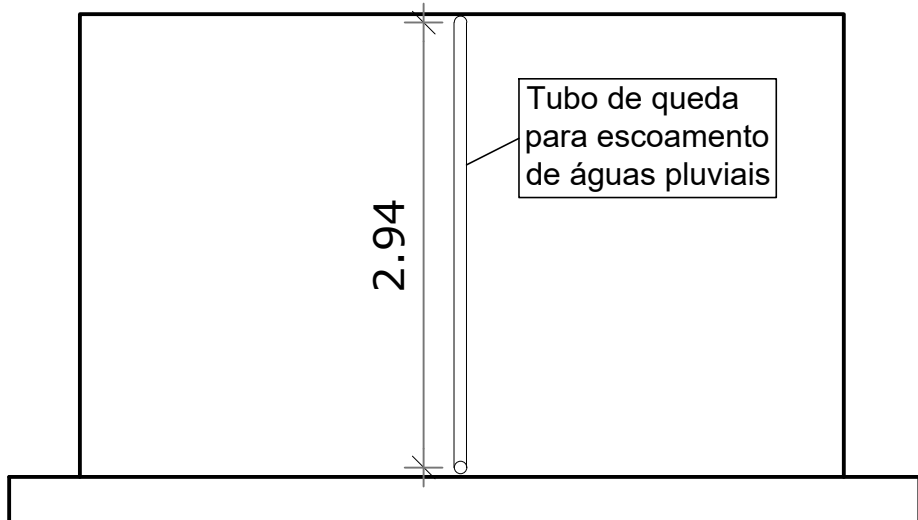
02/05



Detalhamento 1 - Desnível de queda para escoamento de águas pluviais



Detalhamento 2 - Tubo de queda para escoamento da cobertura da casa de máquinas



Obs: Tubulação de 75mm que deverá ser fixada na parede para direcionamento de águas.

NOTAS IMPORTANTES

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho
ENGENHEIRO CIVIL

51464D-CE
CREA Nº

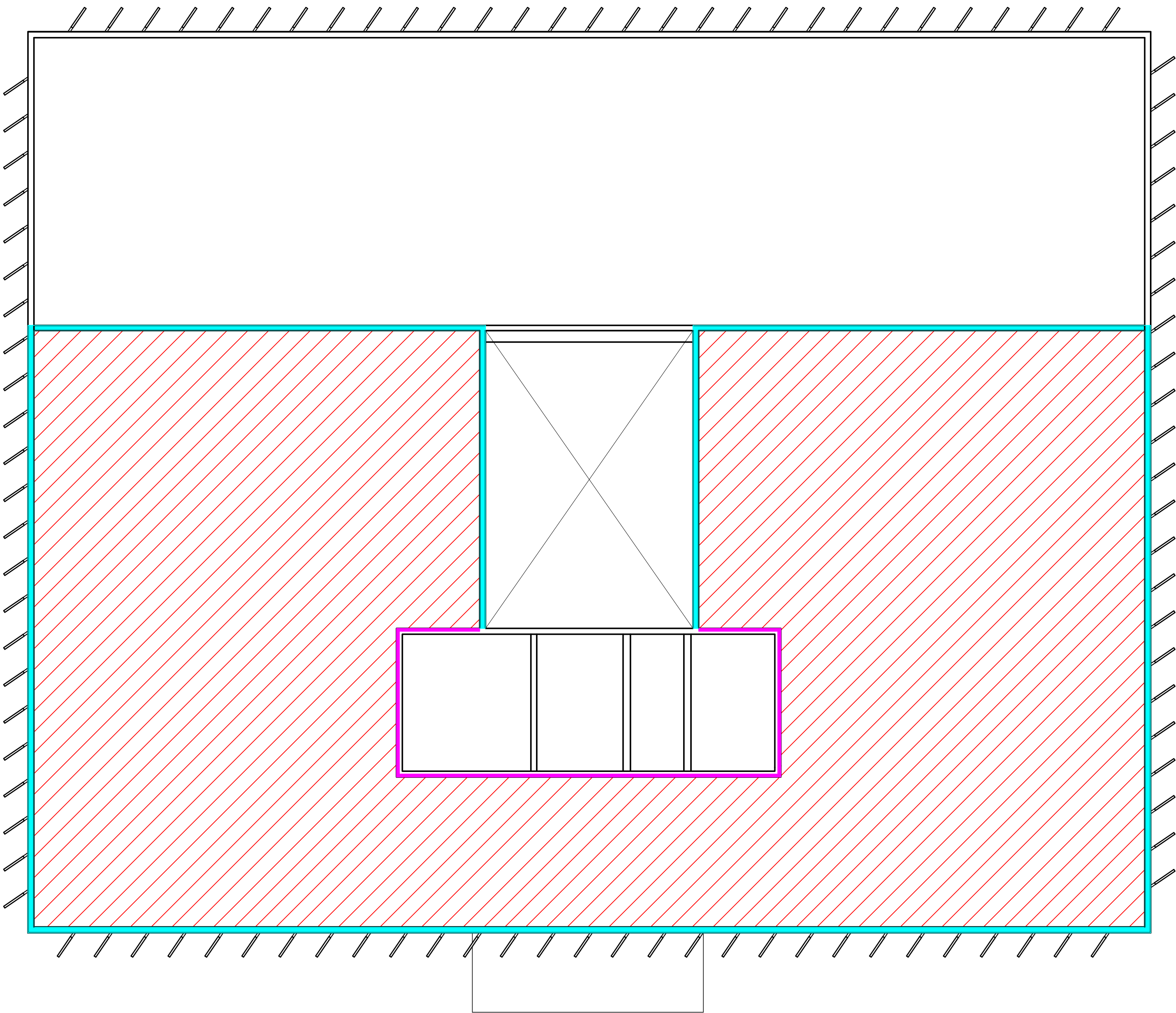
Tribunal Superior do Trabalho



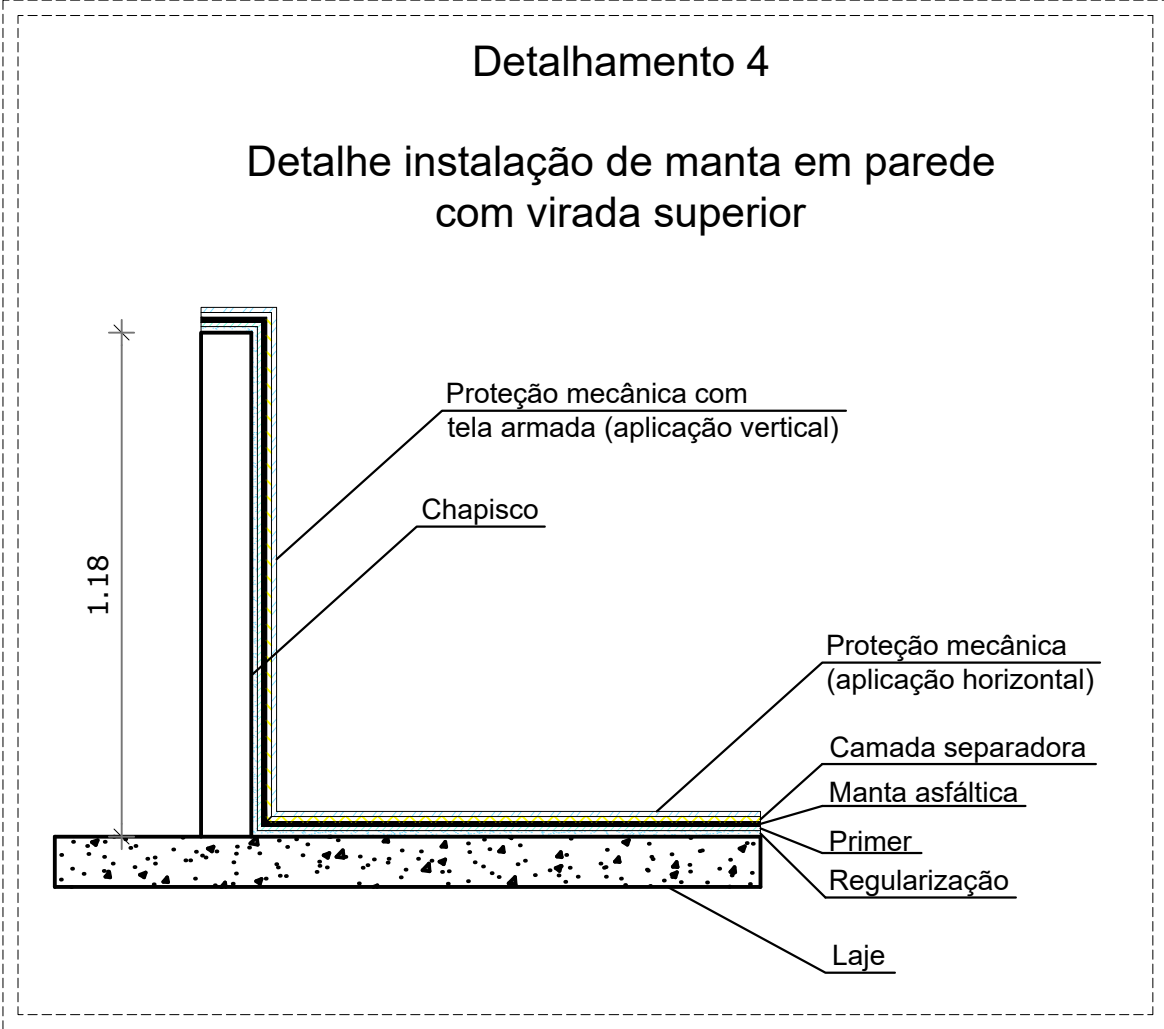
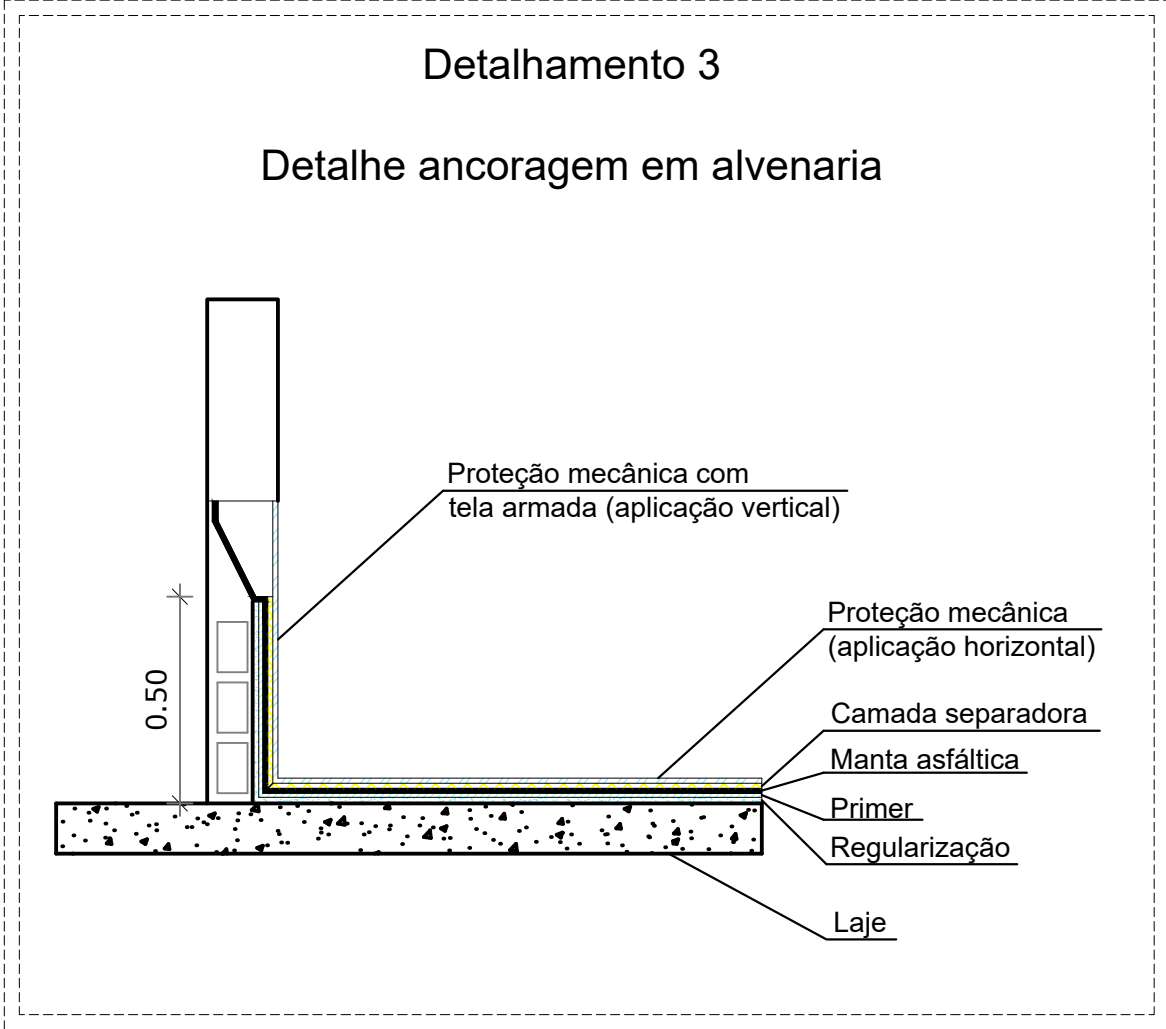
PROJETO:	PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA	ESCALA:	indicada
PRANCHA:	Projeto de Caimento - Águas pluviais	PRANCHA:	
LOCAL:	Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN		
DESENHO:	CMAP/SMPRED	DATA:	NOVEMBRO/2023

03/05

PLANTA DE CAIMENTO DA REGULARIZAÇÃO
Esc: 1/75



PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO
Esc: 1/100



LEGENDA

- Manta asfáltica em parede
- Manta asfáltica ancorada em alvenaria
- Manta asfáltica aplicada na laje

Impermeabilização:

Horizontal
Área total: 714,93m²

Vertical
Área total: 177,86m²

Total geral: 892,79m²

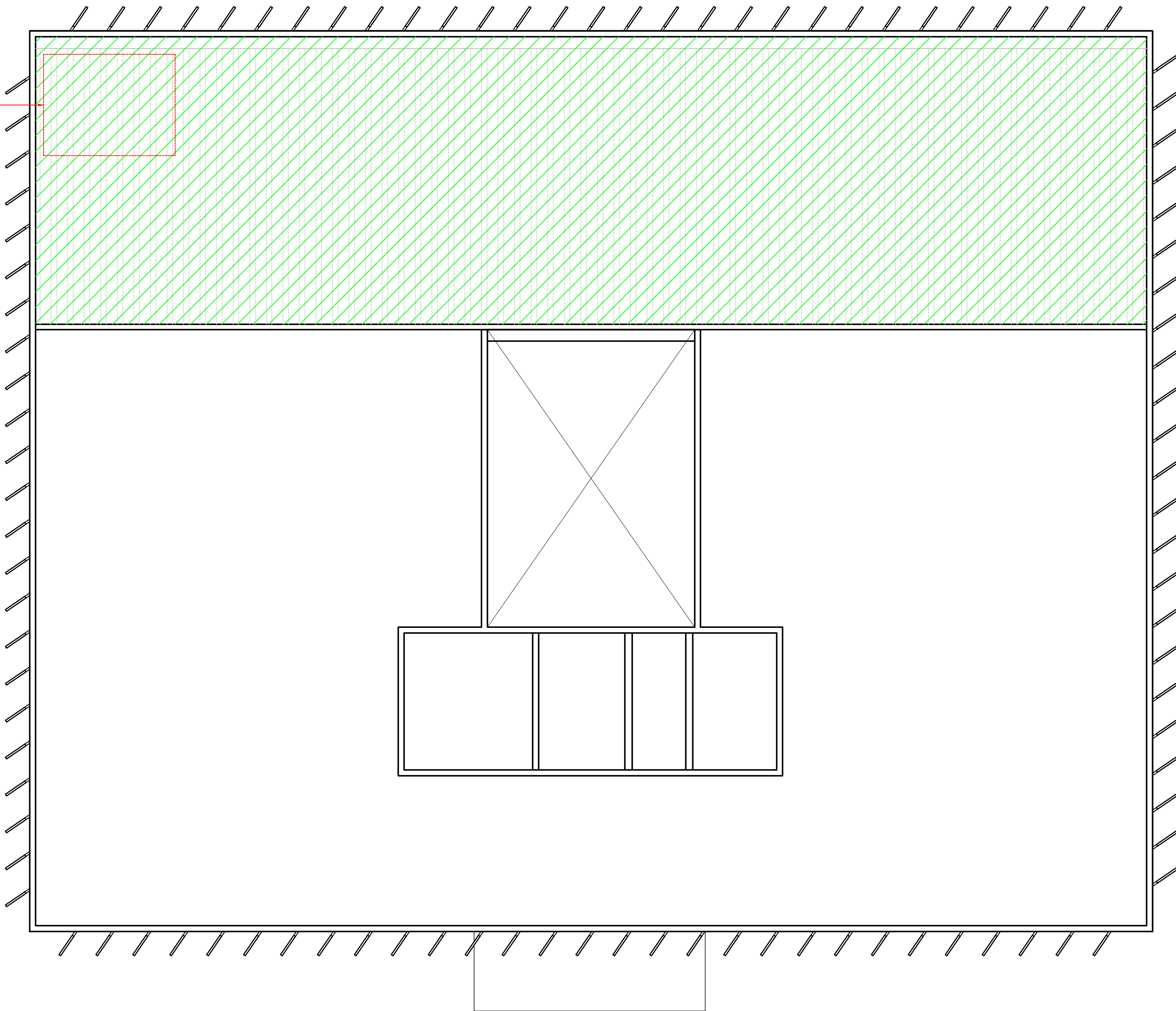
NOTAS IMPORTANTES

- PARA UMA BOA EXECUÇÃO DE EMENDA ENTRE MANTAS ASFÁLTICAS, TEMPERATURAS APROPRIADAS AO TIPO DE MANTA ASFÁLTICA, DEFINIDAS PELO FABRICANTE, DEVEM SER UTILIZADAS, DE MODO A NÃO DANIFICAR AS MANTAS, MANTENDO SUA COMPOSIÇÃO INICIAL E ESTANQUEIDADE;
- AS EMENDAS DEVEM TER UMA SOBREPOSIÇÃO MÍNIMA DE 100mm NOS SENTIDOS LONGITUDINAL E TRANSVERSAL, EXECUTANDO O SELAMENTO DAS EMENDAS COM ROLETES, ESPÁTULAS OU COLHER DE PEDREIRO DE PONTAS ARREDONDADAS;
- A SUPERFÍCIE DE REVESTIMENTO DA FACE DE COLAGEM DA MANTA ASFÁLTICA DEVE PERMITIR UMA BOA ADERÊNCIA SOBRE SUBSTRATOS DE CONCRETO OU ARGAMASSA QUANDO PREVIAMENTE IMPRIMADOS COM SOLUÇÕES OU EMULSÕES ASFÁLTICAS PARA IMPERMEABILIZAÇÃO;
- O SUBSTRATO DEVE SE ENCONTRAR FIRME, COESO, SECO, REGULAR, LIMPO, ISENTO DE CORPOS ESTRANHOS, RESTOS DE FÔRMAS, PONTAS DE FERRAGEM, RESTOS DE PRODUTOS DESMOLDANTES OU IMPREGNANTES, FALHAS E NINHOS, COM DECLIVIDADE NAS ÁREAS HORIZONTAIS DE NO MÍNIMO DE 0,5%. CANTOS DEVEM ESTAR EM MEIA CANA E AS ARESTAS ARREDONDADAS;
- A ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO DEVE TER IDADE MÍNIMA DE 7 DIAS;
- MANTA ASFÁLTICA APLICADA COM CHAMA DE MAÇARICO A GLP;
- MANTA ASFÁLTICA TIPO III 4mm;
- DEVEM SER CUIDADOSAMENTE EXECUTADOS OS DETALHES COMO, JUNTAS, RALOS, RODAPÉS, PASSAGEM DE TUBULAÇÕES, EMENDAS, ANCORAGEM;
- DEVE SER VEDADO O TRÂNSITO DE PESSOAL, MATERIAL E EQUIPAMENTO, ESTRANHOS AO PROCESSO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DURANTE A SUA EXECUÇÃO;
- APÓS A EXECUÇÃO DA IMPERMEABILIZAÇÃO, EFETUAR ENSAIO DE ESTANQUEIDADE COM ÁGUA LIMPA, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 72h PARA VERIFICAÇÃO DE FALHAS NA EXECUÇÃO DO TIPO DE IMPERMEABILIZAÇÃO UTILIZADA;
- PROMOVER PROTEÇÃO MECÂNICA ESTRUTURADA COM TELA DE FIOS DE ARAME GALVANIZADO OU PLÁSTICOS NAS ÁREAS VERTICAIS. NAS HORIZONTAIS, A PROTEÇÃO MECÂNICA, NÃO ARMADA, DEVE SER EXECUTADA SOBRE CAMADA SEPARADORA E/OU DRENANTE, NOS LOCAIS ONDE EXISTIA POSSIBILIDADE DE AGRESSÃO MECÂNICA. ESPESSURA: 3cm.

RESPONSÁVEL TÉCNICO		CREA Nº
Cesar Mazza de Castro Filho		51464D-CE
ENGENHEIRO CIVIL		CREA Nº


Tribunal Superior do Trabalho			
TST	PROJETO:	PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA	ESCALA: indicada
	PRANCHA:	Projeto de Impermeabilização - Manta asfáltica	PRANCHA:
	LOCAL:	Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN	04/05
	DESENHO:	CMAP/SMPRED	
		DATA:	NOVEMBRO/2023

Det. 5



PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO
Esc: 1/150

LEGENDA

 Manta líquida impermeabilizante

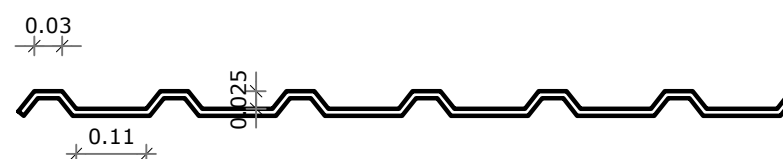
ÁREAS

Área telha galvanizada: 409,22m²
Área calha: 33,22m²

Área total para impermeabilização com
manta líquida: 442,44m²

Detalhamento 5

Perfil telha galvanizada



NOTAS IMPORTANTES

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho
ENGENHEIRO CIVIL

51464D-CE

CREA Nº

Tribunal Superior do Trabalho



PROJETO: PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA
PRANCHA: Projeto de Impermeabilização - Manta Líquida
LOCAL: Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN
DESENHO: CMAP/SMPRED DATA: NOVEMBRO/2023

ESCALA: indicada

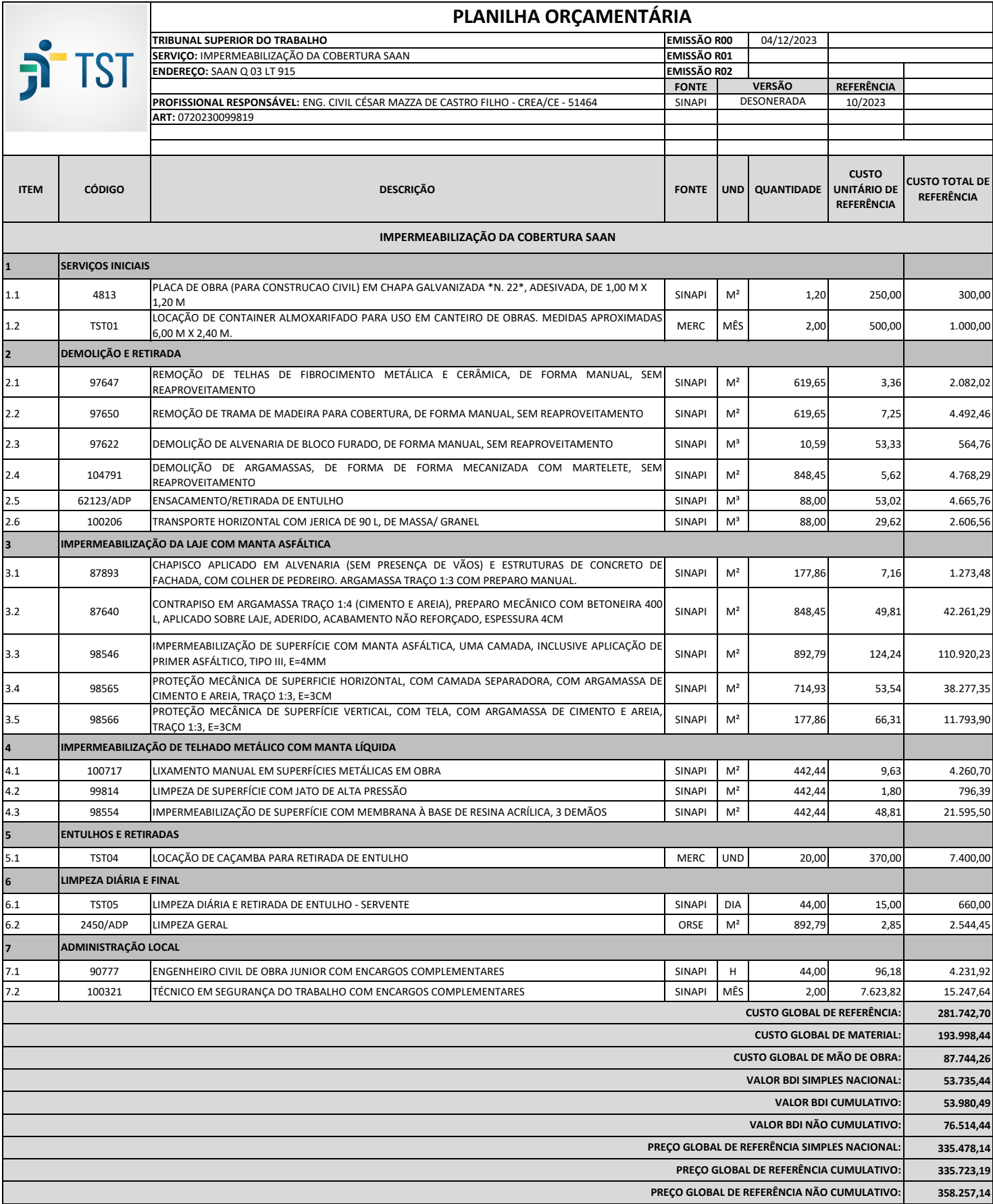
PRANCHA:

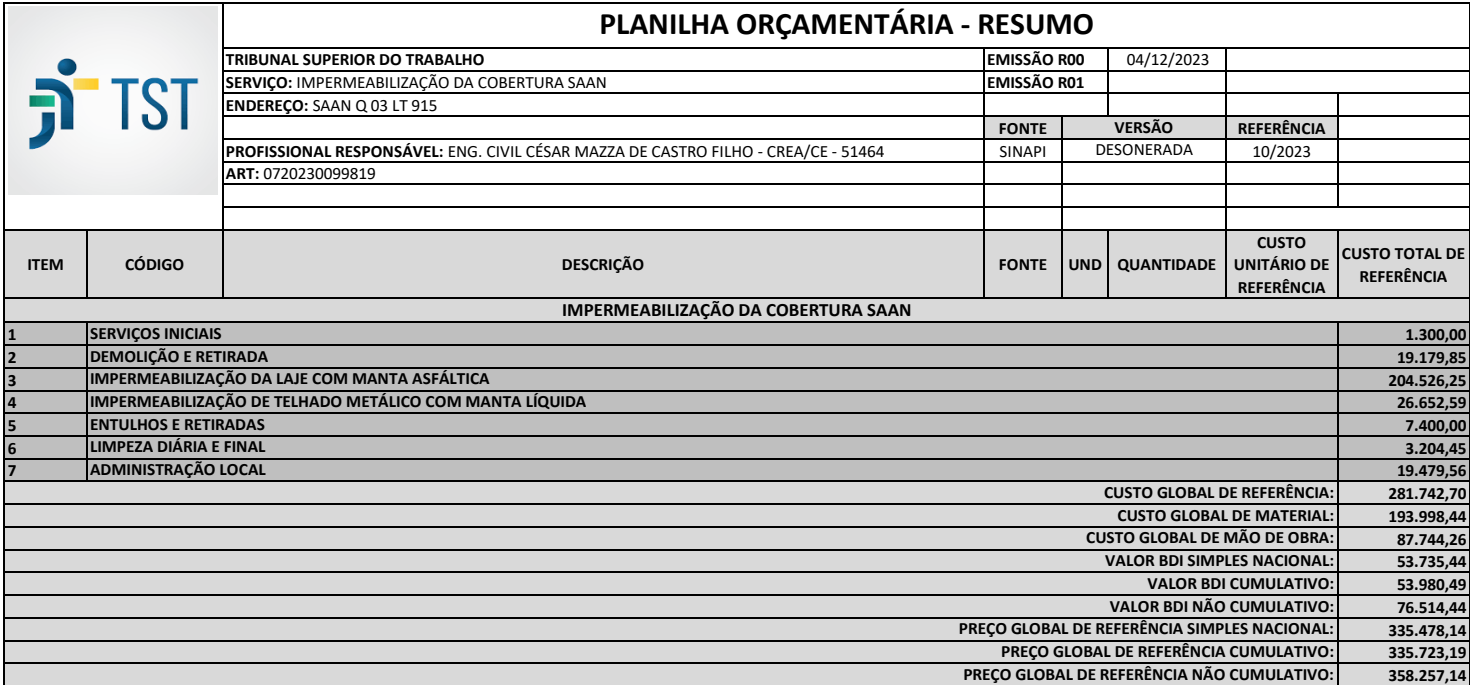
05/05



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA







PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO UNITÁRIA MATERIAL E MÃO DE OBRA


		COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO - MATERIAL E MÃO DE OBRA									
		TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO				EMISSÃO R00		04/12/2023			
		SERVIÇO: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA SAAN				EMISSÃO R01					
		ENDEREÇO: SAAN Q 03 LT 915									
						FONTE	VERSÃO		REFERÊNCIA		
		PROFISSIONAL RESPONSÁVEL: ENG. CIVIL CÉSAR MAZZA DE CASTRO FILHO - CREA/CE - 51464				SINAPI	DESONERADA		10/2023		
		ART: 0720230099819									
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA		CUSTO TOTAL DE REFERÊNCIA			
						MAT.	MO	MAT.	MO		
1	SERVIÇOS INICIAIS										
1.1	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE 1,00 M X 1,20 M	SINAPI	M²	1,20	250,00	0,00	300,00	0,00		
1.2	TST01	LOCAÇÃO DE CONTAINER ALMOXARIFADO PARA USO EM CANTEIRO DE OBRAS. MEDIDAS APROXIMADAS 6,00 M X 2,40 M	MERC	MÊS	2,00	500,00	0,00	1.000,00	0,00		
2	DEMOLIÇÃO E RETIRADA										
2.1	97647	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	SINAPI	M²	619,65	1,18	2,18	731,19	1.350,83		
2.2	97650	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	SINAPI	M²	619,65	2,60	4,65	1.611,09	2.881,37		
2.3	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	SINAPI	M³	10,59	20,02	33,31	212,01	352,75		
2.4	104791	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO	SINAPI	M²	848,45	1,97	3,65	1.671,45	3.096,84		
2.5	62123/ADP	ENSACAMENTO/RETIRADA DE ENTULHO	SINAPI	M³	88,00	22,20	30,82	1.953,60	2.712,16		
2.6	100206	TRANSPORTE HORIZONTAL COM JERICA DE 90 L, DE MASSA/ GRANEL	SINAPI	M³	88,00	0,00	29,62	0,00	2.606,56		
3	IMPERMEABILIZAÇÃO DA LAJE COM MANTA ASFÁLTICA										
3.1	87893	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL.	SINAPI	M²	177,86	3,46	3,70	615,40	658,08		
3.2	87640	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 4CM	SINAPI	M²	848,45	39,23	10,58	33.284,69	8.976,60		
3.3	98546	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, TIPO III, E=4MM	SINAPI	M²	892,79	104,24	20,00	93.064,43	17.855,80		
3.4	98565	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFICIE HORIZONTAL, COM CAMADA SEPARADORA, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM	SINAPI	M²	714,93	33,83	19,71	24.186,08	14.091,27		
3.5	98566	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE VERTICAL, COM TELA, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM	SINAPI	M²	177,86	45,30	21,01	8.057,06	3.736,84		

		COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO - MATERIAL E MÃO DE OBRA							
		TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	EMISSION R00	04/12/2023					
		SERVIÇO: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA SAAN	EMISSION R01						
		ENDEREÇO: SAAN Q 03 LT 915							
			FONTE	VERSÃO	REFERÊNCIA				
		PROFISSIONAL RESPONSÁVEL: ENG. CIVIL CÉSAR MAZZA DE CASTRO FILHO - CREA/CE - 51464	SINAPI	DESONERADA	10/2023				
		ART: 0720230099819							
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA		CUSTO TOTAL DE REFERÊNCIA	
4		IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHADO METÁLICO COM MANTA LÍQUIDA							
4.1	100717	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA	SINAPI	M²	442,44	4,10	5,53	1.814,00	2.446,70
4.2	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	SINAPI	M²	442,44	0,70	1,10	309,71	486,68
4.3	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS	SINAPI	M²	442,44	36,58	12,23	16.184,46	5.411,04
5		ENTULHOS E RETIRADAS							
5.1	TST04	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA PARA RETIRADA DE ENTULHO	MERC	UND	20,00	370,00	0,00	7.400,00	0,00
6		LIMPEZA DIÁRIA E FINAL							
6.1	TST05	LIMPEZA DIÁRIA E RETIRADA DE ENTULHO - SERVENTE	SINAPI	DIA	44,00	0,00	15,00	0,00	660,00
6.2	2450/ADP	LIMPEZA GERAL	ORSE	M²	892,79	0,85	2,00	758,87	1.785,58
7		ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
7.1	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	44,00	1,93	94,25	84,92	4.147,00
7.2	100321	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	2,00	379,74	7.244,08	759,48	14.488,16
CUSTO GLOBAL DE MATERIAL:								193.998,44	
CUSTO GLOBAL DE MÃO DE OBRA:								87.744,26	
CUSTO GLOBAL DE REFERÊNCIA:								281.742,70	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO V – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

<div></div>		COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO									
		TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO				EMISSÃO R00		04/12/2023			
		SERVIÇO: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA SAAN				EMISSÃO R01					
		ENDEREÇO: SAAN Q.03 LT 915									
						FONTE	VERSÃO	REFERÊNCIA			
		PROFISSIONAL RESPONSÁVEL: ENG. CIVIL CÉSAR MAZZA DE CASTRO FILHO				SINAPI	DESONERADA	10/2023			
		ART: 0720230099819									
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	CUSTO TOTAL D REFERÊNCIA				
1.2	TST01	LOCAÇÃO DE CONTAINER ALMOXARIFADO PARA USO EM CANTEIRO DE OBRAS. MEDIDAS APROXIMADAS 6,00 M X 2,40 M	MERC	MÊS							
		LOCAÇÃO DE CONTAINER ALMOXARIFADO PARA USO EM CANTEIRO DE OBRAS. MEDIDAS APROXIMADAS 6,00 M X 2,40 M	MERC	1	1,00000	500,00	500,00				
		MATERIAL					500,00				
		MAO DE OBRA					0,00				
		TOTAL COMPOSIÇÃO					500,00				
2.5	62123/ADP	ENSACAMENTO/RETIRADA DE ENTULHO	SINAPI	M³							
	37526	SACO DE RAFIA PARA ENTULHO, NOVO, LISO (SEM CLICHE), *60 x 90* CM	SINAPI	UM	5,00000	4,44	22,20				
	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	1,5410	20,00	30,82				
		MATERIAL					22,20				
		MAO DE OBRA					30,82				
		TOTAL COMPOSIÇÃO					53,02				
5.1	TST04	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA PARA RETIRADA DE ENTULHO	MERC	UND							
		LOCAÇÃO DE CAÇAMBA PARA RETIRADA DE ENTULHO	MERC	1	1,00000	370,00	370,00				
		MATERIAL					370,00				
		MAO DE OBRA					0,00				
		TOTAL COMPOSIÇÃO					370,00				
6.1	TST05	LIMPEZA DIÁRIA E RETIRADA DE ENTULHO - SERVENTE	SINAPI	DIA							
	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,75000	20,00	15,00				
		MATERIAL					0,00				
		MAO DE OBRA					15,00				
		TOTAL COMPOSIÇÃO					15,00				
6.2	2450/ADP	LIMPEZA GERAL	ORSE	M							
	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	0,10000	20,00	2,00				
	38400	VASSOURA 40 CM COM CABO	SINAPI	UND	0,05000	17,07	0,85				
		MATERIAL					0,85				
		MAO DE OBRA					2,00				
		TOTAL COMPOSIÇÃO					2,85				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO VI – BDI

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - BDI

VALORES BDI		
Lucro Presumido (cumulativo)		
MATERIAL		
		LIMITES
DESP IND	GARANTIA	0,00%
	RISCO	0,00%
	SEGUROS	0,00%
	DESP FINANC	0,61%
	ADM CENTRAL	5,00%
TRIBUTOS	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	0,00%
	CPRB	4,50%
	LUCRO	0,00%
	LIMITE MÁXIMO	15,01400%

MÃO DE OBRA		
		LIMITES
DESP IND	GARANTIA	0,50%
	RISCO	0,10%
	SEGUROS	0,00%
	DESP FINANC	0,61%
	ADM CENTRAL	5,00%
TRIBUTOS	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	2,00%
	CPRB	4,50%
	LUCRO	9,00%
	LIMITE MÁXIMO	28,32500%

VALORES BDI		
Lucro Real (Não cumulativo)		
MATERIAL		
		LIMITES
DESP IND	GARANTIA	0,00%
	RISCO	0,00%
	SEGUROS	0,00%
	DESP FINANC	0,61%
	ADM CENTRAL	5,00%
TRIBUTOS	PIS	1,65%
	COFINS	7,60%
	ISS	0,00%
	CPRB	4,50%
	LUCRO	0,00%
	LIMITE MÁXIMO	22,48200%

MÃO DE OBRA		
		LIMITES
DESP IND	GARANTIA	0,50%
	RISCO	0,10%
	SEGUROS	0,00%
	DESP FINANC	0,61%
	ADM CENTRAL	5,00%
TRIBUTOS	PIS	1,65%
	COFINS	7,60%
	ISS	2,00%
	CPRB	4,50%
	LUCRO	9,00%
	LIMITE MÁXIMO	37,49500%

VALORES BDI		
Simples Nacional		
MATERIAL		
		LIMITES
DESP IND	GARANTIA	0,00%
	RISCO	0,00%
	SEGUROS	0,00%
	DESP FINANC	0,61%
	ADM CENTRAL	5,00%
TRIBUTOS	PIS	0,61%
	COFINS	2,83%
	ISS	0,00%
	CPRB	4,50%
	LUCRO	0,00%
	LIMITE MÁXIMO	14,75200%

MÃO DE OBRA		
		LIMITES
DESP IND	GARANTIA	0,50%
	RISCO	0,10%
	SEGUROS	0,00%
	DESP FINANC	0,61%
	ADM CENTRAL	5,00%
TRIBUTOS	PIS	0,61%
	COFINS	2,83%
	ISS	2,00%
	CPRB	4,50%
	LUCRO	9,00%
	LIMITE MÁXIMO	28,62500%

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - BDI DETALHADO			
	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	EMIÇÃO R00	04/12/2023	
	SERVIÇO: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA SAAN	EMIÇÃO R01		
	ENDEREÇO: SAAN Q 03 LT 915			
		FONTE	VERSÃO	REFERÊNCIA
	PROFISSIONAL RESPONSÁVEL: ENG. CIVIL CÉSAR MAZZA DE CASTRO FILHO - CREA/CE - 51464	SINAPI	DESONERADA	10/2023
	ART: 0720230099819			

Empresas tributadas pelo regime de incidência cumulativa de PIS e de COFINS		BDI		Custo Total			
		BDI (%)	BDI (R\$)	Equipamentos	Mão de Obra	Material	Total
01	CUSTO DIRETO (Total sem BDI)			-	87.744,26	193.998,44	281.742,70
02	CUSTO INDIRETO (BDI)			-			-
02.01	BDI sobre a mão de obra / serviços	28,3250%	24.853,56				24.853,56
02.02	BDI sobre os materiais	15,0140%	29.126,93				29.126,93
02.03	BDI sobre os equipamentos						
	CUSTO TOTAL FINAL (Total com BDI)						335.723,19
BDI MÉDIO	19,16%						

Empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS		BDI		Custo Total			
		BDI (%)	BDI (R\$)	Equipamentos	Mão de Obra	Material	Total
01	CUSTO DIRETO (Total sem BDI)				87.744,26	193.998,44	281.742,70
02	CUSTO INDIRETO (BDI)						-
02.01	BDI sobre a mão de obra / serviços	37,4950%	32.899,71				32.899,71
02.02	BDI sobre os materiais	22,4820%	43.614,73				43.614,73
02.03	BDI sobre os equipamentos		-				
03	CUSTO TOTAL FINAL (Total com BDI)						358.257,14
BDI MÉDIO	27,16%						

Empresas tributadas pelo regime do Simples Nacional		BDI		Custo Total			
		BDI (%)	BDI (R\$)	Equipamentos	Mão de Obra	Material	Total
01	CUSTO DIRETO (Total sem BDI)				87.744,26	193.998,44	281.742,70
02	CUSTO INDIRETO (BDI)						-
02.01	BDI sobre a mão de obra / serviços	28,6250%	25.116,79				25.116,79
02.02	BDI sobre os materiais	14,7520%	28.618,65				28.618,65
02.03	BDI sobre os equipamentos		-				
03	CUSTO TOTAL FINAL (Total com BDI)						335.478,14
BDI MÉDIO	19,07%						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO VII – ENCARGOS SOCIAIS

DISTRITO FEDERAL

VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/2022

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,75%	Não incide	17,75%	Não incide
B2	Feriados	3,41%	Não incide	3,41%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,66%	0,85%	0,66%
B4	13º Salário	10,72%	8,33%	10,72%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,05%	0,06%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,32%	Não incide	1,32%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	8,34%	6,48%	8,34%	6,48%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	43,30%	16,19%	43,30%	16,19%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,16%	3,24%	4,16%	3,24%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	5,13%	3,99%	5,13%	3,99%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,11%	2,42%	3,11%	2,42%
C5	Indenização Adicional	0,35%	0,27%	0,35%	0,27%
C	Total	12,85%	10,00%	12,85%	10,00%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,71%	2,88%	16,37%	6,12%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,35%	0,27%	0,37%	0,29%
D	Total	8,06%	3,15%	16,74%	6,41%
TOTAL(A+B+C+D)		82,01%	47,14%	110,69%	70,40%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO VIII – CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO										
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO				ENG. CIVIL CÉSAR MAZZA - CREA/CE - 51464/D						
SERVIÇO: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA SAAN										
		Data:		05/12/2023	ART: 0720230099819					
Atividade predecessora	Valor (R\$)	Mês 1				Mês 2				
		semana 1	semana 2	semana 3	semana 4	semana 5	semana 6	semana 7	semana 8	
	1.300,00	30,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	
		390,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	
	19.179,85	50,00%	50,00%							
		9.589,93	9.589,92							
	204.526,25									
2	1.273,48			100,00%						
				1.273,48						
3.1	42.261,29			50,00%	50,00%	PERÍODO CURA				
				21.130,65	21.130,64					
3.2	110.920,23						100,00%			
							110.920,23			
3.3	38.277,35							50,00%	50,00%	
								19.138,68	19.138,67	
3.3	11.793,90							50,00%	50,00%	
								5.896,95	5.896,95	
	26.652,59									
	4.260,70					100,00%				
						4.260,70				
4.1	796,39					100,00%				
						796,39				
4.2	21.595,50							50,00%	50,00%	
								10.797,75	10.797,75	
	7.400,00	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%				20,00%	
		1.480,00	1.480,00	1.480,00	1.480,00				1.480,00	
	3.204,45	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	86,00%	
		64,09	64,09	64,09	64,09	64,09	64,09	64,09	2.755,82	
	19.479,56	4,39%	4,29%	9,18%	8,70%	2,00%	42,37%	13,74%	15,33%	
		855,95	836,63	1.788,41	1.693,82	390,03	8.253,00	2.675,94	2.985,78	
	281.742,70	12.379,97	12.100,64	25.866,63	24.498,55	5.641,21	119.367,32	38.703,41	43.184,97	
	76.514,44	3.362,10	3.286,24	7.024,75	6.653,21	1.532,01	32.417,25	10.510,90	11.727,98	
	358.257,14	15.742,07	15.386,88	32.891,38	31.151,76	7.173,22	151.784,57	49.214,31	54.912,95	

PREÇO GLOBAL ACUMULADO	358.257,14	15.742,07	31.128,95	64.020,33	95.172,09	102.345,31	254.129,88	303.344,19	358.257,14
------------------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------



ANEXO IX – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA

1. A empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa deverá apresentar comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS (observar item 5 deste anexo) efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1.1. Planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item 5 deste anexo, em que os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;

1.2. Cópia dos Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o faturamento mensal;

1.3. Cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referentes aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS;

1.4. Recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação.

2. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.

3. Para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda sim, apresentar cópia, do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

4. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

5. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições.

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 1,65%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 7,60%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

6. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.



**CONTRATO PE-023/2024 – PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE
COBERTURA EM EDIFICAÇÃO. (Processo TST
N.º 6012942/2023-00).**

O **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, conjunto A, Brasília, DF, CEP 70070-943, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo,, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na, Brasília, DF, CEP, telefone (xx), e-mail, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n.º 023/2024, publicado no Diário Oficial da União do dia xx de xxxxxx de xxxx, e a respectiva homologação, que consta no Processo Administrativo TST n.º 6012942/2023-00, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n.º 14.133/2021, 8.078/90 e 9.784/99, na Lei Complementar n.º 123/2006 e no Decreto n.º 8.538/2015, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a prestação de serviços de impermeabilização de cobertura em edificação no edifício auxiliar do TST no SAAN, conforme memorial descritivo e nos termos e condições constantes neste contrato, seus anexos e no edital.

Subcláusula primeira. Os serviços deverão ser executados conforme as mais rigorosas regras de segurança do trabalho e de acordo com as condições e especificações contidas neste contrato e seus respectivos anexos:

- I. Anexo I: Especificações técnicas;
- II. Anexo II: Projetos de impermeabilização;
- III. Anexo III: Planilha orçamentária;
- IV. Anexo IV: Composição unitária material e mão de obra;
- V. Anexo V: Composição de custos unitários;
- VI. Anexo VI: BDI;
- VII. Anexo VII: Encargos sociais;
- VIII. Anexo VIII: Cronograma Físico-financeiro;
- IX. Anexo IX: Documentação Complementar Para Empresas Com Tributação Pelo Regime De Incidência Não Cumulativa;



X. Anexo X: Termo de Responsabilidade e Confidencialidade;

XI. Anexo XI: Termo de Garantia do Objeto.

Subcláusula segunda. Do regime de contratação: o objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

Subcláusula terceira. O prazo de garantia do objeto deste contrato é de 05 (cinco) anos para o sistema de impermeabilização contados do recebimento definitivo, conforme o Termo de Garantia do Objeto anexo, que terá vigência independente do prazo de vigência deste contrato.

- I. A garantia será contra perda de estanqueidade de produtos e instalação desde que a causa da falha constatada não seja decorrente de intervenções não previstas, avarias, danos ou falhas nos substratos ou camadas ou outros materiais e componentes que sejam determinantes do desempenho dos sistemas de impermeabilização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é da data de sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

- I. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$
(.....).

Subcláusula única. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de impostos, taxas, fretes e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, assim como as despesas relativas ao transporte de materiais, à mão de obra de execução dos trabalhos e instalação de componentes e à orientação técnica (supervisão).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

Os preços poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do orçamento estimado a que ela se refere (19/02/2024) ou da data do último reajuste, limitada à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou de outro índice que passe a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} * P, \text{ onde:}$$

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;



lo = índice relativo ao mês de apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

l = índice relativo ao mês do novo reajuste;

lo = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.

Subcláusula primeira. Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que a Contratada legalmente faria jus se ela não fizer o respectivo pedido de reajuste dentro da vigência do contrato.

Subcláusula segunda. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou impeditivos da execução do ajustado, poderá ser admitida a revisão do valor pactuado, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Subcláusula terceira. O valor e a data do reajuste serão informados mediante apostila.

Subcláusula quarta. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste quando a Contratada firma termo aditivo de prorrogação, sem solicitar os novos valores.

Subcláusula quinta. Cabe à Contratada solicitar a inclusão, no termo aditivo a ser firmado, de cláusula com o fim de resguardar o direito em pleitear a futura revisão dos preços contratuais por reajuste.

Subcláusula sexta. O pedido de reajuste deverá ser encaminhado para a Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - CGFC, através do e-mail: cgfc@tst.jus.br - telefone: (61) 3043-4095.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em/...../.....

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

A Contratada deverá cumprir prazo para conclusão dos serviços de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela Fiscalização.

Subcláusula primeira. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

Subcláusula segunda. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08,



conjunto A, Bloco A, sala T-18, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.

Subcláusula terceira. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por um servidor, ou comissão de servidores, designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

Subcláusula primeira. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

- I. acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
- II. solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
- III. notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- IV. propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;
- V. acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento;
- VI. indicar à Contratada endereço eletrônico para o recebimento da documentação complementar exigida em contrato;
- VII. analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços a serem apresentados pela Contratada no início dos trabalhos;
- VIII. promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
- IX. esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;



- X. paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- XI. solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;
- XII. solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;
- XIII. exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- XIV. aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- XV. verificar e aprovar os relatórios periódicos de execução dos serviços.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:

- I. **provisória**, mediante termo detalhado a ser emitido pelos fiscais técnico e administrativo, em até quinze dias da comunicação escrita do contratado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- II. **definitiva**, mediante termo detalhado, a ser emitido pelo gestor do contrato, em até dez dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

Subcláusula primeira. Caso sejam constatadas pendências em relação ao serviço no recebimento provisório, a Contratada deverá, em até quinze dias, realizar os reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições relativas ao objeto do contrato.

- I. concluídos os trabalhos pela Contratada dentro do prazo fixado, deve ser emitida nova comunicação escrita da Contratada para uma segunda vistoria. Uma vez constatada a regularização das pendências apontadas e verificada a perfeita adequação dos serviços aos termos do contrato, será emitido o recebimento definitivo, em até dez dias daquela comunicação;
- II. caso as pendências não tenham sido sanadas, a Contratada passa a incorrer em atraso a partir da data da segunda vistoria.

Subcláusula segunda. O registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT deverá ser realizado pelo gestor ou pelos fiscais técnico ou administrativo, no prazo de um dia útil a contar do recebimento da notificação do cadastro da nota fiscal no referido sistema.



Subcláusula terceira. O termo do recebimento provisório poderá se dispensado, caso a fiscalização seja exercida apenas pelo gestor e pelo gestor suplente.

- I. o gestor emitirá o termo de recebimento definitivo no prazo de cinco dias úteis a contar do registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT.

Subcláusula quarta. Os serviços prestados em desconformidade com o especificado neste contrato, no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a refazê-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

Subcláusula quinta. A notificação referida na subcláusula anterior suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

Subcláusula sexta. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo de cada parcela do objeto, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

Subcláusula primeira. A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto entregue e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deverá notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

Subcláusula segunda. As faturas serão entregues exclusivamente à Fiscalização do Contrato e deverão estar acompanhadas da documentação exigida no edital e no contrato, por meio de endereço eletrônico, para fins de liquidação e pagamento das despesas.

Subcláusula terceira. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de atesto, liquidação e pagamento.

Subcláusula quarta. Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

Subcláusula quinta. No decorrer da execução contratual, poderá ser alterado o local da entrega da nota fiscal, mediante prévia notificação à Contratada.

Subcláusula sexta. O Contratante efetuará os pagamentos dos documentos fiscais emitidos pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização;

- I. somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo Contratante;
- II. a medição de serviços será baseada em relatórios periódicos elaborados pela Contratada, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos



necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados;

- III. a discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas, inclusive critérios de medição e pagamento;
- IV. sendo o regime de execução por empreitada por preço global, o pagamento será realizado em parcelas, sendo cada parcela coincidente com 100% (cem por cento) de conclusão de uma etapa.

Subcláusula sétima. Os pagamentos serão realizados em 03 parcelas de acordo com a conclusão das etapas a seguir:

- I. 1ª parcela: após conclusão das etapas previstas no mês 01 do cronograma físico;
- II. 2ª parcela: após conclusão das etapas previstas no mês 02 do cronograma físico;
- III. 3ª parcela: após o recebimento definitivo dos serviços.

Subcláusula oitava Os pagamentos das parcelas serão conforme os percentuais a seguir, em conformidade com cronograma físico financeiro (Anexo VIII):

- I. 1ª parcela: 25% do valor total previsto no contrato;
- II. 2ª parcela: 70% do valor total previsto no contrato;
- III. 3ª parcela: 05% do valor total previsto no contrato.

Subcláusula nona. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será feita comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa executada, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/21.

Subcláusula dez. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura deste contrato, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Subcláusula onze. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste contrato, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução deste contrato, a Contratada se obriga a emendar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:



- I. executar o objeto deste contrato, obedecendo a todas as determinações contidas neste documento, nas Especificações Técnicas e no Projeto Executivo em anexo, não sendo admitida qualquer modificação sem a prévia autorização da Fiscalização;
 - a. deverão ser considerados como partes integrantes do projeto todos os detalhes de execução de serviços constantes dos desenhos e não mencionados nas especificações, assim como todos os detalhes de execução de serviços mencionados nas especificações e que não constem dos desenhos.
- II. efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA – DF), ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU – DF), ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, emitido pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT);
 - a. o comprovante de registro deverá ser apresentado à Fiscalização no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da contagem do prazo de execução contratual.
- III. garantir que o Responsável Técnico pelo serviço participe efetivamente da execução dos serviços, atendendo à periodicidade mínima de visitas e demais condições estabelecidas nas Especificações Técnicas;
 - a. durante a execução dos serviços, caso seja necessária a substituição do Responsável Técnico da obra, a Contratada poderá fazê-lo, desde que seja por outro profissional com experiência comprovadamente igual ou superior à exigida neste documento e que essa substituição seja aprovada pelo Contratante;
- IV. empregar mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização de cada serviço;
- V. fornecer e manter atualizado o “Diário de Obra” para acompanhamento dos serviços;
 - a. os detalhes sobre o preenchimento do Diário de Obras constam no Anexo I.
- VI. verificar, anteriormente e/ou durante a execução dos serviços, a compatibilidade entre os projetos recebidos, visando detectar problemas tais como de cotas, interferências entre elementos e componentes, dentre outros, devendo as inconsistências detectadas serem apresentadas à Fiscalização;
- VII. submeter à aprovação da Fiscalização, antes do início dos serviços, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços, elaborados de



- conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento;
- VIII.** submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
 - IX.** responsabilizar-se por quaisquer erros ou vícios identificados nos projetos e não comunicados à Fiscalização;
 - X.** cumprir as leis e regulamentos referentes aos serviços e à Segurança Pública, bem como as normas da ABNT, as NRs e às exigências do CREA/CAU/CFT;
 - XI.** reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
 - XII.** dar a destinação correta às embalagens a serem descartadas e ao entulho gerado, de acordo com a Resolução nº 400/2024 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e com a Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do meio Ambiente – CONAMA;
 - XIII.** recuperar eventuais avarias ou defeitos causados nas dependências do TST em função da prestação de serviços;
 - XIV.** responsabilizar-se inteiramente pelos equipamentos e materiais necessários a execução do serviço, incluindo sua posse e guarda;
 - XV.** manter, durante a prestação do serviço, o local dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços;
 - XVI.** manter seus funcionários devidamente identificados durante a execução dos serviços, devendo ser observadas as posturas necessárias ao relacionamento cordial e educado para com o Contratante e o representante por ele designado para supervisionar os trabalhos;
 - XVII.** fornecer à Fiscalização relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade, em até 1 (um) dia útil antes da realização do serviço, bem como informar durante toda a vigência da contratação, qualquer alteração que venha ocorrer na referida relação;
 - XVIII.** manter um técnico responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Fiscalização sobre assuntos relacionados ao serviço;
 - XIX.** utilizar equipamentos e ferramentas necessários à boa execução de todos os serviços e empregar aos métodos de trabalho mais eficientes e seguros, de acordo com as normas vigentes, e especificações fornecidas.



- XX.** garantir que seus funcionários alocados no serviço utilizem uniformes, EPIs e EPCs adequados à execução dos serviços que estejam prestando;
 - a. a constatação do não uso dos EPIs necessários ensejará a suspensão dos serviços (sem abono do prazo restante para a conclusão) até que os referidos equipamentos sejam fornecidos a todos os funcionários;
- XXI.** substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do TST, apresentarem comportamento inadequado ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- XXII.** permitir e facilitar, no local de execução dos serviços, o trabalho de terceiros autorizados pela Fiscalização;
- XXIII.** disponibilizar, além dos materiais especificados neste contrato, todas as ferramentas necessárias para a execução dos serviços, responsabilizando-se, ainda, por sua guarda e transporte;
- XXIV.** observar o cumprimento de todos os prazos, condições exigidas, datas, horários estabelecidos.
- XXV.** oferecer garantia dos serviços, conforme NBR 17170 (edificações - garantias - prazos recomendados e diretrizes), pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos para o sistema de impermeabilização, contados a partir do recebimento definitivo.
 - a. a garantia será contra perda de estanqueidade de produtos e instalação desde que a causa da falha constatada não seja decorrente de intervenções não previstas, avarias, danos ou falhas nos substratos ou camadas ou outros materiais e componentes que sejam determinantes do desempenho dos sistemas de impermeabilização.
- XXVI.** comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- XXVII.** efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
 - a. por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- XXVIII.** encaminhar a documentação complementar exigida neste contrato por meio do endereço eletrônico indicado pela Fiscalização;
- XXIX.** apresentar, no prazo de 15 dias a contar do início da vigência deste contrato, os Termos de Responsabilidade e Confidencialidade previstos no Anexo X;
- XXX.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação;



- XXXI.** manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- XXXII.** responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- XXXIII.** responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

Subcláusula primeira. A Contratada não será responsável:

- I.** por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II.** por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste contrato ou no edital.

Subcláusula segunda. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

Subcláusula terceira. Não será permitida subcontratação parcial ou total do objeto.

CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I.** proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste contrato;
- II.** promover os pagamentos nas condições e prazo estipulados; e
- III.** fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais.
 - a.** as solicitações de atestado de capacidade técnica devem ser feitas à Secretaria de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, por meio de requerimento formal, no qual devem constar a razão social da contratada, o número da inscrição no CNPJ, o objeto contratado e o número do Contrato e/ou da Nota de Empenho.
 - b.** o requerimento deve ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico:



<https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0>.

- c. em caso de dúvidas, entrar em contato com a CCP – Coordenadoria de Cadastramento Processual, por meio do endereço eletrônico: ccp@tst.jus.br.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

Fundamentado nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, serão aplicadas as seguintes sanções ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas:

- I. **advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. **impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando:
 - a. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b. der causa à inexecução total do contrato;
 - c. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- III. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) até 6 (seis) anos, quando:
 - a. praticar as infrações previstas no inciso II do caput desta cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
 - b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo valor total.



Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula terceira. Os casos de descumprimento das demais obrigações previstas neste contrato implicarão sanções, conforme descrito nas tabelas abaixo:

Tabela 01: Categorização das infrações	
1. Infrações leves	
1.1	Realizar a movimentação de materiais por percursos não autorizados pela Fiscalização.
1.2	Não executar limpeza dos locais que tenham sido afetados pela execução dos serviços.
1.3	Deixar de prestar as informações ou tomar as providências solicitadas pela Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.4	Deixar de responder às comunicações eletrônicas da Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.5	Manter funcionários em serviço sem a devida identificação (uniforme e/ou crachá da Contratada).
2. Infrações médias	
2.1	Deixar de informar ao Contratante eventuais mudanças de endereço, telefone e/ou e-mail, impossibilitando a comunicação entre as partes.
2.2	Deixar de comparecer, injustificadamente, às reuniões agendadas com a Fiscalização.
2.3	Não cumprir as determinações contidas em uma advertência e/ou reincidir no cometimento de qualquer uma das infrações leves listadas acima.
3. Infrações graves	
3.1	Não utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à execução dos trabalhos por qualquer dos funcionários em serviço.
3.2	Não comparecer ao local dos serviços executados, quando acionada pelo Contratante, no prazo estipulado, durante a vigência da garantia.
3.3	Subcontratar os serviços sem autorização da administração.

Tabela 02: Relação entre infrações e penalidades	
Categoria da Infração	Penalidade a ser aplicada
1. Infrações leves	Advertência
2. Infrações médias	Multa de 0,5% do valor total do contrato por ocorrência
3. Infrações graves	Multa de 1,0% do valor total do contrato por ocorrência

- I. o cometimento de infrações cujo somatório atinja o limite de 10% (dez por cento) do valor total adjudicado ou a reincidência de uma infração grave



caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas na legislação, assim como a inexecução total do contrato.

Subcláusula quarta. Sanções pecuniárias aplicáveis à Contratada poderão ser substituídas pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.

Subcláusula quinta. A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão deste contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.

Subcláusula sexta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula sétima. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e a sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA TREZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA QUINZE - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 14.133/21 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA EXTINÇÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas no artigo 137, na forma do artigo 138, inclusive com as consequências do artigo 139, da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em curriculum vitae, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a



sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA DEZOITO - DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/08/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

Subcláusula primeira. O Contratante figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

Subcláusula segunda. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

Subcláusula terceira. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

- I. eventualmente, as partes podem ajustar que o Contratante será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta subcláusula.

Subcláusula quarta. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TST, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

Subcláusula quinta. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término deste contrato, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- I. cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- II. estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;



- III. uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Subcláusula sexta. O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

Subcláusula sétima. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.



Subcláusula sexta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Subcláusula sétima. Em consonância com a Resolução 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional da Justiça, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- I. A vedação constante nesta subcláusula se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam digitalmente este termo para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1 A contratada deverá realizar a demolição do sistema de impermeabilização existente e executar o novo sistema de impermeabilização, conforme projetos (anexo II), quantitativos da planilha orçamentária (anexo III), cronograma físico (anexo VIII) e demais anexos;
- 1.2 O endereço de realização dos serviços é no edifício auxiliar do TST no SAAN, Q 03, LT 915;

2 DEFINIÇÕES

- 2.1 Benefícios e despesas indiretas – BDI: valor percentual que incide sobre o custo global de referência para realização da obra ou serviço de engenharia;
- 2.2 Composição de custo unitário: detalhamento do custo unitário do serviço que expresse a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida;
- 2.3 Custo global de referência: valor resultante do somatório dos custos totais de referência de todos os serviços necessários à plena execução da obra ou serviço de engenharia;
- 2.4 Custo total de referência do serviço: valor resultante da multiplicação do quantitativo do serviço previsto no orçamento de referência por seu custo unitário de referência;
- 2.5 Custo unitário de referência: valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado;
- 2.6 Critérios de medição e pagamento: disposição regulamentando o modo de calcular/medir as quantidades de serviços de uma obra ou serviço;
- 2.7 Cronograma físico financeiro: representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de duração do serviço, demonstrando, em cada período, o percentual de avanço físico a ser executado e o respectivo valor financeiro envolvido;
- 2.8 Empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;



- 2.9 Orçamento de referência: detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação;
- 2.10 Preço global de referência: valor do custo global de referência acrescido do percentual correspondente ao BDI;
- 2.11 Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem;
- 2.12 Serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- 2.13 Valor global do contrato: valor total da remuneração a ser paga pela administração pública ao contratado e previsto no ato de celebração do contrato para realização de obra ou serviço de engenharia;
- 2.14 Água sob pressão positiva: água, confinada ou não, que exerce pressão hidrostática superior a 1 kPa (0,1 m.c.a), de forma direta à impermeabilização;
- 2.15 Aplicação: técnica para compor a execução de um sistema de impermeabilização;
- 2.16 Armadura para impermeabilização: componente da camada impermeável destinado a absorver esforços mecânicos, o qual deve ser compatível com o tipo de impermeabilização;
- 2.17 Camada de imprimação: estrato com a função de favorecer a aderência da camada impermeável, aplicado ao substrato a ser impermeabilizado;
- 2.18 Camada de proteção mecânica: estrato com a função de absorver e dissipar os esforços estáticos ou dinâmicos atuantes por sobre a camada impermeável, de modo a protegê-la contra a ação deletéria destes esforços;
- 2.19 Camada de regularização horizontal ou contrapiso: estrato com as funções de regularizar o substrato, proporcionando uma superfície uniforme de apoio, coesa, perfeitamente aderida e adequada à camada impermeável, e de fornecer a ele um certo caimento ou declividade;



- 2.20 Camada de regularização vertical: estrato com a função de regularizar o substrato, proporcionando uma superfície uniforme de apoio, coesa, perfeitamente aderida e adequada à camada impermeável;
- 2.21 Camada separadora: estrato com a função de evitar a aderência de outros materiais sobre a camada impermeável;
- 2.22 Emenda: processo pelo qual se obtém a continuidade da camada de impermeabilização, visando assegurar a estanqueidade, durabilidade e desempenho previsto em norma específica do produto. Pode ser executada emenda por sobreposição ou emenda de topo;
- 2.23 Estanqueidade: propriedade de um elemento (ou de um conjunto de componentes) de impedir a penetração ou passagem de fluidos através de si. A sua determinação está associada a uma pressão-limite de utilização (a que se relaciona com as condições de exposição do elemento ao fluido);
- 2.24 Fissura no substrato: abertura ocasionada por deformações ou deslocamentos do substrato, que pode ser classificada em estática ou dinâmica - cíclica, finita ou infinita - e cuja amplitude é variável (a seleção do tipo de impermeabilização deve prever a amplitude de abertura e classificação da fissura);
- 2.25 Impermeabilidade: propriedade de um produto de ser impermeável aos fluidos. A sua determinação está associada a uma pressão-limite convencionada em ensaio específico;
- 2.26 Impermeabilização: conjunto de operações e técnicas construtivas (serviços), composto por uma ou mais camadas, que tem por finalidade proteger as construções contra a ação deletéria de fluidos, de vapores e da umidade;
- 2.27 Impermeabilização aderida: conjunto de materiais ou produtos aplicáveis às partes construtivas, totalmente aderidos ao substrato;
- 2.28 Impermeabilização flexível: conjunto de materiais ou produtos que apresentam características de flexibilidade compatíveis e aplicáveis às partes construtivas sujeitas à movimentação do elemento construtivo. Para ser caracterizada como flexível, a camada impermeável deve ser submetida a ensaio específico;
- 2.29 Impermeabilização não aderida: conjunto de materiais ou produtos aplicáveis às partes construtivas, totalmente não aderidos ao substrato;
- 2.30 Impermeabilização rígida: conjunto de materiais ou produtos que não apresentam características de flexibilidade compatíveis e aplicáveis às partes construtivas não sujeitas à movimentação do elemento construtivo;
- 2.31 Infiltração: penetração indesejável de fluidos nas construções;



- 2.32 Manta asfáltica: Sistema de impermeabilização industrializada, elaborada à base de asfaltos modificados por polímeros plastoméricos ou polímeros elastoméricos. Possui estruturante: véu de fibra de vidro ou não tecido de poliéster, além de cargas minerais (carbonato de cálcio), acabamentos variados (areia, ardósia, filme de alumínio, filme de polietileno);
- 2.33 Manta para impermeabilização: produto impermeável, pré-fabricado, obtido por processos industriais, tais como calandragem ou extensão;
- 2.34 Membrana para impermeabilização: camada de impermeabilização moldada no local, com características de flexibilidade e com espessura compatível para suportar as movimentações do substrato, podendo ser estruturada ou não;
- 2.35 Pintura de proteção: camada com características específicas, aplicada como pintura, com a função de proteger a impermeabilização ou elemento construtivo;
- 2.36 Projeto de impermeabilização: conjunto de informações gráficas e descritivas que definem integralmente as características de todos os sistemas de impermeabilização empregados em uma dada construção, de forma a orientar inequivocamente a produção deles. O projeto de impermeabilização é constituído de três etapas sucessivas;
- 2.37 Sistema de impermeabilização: conjunto de produtos e serviços (insumos) dispostos em camadas ordenadas, destinado a conferir estanqueidade a uma construção.

3 DEMOLIÇÃO E RETIRADA

- 3.1 A contratada deverá realizar:
- 3.2 A remoção das telhas de amianto da cobertura com área de 619,65 m²;
- 3.2.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
- 3.2.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
- 3.2.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
- 3.2.4 Retirar os parafusos que prendem as telhas;
- 3.2.5 Retirar cada telha manualmente;
- 3.3 Remoção da trama com terças de madeira que serve de apoio para as telhas com área de 619,65 m²;
- 3.3.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
- 3.3.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
- 3.3.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
- 3.3.4 Soltar as extremidades dos elementos em madeira com picareta;



- 3.3.5 Retirar cada elemento manualmente;
- 3.4 Demolição das alvenarias e pilaretes em alvenaria que servem de sustentação da trama de madeira com volume de 10,59 m³;
 - 3.4.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
 - 3.4.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
 - 3.4.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
 - 3.4.4 A demolição da parede manualmente é feita com o uso de marreta, da parte superior para a parte inferior da parede;
- 3.5 Demolição das argamassas da laje e das paredes com área de 848,45 m²;
 - 3.5.1 Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura;
 - 3.5.2 Checar se os EPC necessários estão instalados;
 - 3.5.3 Usar os EPI exigidos para a atividade;
 - 3.5.4 Remover a argamassa com uso de martelo demolidor;
- 3.6 Realizar o ensacamento do entulho, o transporte da cobertura para o térreo e a correta destinação através de caçambas metálicas.

4 IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE COM MANTA ASFÁLTICA

- 4.1 Realizar a impermeabilização da laje (horizontal) e das paredes (vertical), conforme projeto com área total de 892,79 m²;
- 4.2 Realizar a execução do contrapiso/argamassa de regularização;
 - 4.2.1 Definir os níveis do contrapiso;
 - 4.2.2 Assentar taliscas sobre a laje;
 - 4.2.3 Argamassa de contrapiso: envolve lançamento, espalhamento e compactação, definição preliminar de mestras e posterior atuação no resto do ambiente;
 - 4.2.4 Acabamento superficial desempenado;
 - 4.2.5 Na região dos ralos, criar um rebaixo de 1,0 cm de profundidade, com área de 40 x 40 cm, com bordas chanfradas, para que haja nivelamento de toda a impermeabilização após a colocação dos reforços previstos neste local;
 - 4.2.6 Todos os cantos e arestas deverão ser arredondados com raio aproximado de 5,0 cm a 8,0 cm;
 - 4.2.7 Nas áreas verticais em alvenaria, executar chapisco de cimento e areia média, traço 1:3, seguido da aplicação de uma argamassa desempenada, de cimento e areia média, traço 1:4;
 - 4.2.8 Aguardar a cura da argamassa de regularização no mínimo 7 dias antes de iniciar a impermeabilização;
- 4.3 Realizar a execução de manta asfáltica na laje:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 4.3.1 A superfície deverá ser previamente lavada, isenta de pó, areia, resíduos de óleo, graxa, desmoldante, manchas de óleo e graxas e/ou qualquer tipo de material que possa prejudicar a aderência do material;
 - 4.3.2 Realizar a imprimação com primer asfáltico e aguardar a secagem;
 - 4.3.3 Abrir totalmente o primeiro rolo de manta asfáltica, deixando-a alinhada e, em seguida, enrola-la novamente;
 - 4.3.4 Iniciar a colagem no sentido dos ralos para as cotas mais elevadas;
 - 4.3.5 Com um maçarico de boca larga abastecido por GLP, desenrolar aos poucos a manta, aquecendo o primer asfáltico e fazendo a queima do filme plástico de proteção da manta para garantir sua total aderência;
 - 4.3.6 Apertar bem a manta contra a superfície em que está sendo aplicada, para evitar bolhas ou enrugamentos;
 - 4.3.7 Repetir a operação, fazendo uma sobreposição de 10 cm entre as mantas;
 - 4.3.8 Avançar ao menos 10 cm na junção com as superfícies verticais;
 - 4.3.9 Alinhar e aderir à manta na vertical, descendo e sobrepondo em 10 cm na manta aderida na horizontal;
 - 4.3.10 Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente;
 - 4.3.11 Utilizar manta asfáltica tipo III, espessura 4 mm;
 - 4.3.12 Referencia: Viapol Viamanta Torodin ou equivalente;
- 4.4 Realizar a proteção mecânica com camada separadora na superfície horizontal:
- 4.4.1 Após o teste de estanqueidade, sobre a impermeabilização seca, colocar o filme de filme de polietileno como camada separadora entre a camada impermeável e a de proteção mecânica a ser aplicada;
 - 4.4.2 Dividir a área em quadros de dimensão máxima 5x5 m, para evitar fissuras de retração;
 - 4.4.3 Lançar e adensar a argamassa sobre a camada separadora, formando uma camada de 3 cm de espessura;
 - 4.4.4 Sarrafear e desempenar a camada de argamassa;
- 4.5 Realizar a proteção mecânica armada na superfície vertical:
- 4.5.1 Após o teste de estanqueidade, sobre a impermeabilização seca, armar com tela galvanizada hexagonal e lançar a argamassa, formando uma camada de 3 cm de espessura;



4.5.2 Sarrafeiar e desempenar a camada de argamassa;

5 IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHA METÁLICA COM MANTA LÍQUIDA

5.1 Realizar a impermeabilização do telhado metálico com impermeabilizante acrílico líquido a base de resina acrílica com área total de 442,44 m²;

5.2 Realizar o lixamento da superfície e a limpeza com hidrojateamento;

5.3 Executar a impermeabilização:

5.3.1 A superfície que receberá o sistema de impermeabilização deve estar limpa, seca e isenta de partículas soltas, pinturas, graxa, óleo ou desmoldantes;

5.3.2 Agite o produto até obter um composto homogêneo;

5.3.3 Aplicar a primeira demão de impermeabilizante diluído com 10% de água com rolo de lã de pelo curto, trincha, brocha ou vassoura de pelo macio;

5.3.4 Aguardar o tempo recomendado pelo fabricante e aplicar a segunda demão sem diluição;

5.3.5 Aplicar as demãos subsequentes até atingir o consumo especificado, obedecendo o intervalo de secagem entre demãos;

5.3.6 Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, aguardar o tempo de cura definido pelo fabricante e realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente;

5.3.7 Produto na cor branca;

5.3.8 Referencia: Quatzolit super manta líquida ou equivalente.

6 TRABALHO EM ALTURA – NR 35

6.1 A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência é caracterizada como trabalho em altura, definido como toda atividade executada acima de 02 metros do nível inferior e onde haja risco de queda;

6.2 A contratada deverá cumprir todos os requisitos da NR 35, NR 18 e demais normas aplicáveis;

6.3 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura;

6.4 Cabe ao contratado:

6.4.1 Garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas da NR 35;

6.4.2 Assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho – PT;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 6.4.3 Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e das medidas complementares de segurança aplicáveis;
- 6.4.4 Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na NR 35;
- 6.4.5 Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
- 6.4.6 Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na NR 35;
- 6.4.7 Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível;
- 6.4.8 Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
- 6.4.9 Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
- 6.5 Capacitação e treinamento:
 - 6.5.1 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:
 - a) normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
 - b) análise de Risco e condições impeditivas;
 - c) riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle;
 - d) sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva;
 - e) equipamentos de Proteção Individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso;
 - f) acidentes típicos em trabalhos em altura;
 - g) condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.
 - 6.5.2 O treinamento deve ser ministrado por instrutores com comprovada proficiência no assunto, sob a responsabilidade de profissional qualificado em segurança no trabalho;
- 6.6 Apresentar à fiscalização, antes de iniciar os serviços, os certificados de treinamentos dos profissionais que irão executar as atividades;
- 6.7 Planejamento, organização e execução:



- 6.7.1 Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado;
- 6.7.2 Considera-se trabalhador autorizado para trabalho em altura aquele capacitado, cujo estado de saúde foi avaliado, tendo sido considerado apto para executar essa atividade e que possua anuência formal da contratada;
- 6.7.3 Cabe ao contratado avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura;
- 6.7.4 A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador;
- 6.7.5 Todo trabalho em altura deve ser realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de risco de acordo com as peculiaridades da atividade;
- 6.7.6 A execução do serviço deve considerar as influências externas que possam alterar as condições do local de trabalho já previstas na análise de risco;
- 6.8 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco;
- 6.9 A documentação referente ao trabalho em altura deverá ser entregue à fiscalização;
- 6.10 Cumprir demais itens da NR 35 – trabalho em altura.

7 TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- 7.1 Realizar a supervisão de segurança do trabalho nos serviços, principalmente relacionados ao trabalho em altura e ao uso do maçarico GLP;
- 7.2 Atribuições:
 - 7.2.1 Elaborar, participar da elaboração e implementar política de saúde e segurança no trabalho;
 - 7.2.2 Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho;
 - 7.2.3 Gerenciar documentação de saúde e segurança do trabalho;
 - 7.2.4 Recomendar medidas de prevenção e controle;
 - 7.2.5 Informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;
 - 7.2.6 Informar o contratado, através de parecer técnico, sobre os riscos exigentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização;
 - 7.2.7 Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho;
 - 7.2.8 Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos,



com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho;

- 7.2.9 Orientar as atividades desenvolvidas no contrato, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço;
- 7.2.10 Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores;
- 7.2.11 Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;
- 7.2.12 Entre outras pertinentes aos serviços objeto deste Termo de Referência;

8 DIÁRIO DE OBRAS

- 8.1 Atualizar diariamente o preenchimento e a manutenção de Diário de Obra;
- 8.2 As informações contidas no Diário de obra deverão, a qualquer tempo, permitir a reconstituição temporal de todos os fatos ocorridos na execução dos serviços e que tenham exercido influência no seu andamento ou execução;
- 8.3 O Diário de Obra deverá conter, no mínimo, os seguintes campos: nome da Contratada, nome do Contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, número e categoria de empregados, campo de ocorrências e campo para assinaturas da Contratada e do Contratante.
- 8.4 Deverão ser obrigatoriamente registrados no Diário de obra, pela Contratada:
 - 8.4.1 Dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
 - 8.4.2 As datas de início e de previsão da conclusão dos serviços;
 - 8.4.3 As datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
 - 8.4.4 A situação do empreendimento no dia de cada visita técnica;
 - 8.4.5 Orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
 - 8.4.6 Nomes de empreiteiras ou subempreiteiras, caracterizando as atividades e seus encargos, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas;
 - 8.4.7 Acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;



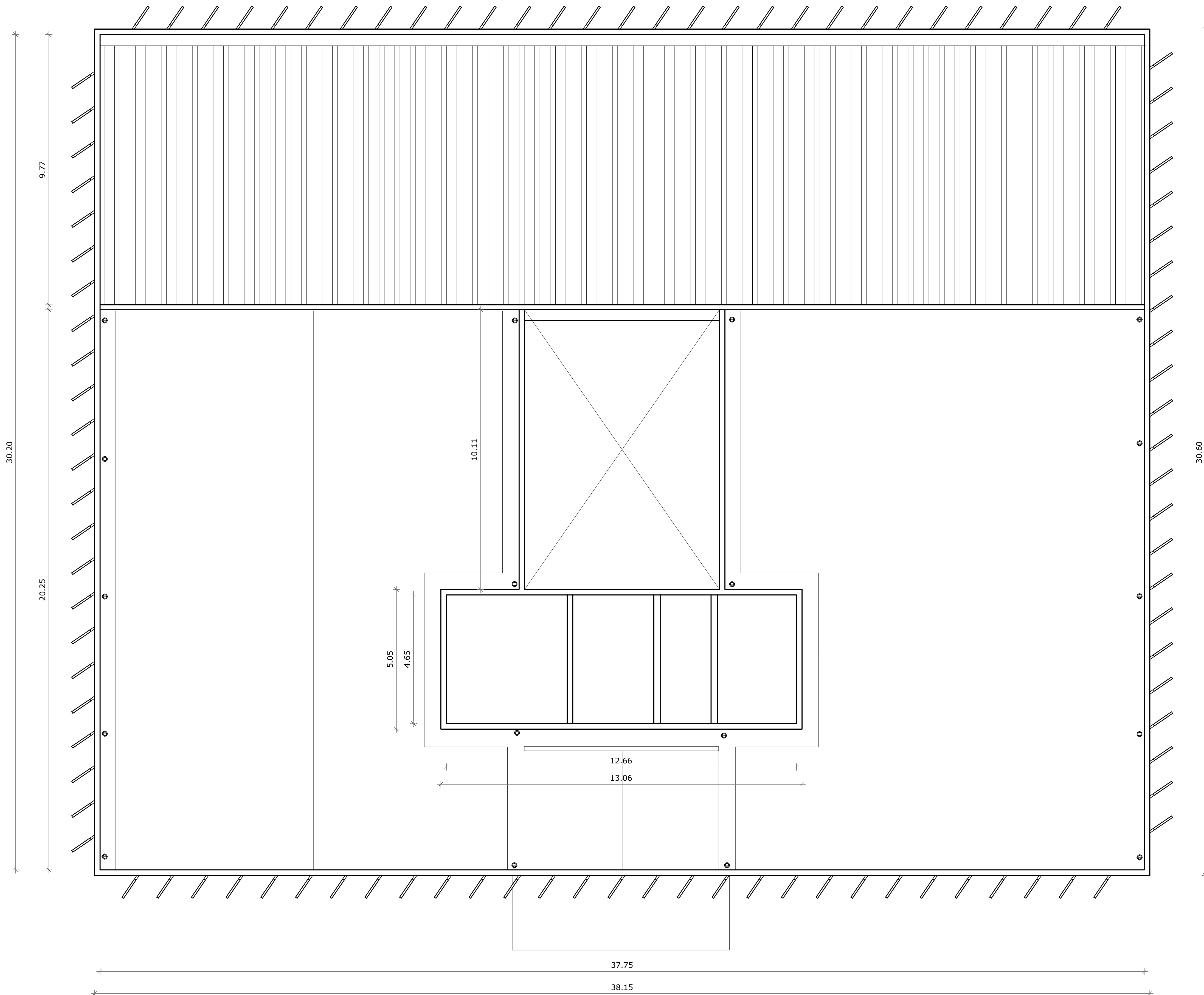
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 8.4.8 Os períodos de interrupção dos trabalhos e seus motivos, quer de caráter financeiro ou meteorológico, quer por falhas em serviços de terceiros não sujeitas à ingerência do responsável técnico;
 - 8.4.9 Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a execução dos serviços;
 - 8.4.10 Outros fatos que, a juízo da contratada, devam ser objeto de registro.
- 8.5 Deverão ser obrigatoriamente registrados no Diário de Obras pela fiscalização:
- 8.5.1 Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da Contratada no Diário de Obra;
 - 8.5.2 Observações sobre o andamento dos serviços, tendo em vista as especificações, prazos e cronograma;
 - 8.5.3 Outros fatos que, a juízo da Fiscalização, devam ser objeto de registro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO II – PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO



PLANTA BAIXA
Esc: 1/75

NOTAS IMPORTANTES

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho
ENGENHEIRO CIVIL

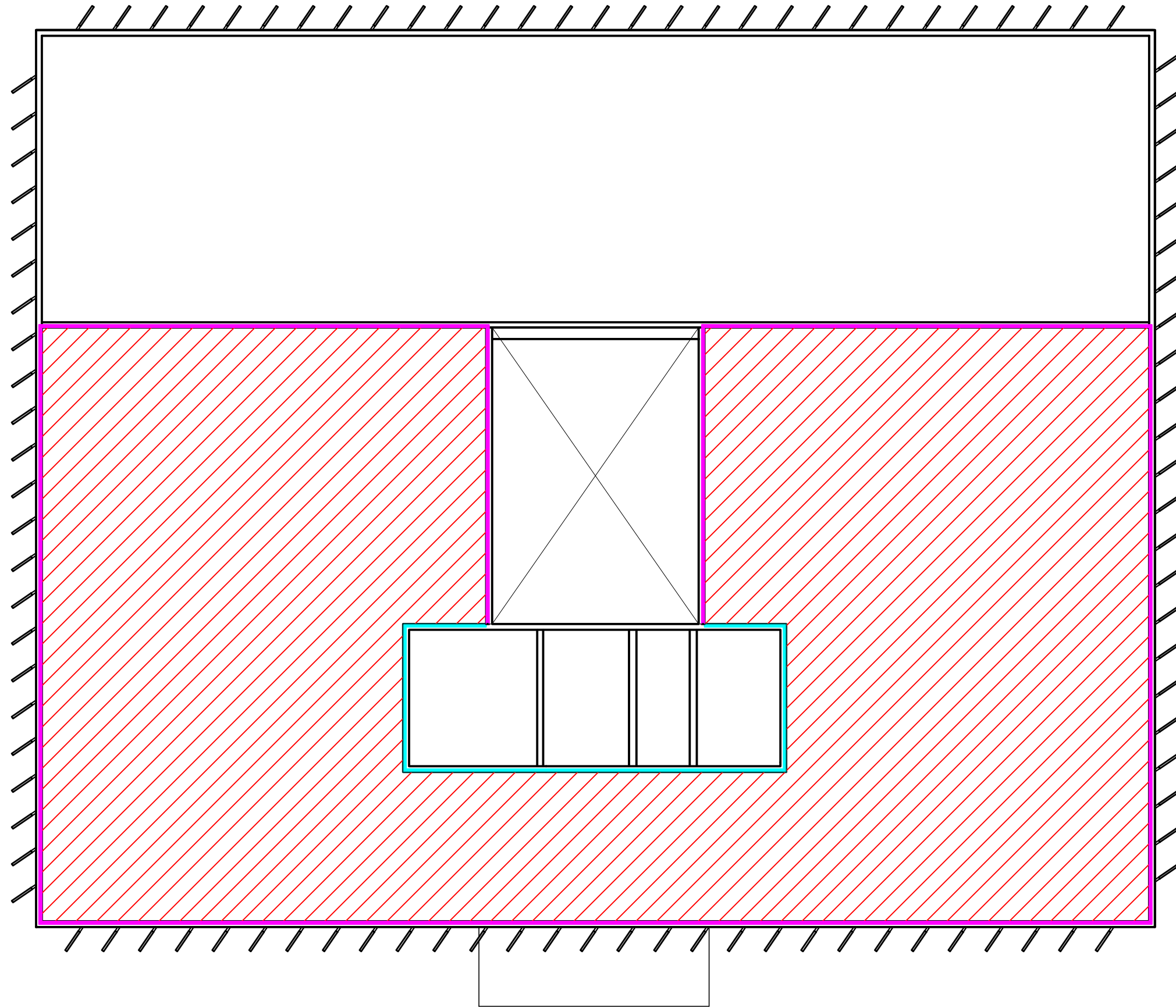
51464D-CE
CREA Nº

Tribunal Superior do Trabalho



PROJETO: PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA
PRANCHA: Planta baixa cobertura
LOCAL: Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN
DESENHO: CMAP/SMPRED DATA: NOVEMBRO/2023

ESCALA: indicada
PRANCHA:
01/05



PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA
Esc: 1/150

Demolição de argamassa - espessura=0,05m:

Parede (h=0,50m)
Área total: 14,39m²

Mureta (h=1,18m)
Área total:151,96m²

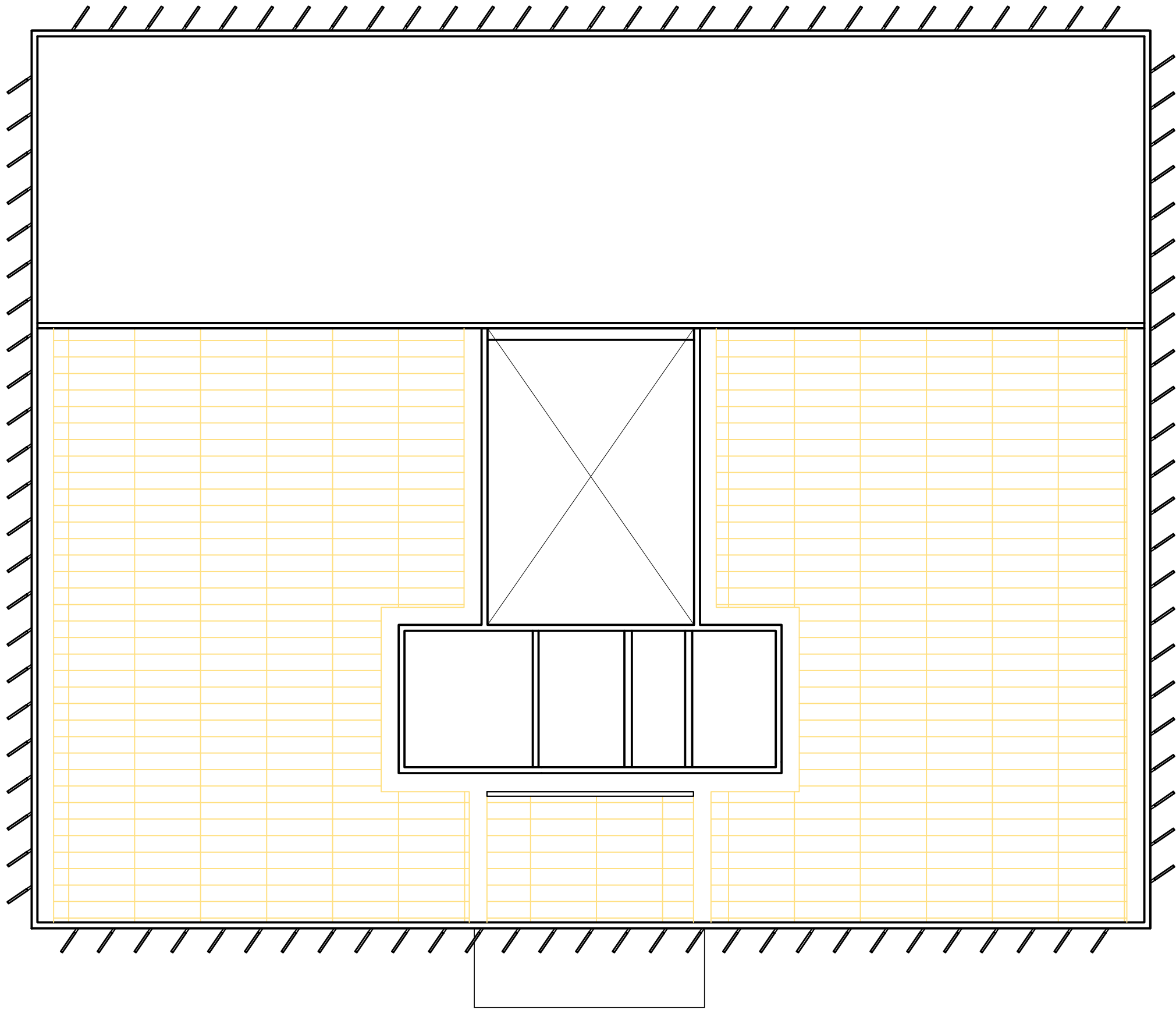
Piso
Área total: 682,10m²

LEGENDA

Demolição de argamassa de parede até a altura de 0,50 m com espessura de 0,05m.

Demolição de argamassa da mureta até a altura de 1,18 m com espessura de 0,05m.

Demolição de argamassa de piso na profundidade de 0,05m.

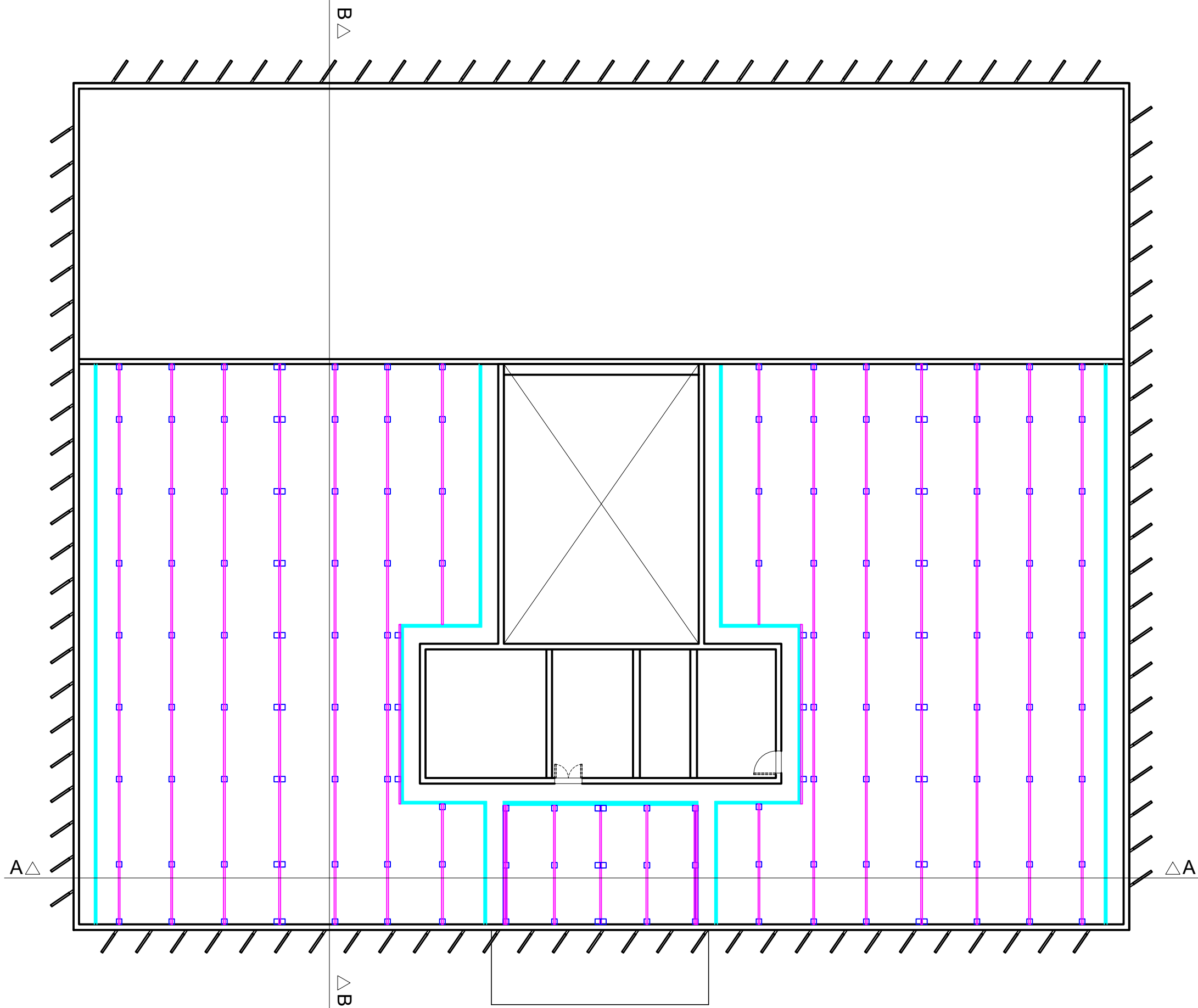


PLANTA BAIXA TELHAS DE AMIANTO
Esc: 1/150

Retirada de telha de amianto - espessura=5mm:
Área total: 619,65m²

LEGENDA

Telhas de amianto a serem retiradas



PLANTA BAIXA APOIOS DO TELHADO A SEREM RETIRADOS
Esc: 1/150

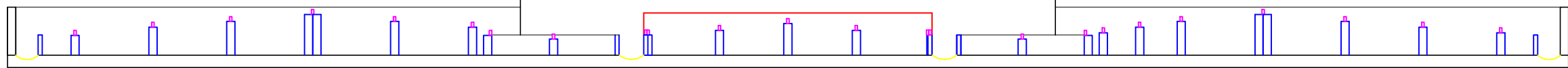
LEGENDA

Paredes de alvenaria

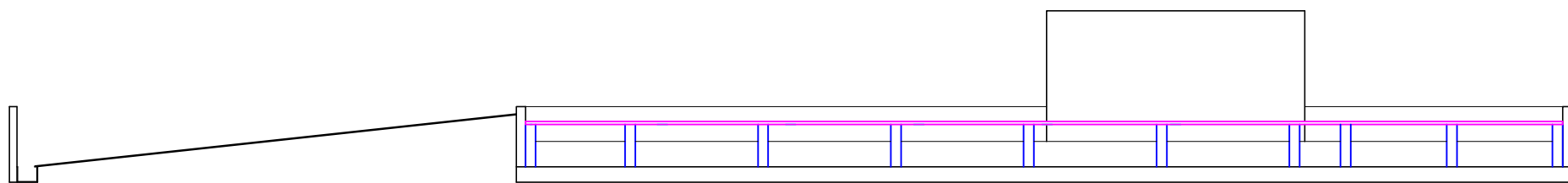
Pilarete de alvenaria

Terça de madeira - 6x12cm

Retirada de madeira - Terças 6x12cm:
Comprimento total: 305m



CORTE AA
Esc: 1/125



CORTE BB
Esc: 1/125

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho

ENGENHEIRO CIVIL

51464D-CE

CREA Nº

Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO: PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA

PRANCHA: Projeto de Demolição e Retirada

LOCAL: Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN

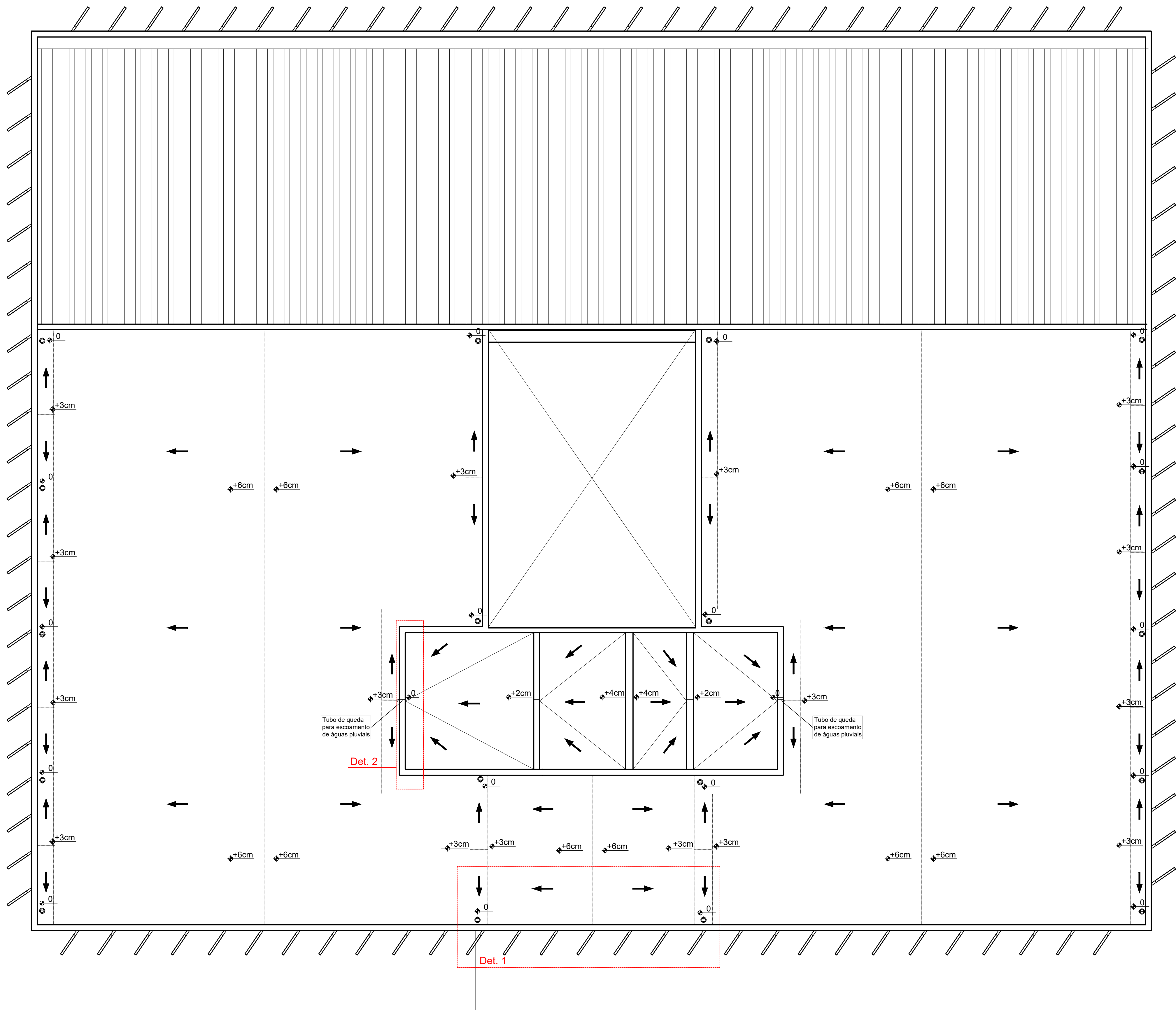
DESENHO: CMAP/SMPRED

DATA: NOVEMBRO/2023

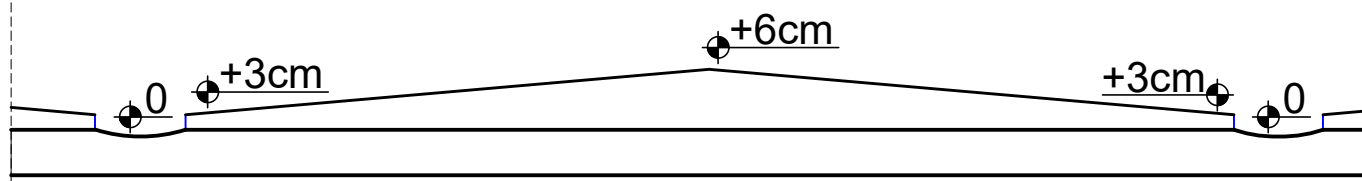
ESCALA: indicada

PRANCHA:

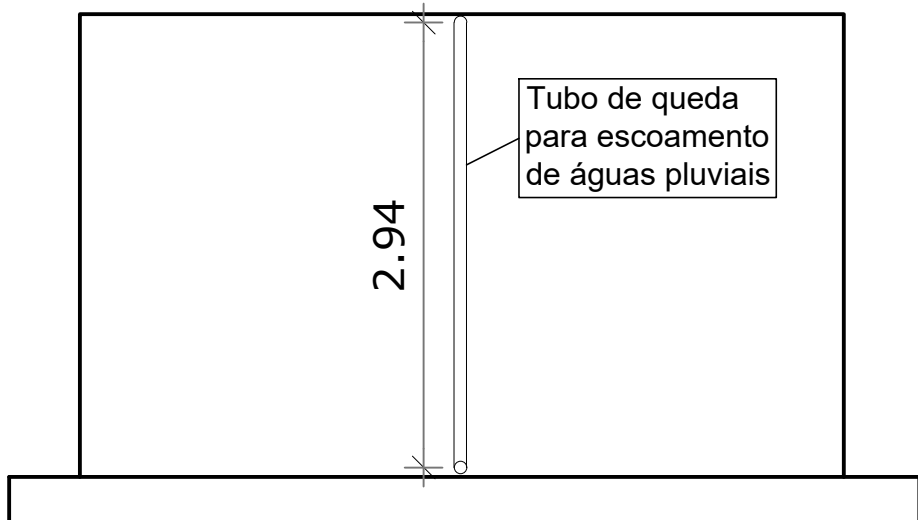
02/05



Detalhamento 1 - Desnível de queda para escoamento de águas pluviais



Detalhamento 2 - Tubo de queda para escoamento da cobertura da casa de máquinas



Obs: Tubulação de 75mm que deverá ser fixada na parede para direcionamento de águas.

NOTAS IMPORTANTES

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho
ENGENHEIRO CIVIL

51464D-CE
CREA Nº

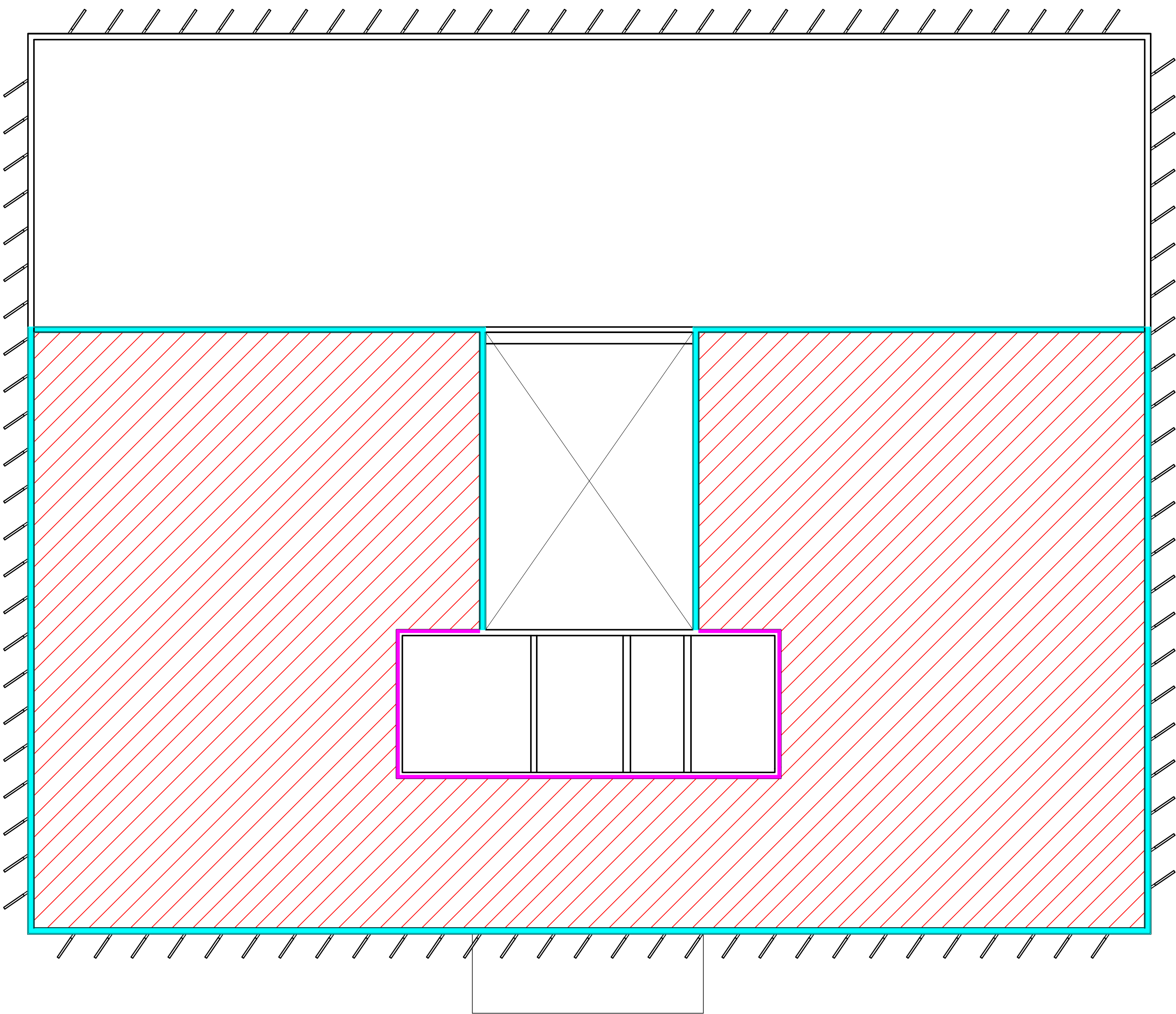
Tribunal Superior do Trabalho



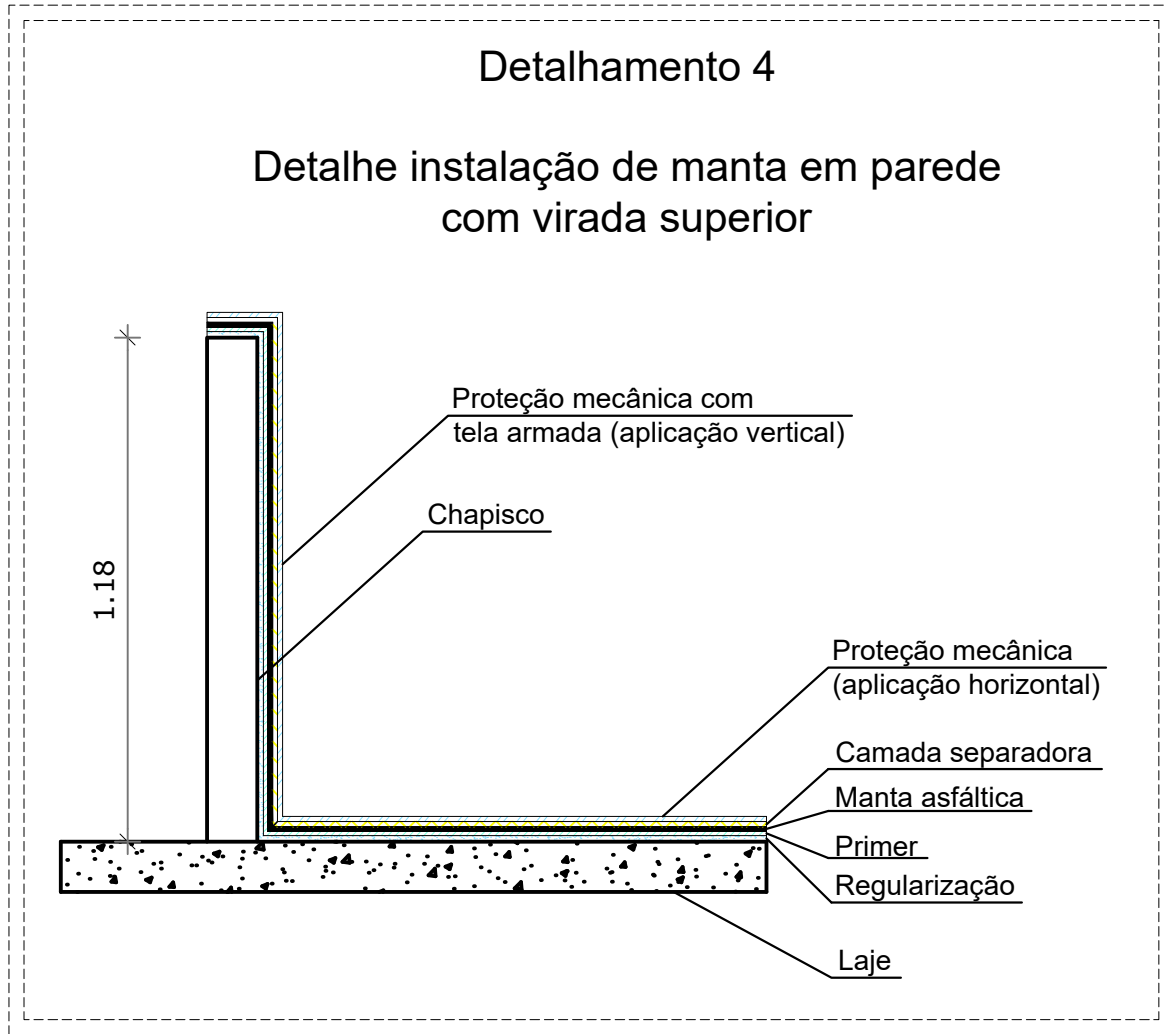
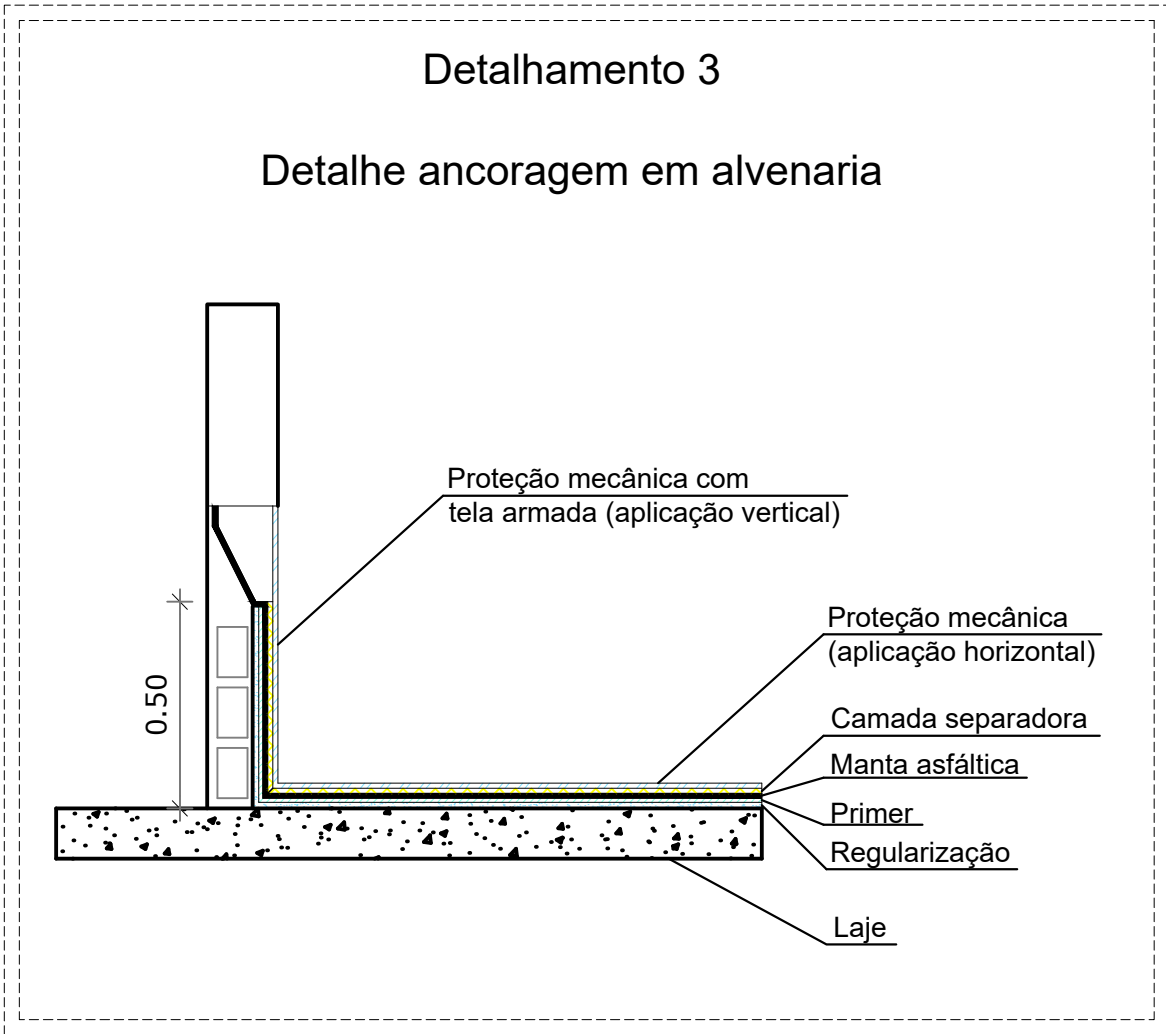
PROJETO:	PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA	ESCALA:	indicada
PRANCHA:	Projeto de Caimento - Águas pluviais	PRANCHA:	
LOCAL:	Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN		
DESENHO:	CMAP/SMPRED	DATA:	NOVEMBRO/2023

03/05

PLANTA DE CAIMENTO DA REGULARIZAÇÃO
Esc: 1/75



PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO
Esc: 1/100



LEGENDA

- Manta asfáltica em parede
- Manta asfáltica ancorada em alvenaria
- Manta asfáltica aplicada na laje

Impermeabilização:

Horizontal
Área total: 714,93m²

Vertical
Área total: 177,86m²

Total geral: 892,79m²

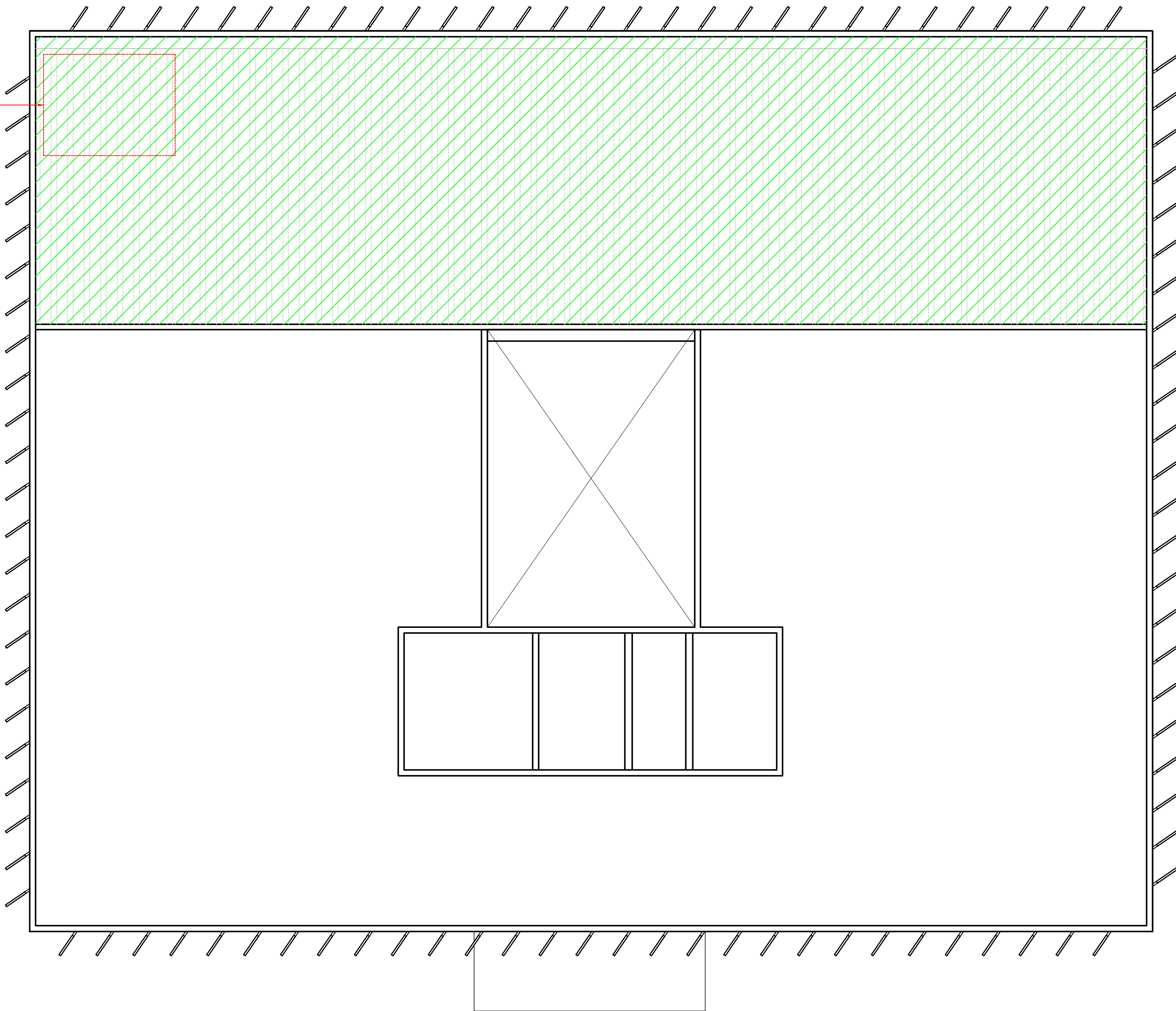
NOTAS IMPORTANTES

- PARA UMA BOA EXECUÇÃO DE EMENDA ENTRE MANTAS ASFÁLTICAS, TEMPERATURAS APROPRIADAS AO TIPO DE MANTA ASFÁLTICA, DEFINIDAS PELO FABRICANTE, DEVEM SER UTILIZADAS, DE MODO A NÃO DANIFICAR AS MANTAS, MANTENDO SUA COMPOSIÇÃO INICIAL E ESTANQUEIDADE;
- AS EMENDAS DEVEM TER UMA SOBREPOSIÇÃO MÍNIMA DE 100mm NOS SENTIDOS LONGITUDINAL E TRANSVERSAL, EXECUTANDO O SELAMENTO DAS EMENDAS COM ROLETES, ESPÁTULAS OU COLHER DE PEDREIRO DE PONTAS ARREDONDADAS;
- A SUPERFÍCIE DE REVESTIMENTO DA FACE DE COLAGEM DA MANTA ASFÁLTICA DEVE PERMITIR UMA BOA ADERÊNCIA SOBRE SUBSTRATOS DE CONCRETO OU ARGAMASSA QUANDO PREVIAMENTE IMPRIMADOS COM SOLUÇÕES OU EMULSÕES ASFÁLTICAS PARA IMPERMEABILIZAÇÃO;
- O SUBSTRATO DEVE SE ENCONTRAR FIRME, COESO, SECO, REGULAR, LIMPO, ISENTO DE CORPOS ESTRANHOS, RESTOS DE FÔRMAS, PONTAS DE FERRAGEM, RESTOS DE PRODUTOS DESMOLDANTES OU IMPREGNANTES, FALHAS E NINHOS, COM DECLIVIDADE NAS ÁREAS HORIZONTAIS DE NO MÍNIMO DE 0,5%. CANTOS DEVEM ESTAR EM MEIA CANA E AS ARESTAS ARREDONDADAS;
- A ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO DEVE TER IDADE MÍNIMA DE 7 DIAS;
- MANTA ASFÁLTICA APLICADA COM CHAMA DE MAÇARICO A GLP;
- MANTA ASFÁLTICA TIPO III 4mm;
- DEVEM SER CUIDADOSAMENTE EXECUTADOS OS DETALHES COMO, JUNTAS, RALOS, RODAPÉS, PASSAGEM DE TUBULAÇÕES, EMENDAS, ANCORAGEM;
- DEVE SER VEDADO O TRÂNSITO DE PESSOAL, MATERIAL E EQUIPAMENTO, ESTRANHOS AO PROCESSO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DURANTE A SUA EXECUÇÃO;
- APÓS A EXECUÇÃO DA IMPERMEABILIZAÇÃO, EFETUAR ENSAIO DE ESTANQUEIDADE COM ÁGUA LIMPA, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 72h PARA VERIFICAÇÃO DE FALHAS NA EXECUÇÃO DO TIPO DE IMPERMEABILIZAÇÃO UTILIZADA;
- PROMOVER PROTEÇÃO MECÂNICA ESTRUTURADA COM TELA DE FIOS DE ARAME GALVANIZADO OU PLÁSTICOS NAS ÁREAS VERTICAIS. NAS HORIZONTAIS, A PROTEÇÃO MECÂNICA, NÃO ARMADA, DEVE SER EXECUTADA SOBRE CAMADA SEPARADORA E/OU DRENANTE, NOS LOCAIS ONDE EXISTIA POSSIBILIDADE DE AGRESSÃO MECÂNICA. ESPESSURA: 3cm.

RESPONSÁVEL TÉCNICO		CREA Nº
Cesar Mazza de Castro Filho		51464D-CE
ENGENHEIRO CIVIL		CREA Nº


Tribunal Superior do Trabalho			
TST	PROJETO:	PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA	ESCALA: indicada
	PRANCHA:	Projeto de Impermeabilização - Manta asfáltica	PRANCHA:
	LOCAL:	Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN	04/05
	DESENHO:	CMAP/SMPRED	
		DATA:	NOVEMBRO/2023

Det. 5



PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO
Esc: 1/150

LEGENDA

 Manta líquida impermeabilizante

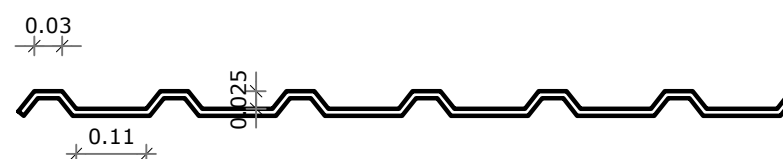
ÁREAS

Área telha galvanizada: 409,22m²
Área calha: 33,22m²

Área total para impermeabilização com
manta líquida: 442,44m²

Detalhamento 5

Perfil telha galvanizada



NOTAS IMPORTANTES

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA Nº

Cesar Mazza de Castro Filho
ENGENHEIRO CIVIL

51464D-CE

CREA Nº

Tribunal Superior do Trabalho



PROJETO:	PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA	ESCALA:	indicada
PRANCHA:	Projeto de Impermeabilização - Manta Líquida	PRANCHA:	
LOCAL:	Edifício Anexo - Quadra 03, lote 915 -SAAN		
DESENHO:	CMAP/SMPRED	DATA:	NOVEMBRO/2023

05/05



ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MINUTA



ANEXO IV

COMPOSIÇÃO UNITÁRIA MATERIAL E MÃO DE OBRA

MINUTA



ANEXO V

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

MINUTA



ANEXO VI

BDI

MINUTA



ANEXO VII

ENCARGOS SOCIAIS

MINUTA



ANEXO VIII

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

MINUTA



ANEXO IX

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA

1. A empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa deverá apresentar comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS (observar item 5 deste anexo) efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 1.1. planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item 5 deste anexo, em que os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;
 - 1.2. cópia do Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o faturamento mensal;
 - 1.3. cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS; e
 - 1.4. recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação.
2. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.
3. Para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda sim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta.
4. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem



o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

5. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições.

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 1,65%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 7,60%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%



6. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.
7. O modelo da declaração pode ser obtido pelo seguinte link:
<http://www3.tst.jus.br/Srlca/certames/2015/ModeloPISCOFINS.zip>.

MINUTA



ANEXO X

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

Eu nome, nacionalidade, estado civil, cargo, inscrito (a) no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, declaro ter ciência da obrigatoriedade, a partir desta data, quanto ao cumprimento das regulamentações descritas na Política de Segurança da Informação do TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST), instituída por meio da Resolução CNJ nº 363/2021. Comprometo-me ainda a observar o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e cumprir o dever em salvaguardar a informação sigilosa e pessoal, bem como assegurar a publicidade da informação ostensiva, utilizando-as, exclusivamente, para o exercício de minhas atribuições sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

Para efeitos deste Termo, além das definições constantes do artigo 5º da LGPD, aplicam-se as seguintes definições:

Agente Público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, como: resultado de exames médicos; lista de nomes, e-mail dos servidores ou colaboradores do TST e respectivos dados, armazenados sob qualquer forma; Informações referentes a salários e benefícios dos servidores.

Informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade ou do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo, tais como: Sigilos Decorrentes de Direitos de Personalidade: Sigilo Fiscal, Sigilo Bancário, Comercial, Sigilo Empresarial, Sigilo Contábil; Sigilos de Processos e Procedimentos: Acesso a Documento Preparatório, Sigilo do Procedimento Administrativo Disciplinar em Curso, Sigilo do Inquérito Policial, Segredo de Justiça no Processo Civil, Segredo de Justiça no Processo Penal; Informação de Natureza Patrimonial: Segredo Industrial, Direito Autoral e Propriedade Intelectual de Programa de Computador, Propriedade Industrial. Serão, ainda, consideradas informações confidenciais todas aquelas que assim forem identificadas pelo TST, por meio de legendas ou quaisquer outras marcações, ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação, devam ser consideradas confidenciais.



Incidente de segurança: qualquer evento ou ocorrência que promova uma ou mais ações que comprometam ou que seja ameaça à integridade, autenticidade ou disponibilidade de qualquer ativo de TI do TST.

Proprietário da informação: refere-se à parte interessada do órgão ou entidade, indivíduo legalmente instituído por sua posição e/ou cargo, o qual é responsável primário pela viabilidade e sobrevivência da informação.

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;



Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitida por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

Órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e

Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Por este termo de responsabilidade e confidencialidade, comprometo-me a:

1. Não utilizar informações sigilosa (protegida por legislação específica) ou pessoal a que tiver acesso, para lograr benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros. Estas informações nos diversos formatos (impresso, magnético ou digital) devem ser tratadas com absoluta reserva em qualquer condição e não podem ser divulgadas ou dadas a conhecer a terceiros não autorizados, inclusive aos próprios usuários (servidores públicos, estagiários, prestadores de serviço ou terceirizados) do TST, sem a autorização do proprietário da informação;



2. Não efetuar gravação ou cópia da documentação sigilosa ou pessoal a que tiver acesso para fins diversos não relativos à função ou cargo;
3. Manter a necessária cautela quando da exibição de dados em tela, impressora ou na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
4. Não me ausentar da estação de trabalho sem encerrar a sessão de uso do navegador, bloquear estação de trabalho, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por terceiros;
5. Não revelar minhas senhas a ninguém, visto que são de uso pessoal e intrasferível e de conhecimento exclusivo, e tomar o máximo de cuidado para que elas permaneçam somente de meu conhecimento.
6. Alterar minha senha regularmente e sempre que obrigatório ou que tenha suspeição de descoberta por terceiros, não usando combinações simples que possam ser facilmente descobertas;
7. Responder, em todas as instâncias, pelas consequências das ações ou omissões de minha parte que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de minha senha ou das transações a que tenha acesso.
8. Não navegar em sites pornográficos, defensores do uso de drogas, de pedofilia ou sites de cunho racistas e similares ou realizar qualquer atividade tipificada como crime, bem como não fazer download de material protegido por direitos autorais ou com conteúdo impróprio;
9. Respeitar as normas de segurança e restrições de sistema impostas pelos sistemas de segurança implantados na instituição, bem assim observar as normas e limites para o tratamento de dados pessoais estabelecidos na LGPD.
10. Informar imediatamente à Secretaria de Tecnologia da Informação do TST (SETIN) e/ou ao controlador/encarregado dos dados pessoais, designado pela ComLGPD, a respeito de qualquer incidente de segurança da informação, ou relacionado ao tratamento de dados pessoais, ou violação, intencional ou não, das regras descritas na Política de Segurança da Informação e normas legais e regulamentares correlacionadas.

De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848, de 1940) constitui infração inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000).

A observância da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, com apoio na legislação federal e nas normas regulamentares que regem a matéria, possui caráter irrevogável e irretratável, e vigência enquanto a confidencialidade das



informações/dados por mim tratados persistir, na forma da Lei nº 13.709/2018 e demais legislação e normativos que disponham sobre a matéria.

Não será considerada quebra de confidencialidade a divulgação de informações ordenadas pela legislação ou por autoridade judiciária ou administrativa competente.

O não cumprimento deste Termo implicará, para os que estiverem envolvidos na violação do sigilo e uso das informações do TST, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, nas seguintes sanções: Para Servidores: sanções internas, variando de simples advertência à demissão por justa causa, conforme Art. 132, inciso IX da Lei 8112/90. Para parceiros, estagiários, prestadores de serviço ou terceirizados: variando de advertência à rescisão do respectivo contrato de prestação de serviço, com aplicação de todas as multas nele previstas por inadimplemento.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

Representante da empresa
(nome da empresa)



TERMO DE GARANTIA DO OBJETO

ANEXO XI DO CONTRATO PE-023/2024 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÃO (PROCESSO TST N.º 6012942/2023-00)

1. DA GARANTIA

- 1.1. A **[NOME DA EMPRESA]**, doravante denominada Concedente, garante os serviços por ela prestados pelo período de 05 (cinco) anos para falhas do sistema de impermeabilização, incluída a garantia legal, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do contrato.
- 1.2. Os três primeiros meses compreendem a garantia legal, e os meses restantes compõem a garantia contratual, que é complementar àquela.
- 1.3. A garantia compreende a substituição dos materiais e a mão-de-obra no reparo de defeitos de fabricação.
- 1.4. Somente um técnico autorizado pela Concedente está habilitado a reparar defeitos cobertos pela garantia, mediante apresentação da nota fiscal pelo usuário do produto.

2. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 2.1. A Concedente deverá prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e/ou substituições que se fizerem necessários, durante o período de garantia, nos prazos fixados pelo TST, que serão contados do recebimento da solicitação formal feita pela Fiscalização.
 - 2.1.1. A garantia será contra perda de estanqueidade de produtos e instalação desde que a causa da falha constatada não seja decorrente de intervenções não previstas, avarias, danos ou falhas nos substratos ou camadas ou outros materiais e componentes que sejam determinantes do desempenho dos sistemas de impermeabilização.
- 2.2. A Concedente assumirá toda e exclusiva responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, não se admitindo que sejam atribuídos a técnicos ou a fornecedores os ônus de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer.
- 2.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a execução do serviço de assistência técnica não sejam realizados dentro do prazo, a Concedente ficará sujeita à multa estabelecida neste termo de garantia e no edital da licitação correspondente.
- 2.4. A Concedente garante a existência de peças e componentes para reposição durante o período de garantia.

3. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL NÃO COBREM:

- 3.1. Produtos ou peças que tenham sido danificados em consequência de remoção ou manuseio por pessoas não autorizadas;
- 3.2. Peças sujeitas ao desgaste natural, descartáveis ou consumíveis, bem como a mão-de-obra utilizada na aplicação das peças e as consequências advindas dessas ocorrências.
- 3.3. A garantia será contra perda de estanqueidade de produtos e instalação desde que a causa da falha constatada não seja decorrente de intervenções não previstas, avarias, danos ou falhas nos substratos ou camadas ou outros materiais e componentes que sejam determinantes do desempenho dos sistemas de impermeabilização.



4. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL FICAM AUTOMATICAMENTE INVALIDADAS SE:

- 4.1. O produto tiver sofrido alterações ou modificações estéticas e/ou funcionais, bem como tiver sido realizado conserto por pessoas ou entidades não credenciadas pela Concedente;
- 4.2. Os defeitos forem provocados pela utilização de material ou peças fora das especificações.

5. SANÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

- 5.1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços implicará multa correspondente a 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo valor total.
- 5.2. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 18.1 do edital da licitação, como também a inexecução total do contrato, caso esteja vigente.